



Informação
econômica
2013

Índice

Auditoria	5
Informação econômica do Grupo Elecnor	7
Relatório anual consolidado	15
Relatório de gestão	109
Informação econômica da Elecnor, S.A.	123

Relatório dos Auditores sobre as Demonstrações Financeiras Consolidadas

(Tradução de um relatório elaborado originalmente em idioma espanhol.
Em caso de discordância, prevalece a versão em espanhol)

Aos Acionistas da
Elecnor, S.A.

Examinamos as demonstrações financeiras consolidadas da Elecnor, S.A. (“Sociedade”) e de suas controladas (“Grupo”) que compreendem a demonstração da situação financeira consolidada em 31 de dezembro de 2013, a conta de resultados consolidada, a demonstração do resultado global consolidado, a demonstração das mutações no patrimônio líquido consolidado, a demonstração dos fluxos de caixa consolidados e o relatório da diretoria consolidado correspondentes ao exercício anual encerrado na referida data. Tal como é apontado na nota 2 do relatório da diretoria consolidado anexo, os Administradores da Sociedade são responsáveis pela elaboração das demonstrações financeiras do Grupo, de acordo com as Normas Internacionais de Informação Financeira, adotadas pela União Europeia, e demais disposições do quadro normativo de informação financeira aplicáveis ao Grupo. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre as referidas demonstrações financeiras consolidadas tomadas em conjunto, com base no trabalho conduzido de acordo com a norma reguladora da atividade de auditoria de contas em vigor na Espanha, que requer o exame, mediante a realização de provas seletivas, da evidência justificativa das demonstrações financeiras consolidadas e a avaliação de que a sua apresentação, os princípios e critérios contábeis utilizados e as estimativas realizadas estão de acordo com o quadro normativo de informação financeira que é aplicável.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas do exercício de 2013 anexas expressam, em todos os aspectos significativos, a imagem fiel do patrimônio consolidado e da situação financeira consolidada da Elecnor, S.A. e de suas controladas em 31 de dezembro de 2013, bem como dos resultados consolidados de suas operações e dos fluxos de caixa consolidados correspondentes ao exercício anual encerrado na referida data, em conformidade com as Normas Internacionais de Informação Financeira, adotadas pela União Europeia, e demais disposições do quadro normativo de informação financeira que são aplicáveis.

O relatório de gestão consolidado anexo do exercício de 2013 contém as explicações que os Administradores da Elecnor, S.A. consideram pertinentes sobre a situação do Grupo, a evolução de seus negócios e sobre outros assuntos, e não faz parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas. Verificamos que a informação contábil que o citado relatório de gestão consolidado contém está em conformidade com a das demonstrações financeiras consolidadas do exercício de 2013. Nosso trabalho como auditores se limita à verificação do relatório de gestão consolidado com a abrangência mencionada neste mesmo parágrafo, e não inclui a revisão de informação diferente da obtida a partir dos registros contábeis da Elecnor, S.A. e de suas controladas.

KPMG Auditores, S.L.

Cosme Carral López - Tapia

21 de fevereiro de 2014

Informação
econômica
do Grupo Elecnor
2013

Elecnor, S.A. e Sociedades controladas que compõem o Grupo Elecnor
Demonstração da Situação Financeira Consolidada
 em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 (Notas de 1 a 6)

	Milhares de euros		
	31.12.13	31.12.12 (*) (Reexpressos)	01.01.12 (*) (Reexpressos)
Ativo			
Ativo não circulante			
Ativo intangível-			
Fundo de comércio (Nota 7)	32.360	32.289	24.829
Outros ativos intangíveis, líquido (Nota 8)	70.506	75.479	72.363
	102.866	107.768	97.192
Imobilizado tangível, líquido (Nota 9)	1.093.068	1.016.211	763.009
Investimentos contabilizados pelo método de equivalência patrimonial (Nota 10)	92.375	101.935	71.624
Ativos financeiros não circulantes (Nota 11)-			
Participações financeiras	3.772	3.986	7.745
Outros investimentos financeiros	693.373	639.871	556.486
	697.145	643.857	564.231
Impostos diferidos ativos (Nota 18)	74.267	79.867	82.974
Total do ativo não circulante	2.059.721	1.949.638	1.579.030
Ativo circulante:			
Ativos não circulantes mantidos para a venda (Nota 3.a)	4.370	5.571	8.675
Estoque (Nota 3.l)	36.328	85.816	70.362
Devedores comerciais e outras contas a receber (Nota 12)	910.173	922.802	999.628
Devedores comerciais, empresas relacionadas (Nota 26)	47.525	1.539	47.964
Administração Pública, devedora (Nota 19)	73.634	70.932	45.281
Outros devedores	10.303	17.788	15.060
Investimentos em empresas relacionadas no curto prazo (Nota 26)	4.323	4.238	8.779
Outros ativos circulantes	7.899	4.062	2.752
Caixa e outros ativos líquidos equivalentes (Nota 12)	244.351	528.086	255.223
Total do ativo circulante	1.338.906	1.640.834	1.453.724
Total do Ativo	3.398.627	3.590.472	3.032.754

(*) Valores apresentados exclusivamente para efeitos comparativos.

As Notas de 1 a 31 descritas no Relatório consolidado e nos Anexos que se juntam fazem parte integrante da demonstração da situação financeira consolidada do exercício de 2013.

	Miles de euros		
	31.12.13	31.12.12 (*) (Reexpressos)	01.01.12 (*) (Reexpressos)
Passivo e Patrimônio Líquido			
Patrimônio Líquido (Nota 13):			
Da Sociedade controladora-			
Capital social	8.700	8.700	8.700
Outras reservas	442.150	493.816	473.232
Ajustes de avaliação patrimonial	(48.573)	(68.907)	(50.885)
Resultado do exercício atribuído à Sociedade controladora	53.289	87.593	115.088
Dividendo por conta do exercício (Nota 5)	(4.193)	(4.663)	(4.663)
	451.373	516.539	541.472
De participações não controladoras	81.112	41.663	48.632
Total do patrimônio líquido	532.485	558.202	590.104
Passivo não circulante:			
Subvenções (Nota 3.q)	11.628	9.515	8.597
Receitas diferidas	7.610	7.218	7.047
Provisões para riscos e despesas (Nota 16)	22.948	33.696	36.851
Dívida financeira (Notas 14 e 15)	1.096.883	1.232.129	748.159
Dívidas com empresas do Grupo (Nota 26)	-	-	559
Outros passivos não circulantes (Nota 19)	19.454	33.352	30.073
Impostos diferidos passivos (Nota 18)	61.628	45.009	36.659
Total do passivo não circulante	1.220.151	1.360.919	867.945
Passivo Circulante:			
Dívida financeira (Notas 14 e 15)	315.588	224.557	179.366
Credores comerciais, empresas coligadas e relacionadas (Nota 26)	3.623	4.532	3.529
Credores comerciais e outras contas a pagar-			
Dívidas por compras ou por prestação de serviços	531.734	529.665	629.897
Adiantamentos de clientes e faturamento antecipado (Nota 17)	596.789	777.241	629.265
	1.128.523	1.306.906	1.259.162
Outras dívidas-			
Administração Pública, credora (Nota 19)	104.683	77.831	82.204
Outros passivos circulantes	93.574	57.525	50.444
	198.257	135.356	132.648
Total do passivo circulante	1.645.991	1.671.351	1.574.705
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido	3.398.627	3.590.472	3.032.754

Elec nor, S.A. e Sociedades controladas que compõem o Grupo Elec nor
Contas de Resultados Consolidadas correspondentes aos
 exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2013 e de 2012
 (Notas de 1 a 6)

	Milhares de euros	
	(Débito) Crédito	
	2013	2012 (*)
Operações continuadas:		
Valor líquido do volume de negócios (Nota 21)	1.864.174	1.930.712
Varição do estoque de produtos acabados e em elaboração (Nota 3.l)	(6.622)	29.652
Aprovisionamentos (Nota 21)	(1.039.204)	(1.145.975)
Outras receitas operacionais (Nota 3.h)	184.426	180.891
Despesas com pessoal (Nota 21)	(451.563)	(429.716)
Outras despesas operacionais	(330.780)	(301.898)
Amortizações e provisões (Nota 21)	(78.890)	(68.740)
Resultado Operacional	141.541	194.926
Receitas financeiras (Nota 21)	61.934	68.732
Despesas financeiras (Nota 21)	(82.673)	(81.441)
Diferenças de câmbio (Nota 2.f)	(10.582)	(8.432)
Deterioração e resultado por alienação de instrumentos financeiros (Notas 2.g, 10, 11.a e 16)	(2.012)	19
Varição do valor justo em instrumentos financeiros (Nota 2.g)	16.651	(252)
Participação no resultado do exercício dos investimentos contabilizados aplicando o método de equivalência patrimonial (Nota 10)	(15.793)	(34.906)
Resultado antes de Impostos	109.066	138.646
Impostos sobre lucros (Nota 19)	(52.208)	(47.498)
Resultado do exercício proveniente de operações continuadas	56.858	91.148
Resultado do Exercício	56.858	91.148
Atribuível a:		
Acionistas da Sociedade controladora	53.289	87.593
Juros minoritários (Nota 13)	3.569	3.555
Lucro por ação (em euros) (Nota 28)		
Básico	0,63	1,04
Diluído	0,63	1,04

(*) Valores apresentados exclusivamente para efeitos comparativos.
 As Notas de 1 a 31 descritas no Relatório consolidado e nos Anexos que se juntam fazem parte integrante da conta de resultados consolidada do exercício de 2013.

Elecnor, S.A. e Sociedades controladas que compõem o Grupo Elecnor
Demonstração do Resultado Global Consolidado nos
 exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2013 e de 2012

	Milhares de euros		
	Notas explicativas	Exercício de 2013	Exercício de 2012 (*) (Reexpresso)
RESULTADO CONSOLIDADO DA CONTA DE RESULTADOS (I)		56.858	91.148
Outro resultado global			
Itens que serão reclassificados para resultados			
Receitas e despesas imputadas diretamente no patrimônio líquido:			
- Por cobertura de fluxos de caixa	Nota 15	(6.762)	(3.909)
- Diferenças de conversão	Nota 13	(104.428)	(41.277)
- Participação em outro resultado global dos investimentos contabilizados pelo método de equivalência patrimonial	Nota 10	(12.339)	(21.815)
- Efeito tributário	Notas 15 e 18	2.030	1.173
TOTAL DAS RECEITAS E DESPESAS IMPUTADAS DIRETAMENTE NO PATRIMÔNIO LÍQUIDO CONSOLIDADO (II)		(121.499)	(65.828)
Transferência para a conta de resultados consolidada:			
- Por cobertura de fluxos de caixa	Nota 15	16.740	721
- Participação em outro resultado global dos investimentos contabilizados pelo método de equivalência patrimonial	Nota 10	12.807	-
- Efeito tributário	Notas 15 e 18	(5.022)	(216)
TOTAL DAS TRANSFERÊNCIAS PARA A CONTA DE RESULTADOS CONSOLIDADA (III)		24.525	505
TOTAL DAS RECEITAS E DESPESAS CONSOLIDADAS RECONHECIDAS (I+II+III)		(40.116)	25.825
a) Atribuídas à entidade controladora		(38.191)	21.779
b) Atribuídas a participações não controladoras		(1.925)	4.046

(*) Valores apresentados exclusivamente para efeitos comparativos.

As Notas de 1 a 31 descritas no Relatório consolidado e nos Anexos que se juntam fazem parte integrante da demonstração do resultado global consolidado correspondente ao exercício de 2013.

Elecnor, S.A e Sociedades controladas que compõem o Grupo Elecnor
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido Consolidado nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2013 e de 2012

Milhares de euros

	Capital social	Ajustes de avaliação patrimonial	Reserva legal	Outras reservas restritas	Outras reservas voluntárias	Reservas em sociedades consolidadas	Ações próprias	Diferenças de conversão	Total das reservas	Resultado líquido do exercício	Dividendo por conta entregue no exercício	Participações não controladoras	Total do Patrimônio
Saldos em 31 de dezembro de 2011 (Nota 13)	8.700	(21.014)	1.743	22.476	316.561	154.101	(22.461)	812	452.218	115.088	(4.663)	48.632	619.975
Correção de erros	-	(29.871)	-	-	-	-	-	-	(29.871)	-	-	-	(29.871)
Saldos no dia 1º de janeiro de 2012 reexpressos	8.700	(50.885)	1.743	22.476	316.561	154.101	(22.461)	812	422.347	115.088	(4.663)	48.632	590.104
Total das receitas e despesas reconhecidas do exercício de 2012	-	(2.722)	-	-	-	-	-	(47.792)	(50.514)	87.593	-	4.046	41.125
Distribuição do resultado:	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Para reservas	-	-	-	-	81.228	11.258	-	-	92.486	(92.486)	-	-	-
Para dividendo complementar	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(17.939)	-	(3.815)	(21.754)
Para dividendo extraordinário	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Para dividendo por conta do exercício de 2011	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(4.663)	4.663	-	-
Compra de ações próprias	-	-	-	-	-	-	(1.544)	-	(1.544)	-	-	-	(1.544)
Venda de ações próprias	-	-	-	-	-	-	1.169	-	1.169	-	-	-	1.169
Transferência entre reservas	-	-	-	375	(375)	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendo por conta entregue no exercício de 2012	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(4.663)	-	(4.663)
Conversão das demonstrações financeiras expressas em moeda estrangeira	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	460	460
Outros por variações no perímetro (Nota 2.g)	-	-	-	-	69.358	(89.141)	-	-	(19.783)	-	-	(7.908)	(27.691)
Outros	-	-	-	-	-	(3.952)	-	-	(3.952)	-	-	248	(3.704)
Saldos em 31 de dezembro de 2012 (Nota 13)	8.700	(53.607)	1.743	22.851	466.772	72.266	(22.836)	(46.980)	440.209	87.593	(4.663)	41.663	573.502
Correção de erros	-	(15.300)	-	-	-	-	-	-	(15.300)	-	-	-	(15.300)
Saldos no dia 1º de janeiro de 2013 reexpressos	8.700	(68.907)	1.743	22.851	466.772	72.266	(22.836)	(46.980)	424.909	87.593	(4.663)	41.663	558.202
Total das receitas e despesas reconhecidas do exercício de 2013	-	20.334	-	-	-	-	-	(111.814)	(91.480)	53.289	-	(1.925)	(40.116)
Distribuição do resultado:	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Para reservas	-	-	-	-	20.656	44.335	-	-	64.991	(64.991)	-	-	-
Para dividendo complementar	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(17.939)	-	(6.360)	(24.299)
Para dividendo extraordinário	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Para dividendo por conta do exercício de 2012	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(4.663)	4.663	-	-
Compra de ações próprias	-	-	-	-	-	-	(1.247)	-	(1.247)	-	-	-	(1.247)
Venda de ações próprias	-	-	-	-	51	-	1.616	-	1.667	-	-	-	1.667
Transferência entre reservas	-	-	-	(415)	1.411	(996)	-	-	-	-	-	-	-
Dividendo por conta entregue no exercício de 2013	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(4.193)	-	(4.193)
Outros por variações no perímetro (Nota 2.g)	-	-	-	-	-	816	-	-	816	-	-	10.839	11.655
Outras operações societárias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	36.895	36.895
Outros	-	-	-	-	-	(6.125)	46	-	(6.079)	-	-	-	(6.079)
Saldos em 31 de dezembro de 2013 (Nota 13)	8.700	(48.573)	1.743	22.436	488.890	110.296	(22.421)	(158.794)	393.577	53.289	(4.193)	81.112	532.485

(*) Valores apresentados exclusivamente para efeitos comparativos.

As Notas de 1 a 31 descritas no Relatório consolidado e nos Anexos que se juntam fazem parte integrante da demonstração das mutações do patrimônio correspondentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013.

ELECNOR, S.A. e Sociedades controladas que compõem o Grupo Ecnor
Demonstração do fluxo de caixa consolidado nos
 exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2013 e de 2012

	(Milhares de euros)	
	Exercício de 2013	Exercício de 2012 (*)
Fluxos de caixa das atividades operacionais:		
Resultado consolidado do exercício	56.858	91.148
Ajustes por-		
Amortizações e variações de provisões de ativos circulantes e não circulantes (Notas 8, 9 10 e 21)	65.040	54.351
Variação de provisões para riscos e despesas (Nota 16)	13.850	(2.260)
Imputação receitas diferidas	(1.227)	(2.092)
Resultado líquido de sociedades contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial (Nota 10)	15.793	(2.095)
Variação do valor justo de instrumentos financeiros (Nota 15)	(16.822)	-
Deterioração e resultado líquido por alienação de instrumentos financeiros (Notas 2.g, 10 e 16)	2.012	35.816
Receitas e despesas financeiras (Nota 21)	31.321	(11.857)
Imposto sobre sociedades	52.208	47.498
Recursos provenientes das operações	219.033	210.509
Variação do capital circulante:		
Variação de devedores comerciais e outros ativos circulantes	(67.020)	130.206
Variação do estoque	50.702	(12.441)
Variação de credores comerciais e outras contas a pagar	(133.494)	892
Efeito das diferenças de conversão no capital circulante das sociedades estrangeiras		(3.644)
Variação em outros devedores	(1.601)	10.022
Imposto sobre lucros pagos	(24.827)	(50.134)
Fluxos líquidos de caixa de atividades operacionais (I)	42.793	285.410
Fluxos de caixa por atividades de investimento:		
Aquisição de empresas do grupo, coligadas e entidades controladas em conjunto (Notas 2.g, 7 e 10)	(3.197)	(69.765)
Aquisição de ativos intangíveis (Nota 8)	(1.775)	(2.546)
Aquisição de carteira de valores e outros investimentos financeiros não circulantes (Nota 11)	(154.936)	(176.723)
Subvenções recebidas para a aquisição de imobilizado	3.340	2.643
Aquisição de ativos fixos tangíveis (Nota 9)	(249.114)	(348.668)
Dividendos recebidos de empresas coligadas (Nota 10)	5.160	5.859
Juros cobrados	61.934	83.298
Cobranças por alienação de ativos tangíveis, intangíveis e não circulantes (Notas 8 e 9)	8.152	5.854
Cobranças derivadas de ativos financeiros, líquido (Notas 2.g e 11)	10.905	4.620
Fluxos líquidos de caixa das atividades de investimento (II)	(319.531)	(495.428)
Fluxos de caixa por atividades de financiamento:		
Entradas de caixa por dívida financeira e outra dívida no longo prazo (Nota 14)	245.386	726.911
Juros pagos (Nota 14)	(82.922)	(83.298)
Reembolso de dívida financeira e outra dívida no longo prazo (Nota 14)	(143.801)	(144.705)
Pagamentos de dividendos	(28.492)	(26.417)
Entradas de caixa por alienação de ações próprias (Nota 13)	1.616	1.169
Saídas de caixa por compra e venda de ações próprias (Nota 13)	(1.201)	(1.544)
Fluxos líquidos de caixa das atividades de financiamento (III)	(9.414)	472.116
Efeito das variações no perímetro de consolidação (IV)	2.417	10.765
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa (I+II+III+IV)	(283.735)	272.863
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	528.086	255.223
Caixa e equivalentes a caixa no fim do período	244.351	528.086

(*) Valores apresentados exclusivamente para efeitos comparativos.

As Notas de 1 a 31 descritas no Relatório consolidado e nos Anexos que se juntam fazem parte integrante da demonstração do fluxo de caixa consolidado correspondente ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013.



Relatório anual
consolidado
2013

Elecnor, S.A. e Sociedades controladas que compõem o Grupo ELECENOR (consolidado)

Relatório da Diretoria consolidado

correspondente ao exercício anual encerrado em 31 de dezembro de 2013

1. Sociedades do Grupo e sociedades coligadas

A Elecnor, S.A. (a Sociedade controladora) foi constituída por tempo indeterminado no dia 6 de junho de 1958, e sua sede social está situada na Calle Marqués de Mondéjar 33, Madrid (Espanha).

A Sociedade controladora tem por objeto, de acordo com seus Estatutos Sociais:

- a mais ampla atividade comercial com base na engenharia, projeto, construção, montagem, reparação, manutenção e conservação de toda classe de obras e instalações de qualquer gênero ou espécie, no sentido mais amplo da palavra, isto é, a execução completa das mesmas com ou sem fornecimento de material, por conta própria e de terceiros, de forma exclusiva ou através de associação em qualquer uma de suas modalidades;
- a prestação de serviços públicos e privados de coleta de todo tipo de resíduos, varredura e limpeza das ruas, transferência e transporte dos resíduos até o lugar de depósito final, destino final dos mesmos, reciclagem, tratamento e depósito de resíduos públicos, privados, industriais, hospitalares, patológicos, limpeza, manutenção e conservação de esgotos e, em geral, serviços de saneamento urbano, e qualquer outro serviço complementar dos mesmos relacionado direta ou indiretamente com aqueles, entendido em sua mais ampla aceção;
- o projeto, pesquisa, desenvolvimento, construção, exploração, manutenção e comercialização de estações e instalações de tratamento, recuperação e eliminação de resíduos, bem como a compra e venda dos subprodutos originados dos referidos tratamentos;
- o projeto, pesquisa, desenvolvimento, construção, exploração, manutenção e comercialização de fábricas e instalações de tratamento de águas e depuração de águas residuais e resíduos, a recuperação e a eliminação de resíduos, bem como a compra e a venda dos subprodutos que forem originados desses tratamentos;
- o aproveitamento, transformação e comercialização de toda classe de água;

As atividades enumeradas também poderão ser desenvolvidas pela Sociedade, total ou parcialmente, de modo indireto, através da participação em outras sociedades com objeto análogo, tanto na Espanha como no exterior. O Grupo ELECENOR não desenvolverá nenhuma atividade para as quais as Leis exijam condições ou limitações específicas enquanto não cumprir integralmente as mesmas.

As sociedades controladas realizam, basicamente, as diferentes atividades que integram o objeto social acima indicado, bem como a exploração de parques de geração de energia eólica, termossolar e fotovoltaica, prestação de serviços de pesquisa, assessoramento e desenvolvimento de software aeronáutico e aeroespacial, bem como a fabricação e distribuição de painéis solares e usinas de exploração fotovoltaica.

No site www.elecnor.es e em sua sede social podem ser consultados os Estatutos Sociais e demais informação pública sobre a Sociedade.

Adicionalmente às operações que realiza diretamente, a Elecnor, S.A., tal como foi comentado, é líder de um grupo de sociedades controladas, que se dedicam a diversas atividades e que constituem, junto com ela, o Grupo ELECENOR (daqui em diante denominado o "Grupo" ou o "Grupo ELECENOR"). Consequentemente, a Sociedade controladora é obrigada a elaborar, além das suas próprias demonstrações financeiras individuais, demonstrações financeiras consolidadas, que também incluem as participações em negócios conjuntos e investimentos em sociedades coligadas.

No Anexo I são detalhadas as empresas do Grupo e coligadas incluídas na consolidação e a informação relacionada com elas em 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012, após ser feita a conversão em euros das mesmas e antes das respectivas homogeneizações às suas demonstrações financeiras individuais e, se for o caso, dos ajustes por conversão às Normas Internacionais de Informação Financeira (NIIF-EU).

Os dados do Anexo I foram disponibilizados pelas empresas do Grupo, e sua situação patrimonial figura em suas demonstrações financeiras individuais.

2. Bases de apresentação das Demonstrações Financeiras Consolidadas e princípios de consolidação

a) Bases de apresentação e quadro normativo de informação financeira aplicável ao Grupo-

As demonstrações financeiras consolidadas do Grupo ELEC NOR do exercício de 2013 foram elaboradas:

- Pelos Administradores da Elec nor, na reunião de seu Conselho de Administração realizada no dia 19 de fevereiro de 2014, de acordo com o quadro normativo de informação financeira aplicável ao Grupo ELEC NOR, que é o estabelecido:
 - a) No Código de Comércio e na restante legislação comercial.
 - b) Nas Normas Internacionais de Informação Financeira (daqui em diante NIIF) adotadas pela União Europeia em conformidade com o Regulamento (CE) nº 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, incluindo as Normas Internacionais de Contabilidade (NIC) e as interpretações emitidas pelo IFRS Interpretation Committee (IFRIC) e pelo Standing Interpretations Committee (SIC). Na Nota 3 são resumidos os princípios contábeis e os critérios de avaliação mais significativos aplicados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas do Grupo ELEC NOR do exercício de 2013.
 - c) No resto da norma contábil espanhola que for aplicável.
 - Tendo em conta a totalidade dos princípios e normas contábeis e dos critérios de avaliação de aplicação obrigatória, que têm efeito significativo nas demonstrações financeiras consolidadas, bem como as alternativas que a norma permite a este respeito e que são especificadas na alínea b) desta nota do Relatório da Diretoria consolidado do Grupo ELEC NOR.
 - De forma que mostram a imagem verdadeira do patrimônio e da situação financeira, consolidados, do Grupo ELEC NOR em 31 de dezembro de 2013 e dos resultados de suas operações, das alterações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, consolidados, que ocorreram no Grupo no exercício encerrado nessa data.
 - A partir dos registros de contabilidades mantidos pela Elec nor e pelas restantes instituições integradas no Grupo, que incluem as "Uniãoes Temporárias de Empresas" das quais participam em 31 de dezembro de 2013 e 2012.

As demonstrações financeiras consolidadas do Grupo ELEC NOR correspondentes ao exercício de 2012 foram aprovadas pela Assembleia Geral de Acionistas da Elec nor realizada em 22 de maio de 2013. As demonstrações financeiras consolidadas do Grupo e as demonstrações financeiras das entidades integradas no mesmo, correspondentes ao exercício de 2013, encontram-se pendentes de aprovação pelas suas respectivas Assembleias Gerais de Acionistas. No entanto, o Conselho de Administração da Elec nor entende que essas demonstrações financeiras serão aprovadas sem nenhuma alteração.

b) Adoção das Normas Internacionais de Informação Financeira (NIIF)-

As NIIF-UE estabelecem determinadas alternativas em sua aplicação, entre as quais realçamos as seguintes:

- i) As participações em empresas controladas de forma conjunta podem ser consolidadas por consolidação proporcional ou avaliadas pelo método de equivalência patrimonial utilizando o mesmo critério para todas as participações em entidades controladas em conjunto que o Grupo possua. O Grupo optou pelo critério de consolidar pelo método de equivalência patrimonial todas as sociedades nas quais mantém um controle conjunto com o resto dos seus sócios.
- ii) Tanto os ativos intangíveis como os ativos registrados sob a rubrica "Ativos não circulantes – Imobilizado tangível, líquido" podem ser avaliados pelo valor de mercado ou pelo seu custo de aquisição corrigido pela amortização acumulada e pelos saneamentos feitos, se for o caso. O Grupo optou por registrar os mencionados ativos pelo custo de aquisição corrigido.
- iii) As subvenções de capital podem ser registradas deduzindo do valor contábil do ativo o valor das subvenções de capital recebidas para sua aquisição, ou apresentar as citadas subvenções como um passivo não circulante na demonstração financeira. O Grupo preferiu a segunda opção.
- iv) Aplicando os princípios NIIF-UE, optou-se por não reconstruir as combinações de negócios anteriores a 1º de janeiro de 2004.

- v) As diferenças de conversão geradas antes do dia 1º de janeiro do exercício de 2004 foram classificadas na rubrica "Outras reservas" dentro do capítulo de patrimônio.

Normas adotadas antecipadamente

O Grupo aplicou de modo antecipado as alterações introduzidas na NIC 36 – Informação a divulgar sobre o valor recuperável de ativos não financeiros.

Normas e interpretações emitidas não vigentes

Foram emitidas pelo IASB novas normas contábeis (NIIF) e interpretações (CINIIF) aplicáveis aos exercícios contábeis iniciados após o dia 1º de janeiro de 2014. Uma amostra da natureza da alteração da política contábil e da avaliação, por parte da Diretoria do Grupo Elecnor, do impacto das novas normas que puderam ter efeito nas demonstrações financeiras do Grupo é resumida a seguir:

NIIF 9 Instrumentos financeiros – emitida em outubro de 2010 (pendente de adoção pela União Europeia)

Esta norma, que substitui parcialmente a NIC 39, simplifica os critérios de reconhecimento e avaliação dos instrumentos financeiros, conservando um modelo misto de avaliação e estabelecendo apenas duas categorias principais para os ativos financeiros: custo amortizado e valor justo. O critério de classificação é fundamentado no modelo de negócio da entidade e nas características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro.

A Diretoria estima que a futura aplicação da NIIF 9 não terá um impacto significativo nos ativos e nos passivos financeiros atualmente informados. Em qualquer caso, na data atual o Grupo está analisando todos os futuros impactos de adoção dessa norma e não é possível dar uma estimativa razoável dos seus efeitos enquanto essa análise não estiver completa.

Esta norma está disponível para ser aplicada de forma imediata, porém ainda não foi adotada pela UE.

NIIF 10 Demonstrações financeiras consolidadas - emitida em maio de 2011

Esta nova norma de consolidação substitui a atual NIC 27 "Demonstrações financeiras consolidadas e separadas" bem com a SIC 12 "Sociedades de Propósito Específico". O objetivo desta norma é obter um modelo único de consolidação que se baseia em três aspectos: a exposição ou a existência de direito a retornos variáveis derivados de sua participação; a capacidade de influir nos retornos através do poder que é exercido sobre a participada; e a existência de um vínculo entre poder e retornos.

O Grupo está analisando o impacto desta nova definição de controle em todas as sociedades consolidadas, e previsivelmente não causará alterações no âmbito de consolidação nem no método de consolidação utilizado.

Esta norma entrará em vigor para os exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2014.

NIIF 11 Negócios conjuntos – emitida em janeiro de 2012

Esta norma substitui a atual NIC 31 "Participações em negócios conjuntos". O objetivo desta norma é, em primeiro lugar, a definição de negócios conjuntos dividindo-a em diferentes subcategorias, regulando também a forma de contabilizá-los.

A principal alteração apresentada pela NIIF 11, no que diz respeito à norma atual, é a eliminação da opção de consolidação proporcional para as entidades controladas em conjunto, que passarão a ser incorporadas pelo método de equivalência patrimonial, método que é o que o Grupo Elecnor vem adotando, pelo que a entrada em vigor desta norma não causará nenhum efeito neste sentido.

O Grupo não espera um impacto significativo em suas demonstrações financeiras consolidadas (Notas 2.f).

Esta norma entrará em vigor para os exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2014.

NIC 28 Investimentos em coligadas e negócios conjuntos – emitida em janeiro de 2012

Esta norma é paralela à emissão das novas NIIF acima referidas.

Esta norma entrará em vigor para os exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2014.

NIIF 12 Divulgação de participações em outras entidades - emitida em maio de 2011

Esta norma integra todas as exigências de informação relativas às controladas, negócios conjuntos, coligadas e entidades estruturadas não consolidadas, insistindo no fato de que embora seja permitida a agregação da informação a divulgar, a apresentação deve ser coerente com o objetivo geral de informação a divulgar, e há de ser clara e não causar confusão.

Deste modo, sua entrada em vigor significará, previsivelmente, um aumento dos detalhamentos que o Grupo vem realizando e que são os atualmente exigidos para as participações em outras entidades e em outras formas de investimento.

Esta norma entrará em vigor para os exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2014.

c) Moeda funcional-

As presentes demonstrações financeiras consolidadas são apresentadas em milhares de euros, dado que o euro é a moeda do ambiente econômico principal no qual o Grupo opera. As operações no exterior serão registradas em conformidade com as políticas descritas na Nota 3.f.

d) Responsabilidade da informação e estimativas realizadas-

A informação contida nestas demonstrações financeiras consolidadas é responsabilidade do Conselho de Administração da ELECNOR.

Nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo ELECNOR correspondentes ao exercício de 2013 foram utilizadas, ocasionalmente, estimativas realizadas pela Alta Diretoria do Grupo e das entidades consolidadas – ratificadas posteriormente pelos seus Administradores – para quantificar alguns dos ativos, passivos, receitas, despesas e compromissos que estão registrados nelas. Basicamente, estas estimativas se referem:

- à avaliação de possíveis perdas por deterioração de determinados ativos (Notas 7, 8, 9, 11 e 18),
- à avaliação de possíveis perdas em obras em execução e/ou na carteira de pedidos comprometida,
- ao resultado correspondente ao grau de avanço das obras,
- à vida útil dos ativos tangíveis e intangíveis (Notas 8 e 9),
- ao valor das provisões para riscos de despesas (Nota 16),
- à probabilidade de ocorrência e o valor dos passivos de importância indeterminada ou contingentes (Nota 16),
- à valorização dos fundos de comércio (Nota 7),
- ao valor justo de determinados ativos sem cotação (Notas 11 e 15).

Apesar de estas estimativas serem realizadas em função da melhor informação disponível em 31 de dezembro de 2013 sobre os fatos analisados, é possível que acontecimentos futuros obriguem a alterá-las (para valores mais elevados ou mais reduzidos) nos próximos exercícios, o que seria feito conforme o estabelecido na NIC 8, de forma prospectiva reconhecendo os efeitos da alteração da estimativa na correspondente conta de resultados consolidada.

e) Comparação da informação-

Conforme as exigências da NIC 1, a informação contida neste Relatório da Diretoria, relativa ao exercício de 2013, é apresentada, para efeitos comparativos, junto com a informação semelhante, relativa ao exercício de 2012, que não constitui, por si mesma, as demonstrações financeiras consolidadas do Grupo ELECNOR, respeitantes ao exercício de 2012.

Os Administradores da Sociedade controladora decidiram corrigir um erro contábil ocorrido nas demonstrações financeiras consolidadas do exercício de 2012. Este se refere a que não foi reconhecida a participação na Demonstração do Resultado Global Consolidado de dois investimentos contabilizados pelo método de equivalência patrimonial (Nota 10) gerados pela variação no valor justo de uns derivados de cobertura, quando, tal como é estabelecido pela norma contábil aplicável, a participação proporcional deve ser registrada em "Ajustes de avaliação patrimonial", refletindo-se as alterações na Demonstração de Resultado Global Consolidada.

Igualmente, os Administradores da Sociedade controladora consideram que os empréstimos participativos concedidos às sociedades participadas, a Dioxipe Solar, S.L. e a Aries Solar Termoeléctrica, S.L., são, em resumo, parte do investimento líquido nas referidas sociedades (Notas 2 f) e 11).

Nesse sentido, foi reclassificado o valor negativo que se mantinha em 31 de dezembro de 2012 no saldo de investimentos contabilizados pelo método de equivalência patrimonial como menor valor dos ativos financeiros, onde são registrados os empréstimos participativos concedidos a essas sociedades participadas.

Os principais impactos dessas retificações de erros que, tal como é estabelecido pelos princípios contábeis aplicados e explicados nas demonstrações financeiras consolidadas do exercício de 2012, se registram de forma retroativa e, portanto, alteram os dados iniciais, são os seguintes:

	Milhares de euros	
	Débito	Crédito
Investimentos contabilizados pelo método de equivalência patrimonial (Nota 10)	10.091	
Ajustes por alterações de valor	45.171	
Ativos financeiros não circulantes (Nota 11)		55.262

Estes impactos são registrados, adicionalmente, de forma retroativa em 1º de janeiro de 2012, sendo as quantias reclassificadas sobre os valores em 31 de dezembro de 2011 as seguintes:

	Milhares de euros	
	Débito	Crédito
Investimentos contabilizados pelo método de equivalência patrimonial (Nota 10)		29.871
Ajustes por alterações de valor	29.871	

A Demonstração do Resultado Global Consolidada do exercício de 2012 também está recalculada, sendo alterada a variação em outro resultado global dos investimentos contabilizados pelo método de equivalência patrimonial num valor de - €15.300.000.

f) Princípios de consolidação-

Abrangência

As demonstrações financeiras consolidadas do Grupo ELECNOR incluem todas as sociedades controladas da Elecnor, S.A., com exceção daquelas que, de forma independente e em conjunto, não têm importância relativa.

Conclui-se que existe controle quando a Sociedade controladora possui, direta ou indiretamente, mais da metade do poder de voto de outra sociedade, exceto em circunstâncias excepcionais na qual se possa demonstrar claramente que esta posse não constitui controle (Nota 10). Também existe controle quando a Sociedade controladora possui a metade ou menos do poder de voto de uma sociedade e dispõe de:

- poder sobre mais da metade dos direitos de voto, em virtude de um acordo com outros investidores;
- poder para dirigir as políticas financeiras e de operação da sociedade, conforme uma disposição legal ou estatutária ou um acordo;
- poder para nomear ou revogar a maioria dos membros do Conselho de Administração;
- poder para emitir a maior dos votos nas reuniões do Conselho de Administração.

Procedimentos

As sociedades controladas são consolidadas pelo método de consolidação global, o que significa que são totalmente eliminados os saldos, transações, depósitos e despesas intragrupo.

Também todas as demonstrações financeiras utilizadas da Sociedade controladora e das sociedades controladas se referem a uma mesma data e foram elaboradas utilizando políticas contábeis uniformes.

As participações não controladoras nos ativos líquidos das sociedades controladas são identificadas dentro do patrimônio de forma separada do patrimônio da Sociedade controladora.

As alterações na participação de uma sociedade controlada que não originam uma perda de controle são contabilizadas como transações de patrimônio, isto é, qualquer diferença é reconhecida diretamente no patrimônio.

Combinações de negócio

Considera-se que o Grupo está realizando uma combinação de negócios quando os ativos adquiridos e os passivos assumidos constituem um negócio. O Grupo registra cada combinação de negócios aplicando o método de aquisição, o que significa identificar o adquirente, determinar a data de aquisição, que é aquela na qual se obtém o controle, bem como o custo de aquisição, reconhecer e medir os ativos identificáveis adquiridos, os passivos assumidos e qualquer participação não controladora e, por último, se for o caso, reconhecer e medir o Fundo de Comércio ou a Diferença Negativa de Consolidação.

Os custos incorridos na aquisição são reconhecidos como despesas do exercício em que ocorrem, de forma que não são considerados maior custo da combinação.

Os ativos identificáveis adquiridos e os passivos assumidos são medidos pelo seu valor justo na data de aquisição, e a participação não controladora é avaliada pela parte proporcional dessa participação nos ativos líquidos identificáveis.

No caso das aquisições por etapas, o adquirente reavalia na data de tomada de controle sua participação prévia pelo seu valor justo, registrando a correspondente mais-valia ou perda na conta de resultados.

Igualmente, as transações entre a Sociedade controladora e as participações não controladoras (operações posteriores à obtenção do controle nas quais a sociedade controladora adquire mais participações dos juros minoritários ou aliena participações sem perder o controle), são contabilizadas como transações com instrumentos de patrimônio.

O Grupo reconhece um Fundo de Comércio na data de aquisição pela diferença positiva entre:

- a soma (i) da contraprestação transferida medida pelo seu valor justo na data de aquisição, (ii) do valor da participação não controladora, e (iii) se for uma combinação de negócios realizada por etapas, o valor justo na data de aquisição da participação anteriormente tida pelo Grupo, e
- o valor líquido dos ativos identificáveis adquiridos e dos passivos assumidos.

Em caso de esta diferença ser negativa, o Grupo analisará novamente todos os valores para poder determinar se realmente existe uma compra realizada em termos muito vantajosos, em cujo caso essa diferença irá para resultados.

Perdas de controle

Quando o Grupo perde o controle sobre uma sociedade controlada, dá de baixa os ativos (incluindo o Fundo de Comércio) e passivos da controlada e a participação não controladora pelo seu valor contábil na data em que perder o controle, reconhecer a contraprestação recebida e a participação mantida na referida sociedade pelo seu valor justo na data em que se perde o controle, reconhecendo-se o resultado pela diferença.

Participações em negócios conjuntos e sociedades coligadas

Um negócio conjunto é definido como um acordo contratual em virtude do qual dois ou mais participantes empreendem uma atividade econômica que é submetida a um controle conjunto, o que ocorre somente quando as decisões estratégicas, tanto financeiras quanto operativas da atividade exigem o consentimento unânime das partes que estão compartilhando o controle (os participantes).

Entre as formas que os negócios conjuntos podem adotar, o Grupo distingue entre:

- Entidades controladas em conjunto, que são aqueles negócios conjuntos que comportam a criação de uma sociedade jurídica independente na qual se adquire uma participação.

O Grupo inclui dentro desta categoria as suas participações em sociedades nas quais existe um acordo contratual entre os sócios que estabelece um controle conjunto sobre a atividade econômica das mesmas.

- Operações e ativos controlados de forma conjunta, que supõem a combinação das operações, recursos e experiência dos participantes para a obtenção de uns determinados resultados, mas que não implicam a constituição de uma sociedade jurídica independente.

O Grupo inclui dentro desta categoria as UTEs (União Temporárias de Empresas) através das quais desenvolve parte de sua atividade.

Por outro lado, uma sociedade será considerada associada quando, sem exercer um controle sobre a mesma, sim se exerce uma influência significativa.

O Grupo Elecnor consolida suas participações com entidades controladas em conjunto e em sociedades coligadas conforme o método de equivalência patrimonial. Segundo este método, o investimento é registrado, inicialmente, pelo seu custo.

A participação do Grupo nos lucros ou nas perdas das sociedades coligadas obtidas a partir da data de aquisição é registrada como um aumento ou uma diminuição do valor dos investimentos com crédito ou débito na rubrica "Participação no resultado do exercício das coligadas contabilizadas aplicando o método de equivalência patrimonial" da conta de resultados. Igualmente, a participação do Grupo em "outro resultado global" das coligadas obtido a partir da data de aquisição é registrada como um aumento ou diminuição do valor dos investimentos nas coligadas, sendo reconhecida a contrapartida por natureza em "outro resultado global" da Demonstração do Resultado Global Consolidado. As distribuições de dividendos são registradas como reduções do valor dos investimentos.

As perdas nas sociedades coligadas que correspondem ao Grupo se limitam ao valor do investimento líquido, exceto naqueles casos nos quais tiver sido assumido, por parte do Grupo, obrigações legais ou implícitas, ou tiverem sido efetuados pagamentos em nome das sociedades coligadas.

Por outro lado, se a parte que corresponder ao Grupo nas perdas de uma associada, ou num negócio conjunto igualar ou ultrapassar sua participação nessa associada ou nesse negócio conjunto, deixará de reconhecer a parte que lhe possa corresponder em ulteriores perdas. Para esses efeitos, a participação na coligada ou no negócio conjunto será igual ao valor contábil registrado do investimento, calculado segundo o método de equivalência patrimonial, ao que será acrescentado o valor de qualquer outra parte

no longo prazo que, em resumo, fizer parte do investimento líquido do Grupo na associada.

Independentemente das perdas reconhecidas, conforme o acima explicado, o Grupo analisa possíveis deteriorações adicionais, segundo as normas sobre ativos financeiros (Nota 3.m) e considerando o investimento pela sua totalidade e não apenas pelo Fundo de Comércio que, se for o caso, tiver incorporado.

As UTE são consolidadas pelo método de consolidação proporcional integrando sua porcentagem nos ativos e passivos da correspondente entidade em cada rubrica da demonstração da situação financeira consolidada e da conta de resultados consolidada que lhe corresponder.

Diferenças de conversão

Na consolidação, os ativos e os passivos das sociedades do Grupo no exterior com moeda funcional diferente do euro são convertidos segundo as taxas de câmbio em vigor na data do balanço. As rubricas de receitas e despesas são convertidas conforme as taxas de câmbio médias do período, a não ser que elas fluam de forma significativa. As contas de capital e reservas são convertidas às taxas de câmbio históricas. As diferenças de câmbio resultantes, caso haja, são classificadas como patrimônio líquido. Essas diferenças de conversão são reconhecidas como receitas ou despesas no período em que o investimento é realizado ou alienado. A distribuição de dividendos por parte do respectivo negócio no exterior, na medida em que não represente uma perda de controle da mesma, não será considerada uma disposição parcial da participação.

g) Variações no perímetro de consolidação-

As variações mais significativas ocorridas no perímetro de consolidação no exercício de 2013 foram as seguintes:

- Com data de 23 de abril de 2013, a Elecnor, S.A. vendeu 10% das sociedades controladas brasileiras, a Parques Eólicos Palmares, S.A., a Ventos da Lagoa, S.A. e a Ventos do Litoral Energia, S.A., passando a participação do Grupo a ser de 100% a 90% no capital social das mencionadas companhias. A diferença entre o preço de venda e o valor atribuído aos juros minoritários no momento da transação, a qual ascendeu a €182.000, aproximadamente, foi registrada com débito na rubrica "Reservas" do Patrimônio líquido da demonstração da situação financeira consolidada em 31 de dezembro de 2013 anexa (Nota 13).
- Durante diferentes datas do mês de setembro de 2013, a Elecnor, S.A. adquiriu 13,48% de participação restante sobre a Adhorna Prefabricación, S.A. passando a deter uma porcentagem de participação de 100%. A diferença entre o preço de compra e o valor atribuído aos juros minoritários no momento da transação, a qual ascendeu a €634.000, aproximadamente, foi registrada com débito na rubrica "Reservas" do Patrimônio líquido da demonstração da situação financeira consolidada em 31 de dezembro de 2013 anexa (Nota 13).
- Com data de 15 de agosto de 2013, a Elecnor, S.A. constituiu, através da Elecnor, Inc. a sociedade Elecnor Hawkeye, LLC. Com data de 14 de novembro de 2013, a Elecnor Hawkeye, LLC adquiriu da Hawkeye, LLC os ativos e passivos necessários para desenvolver sua atividade com efeitos retroativos em 1º de novembro de 2013. O investimento financeiro na sociedade de nova criação ascende a € 1.500.000.

A seguir são apresentadas as importâncias reconhecidas de ativos adquiridos e passivos pelo seu valor justo assumidas, identificáveis na aquisição desta sociedade e correspondentes a 100% da mesma:

	Milhares de euros
Imobilizado intangível	733
Imobilizado tangível	5.554
Devedores comerciais e outras contas a receber	15.432
Estoques	389
Passivos financeiros	(20.618)
Total ativos líquidos identificáveis	1.490

Em relação à aquisição de diversas combinações de negócio anteriores, o Grupo Elecnor gerou um passivo por pagamentos aos anteriores acionistas que dependiam do cumprimento de certas variáveis no valor de €16.037.000, registrados na rubrica "Outros passivos não circulantes". Durante o exercício de 2013 os Administradores consideraram que há suficientes evidências de que esse valor não vai ser pago e, por isso, o reverteram totalmente, registrando a receita correspondente na rubrica de variação de valor justo em instrumentos financeiros.

Do mesmo modo, as variações mais significativas ocorridas no perímetro da consolidação no exercício de 2012 foram as seguintes:

- Com data de 27 de março de 2012, a sociedade controlada Enerfín Enervento, S.A. cindiu uma parte da sua atividade, consistente na gestão e direção da sua participação de 91% no capital social da sociedade brasileira Ventos do Sul Energia, S.A., para uma sociedade de nova criação denominada Enerfín Enervento Exterior, S.L., da qual o Grupo passou a ser proprietário de 70%, sendo que o proprietário do restante 30% é a sociedade NCG Banco, S.A., acionista, por sua vez, da Sociedade controladora.

Posteriormente, com data de 16 de maio de 2012, o Grupo adquiriu da NCG Banco, S.A. 30% que esta possuía na mencionada sociedade por um valor de €30.500.000, os quais foram totalmente integralizados no momento da operação. De acordo com os princípios de consolidação descritos na Nota 2.f do Relatório da Auditoria anexo, a diferença entre o preço de compra mencionado e o valor atribuído aos juros minoritários no momento da transação, a qual ascendeu a €13.300.000, aproximadamente, foi registrada com débito na rubrica "Reservas" do Patrimônio líquido do passivo da demonstração da situação financeira consolidada em 31 de dezembro de 2012 anexa (Nota 13).

- Com data de 27 de abril de 2012, a Elecnor, S.A. adquiriu 100% das participações sociais da sociedade Jomar Seguridad, S.L.U. O preço de compra, que ascendeu a €2.800.000, foi totalmente pago durante o exercício de 2012.

Os valores reconhecidos de ativos adquiridos e passivos assumidos identificáveis na aquisição desta sociedade, relativos a 100% da mesma, foram os seguintes:

	Milhares de euros
Imobilizado intangível	20
Imobilizado tangível	158
Outros ativos financeiros não circulantes	8
Devedores comerciais e outras contas a receber	2.086
Estoques	51
Outros ativos financeiros circulantes	67
Numerário e outros ativos líquidos equivalentes	431
Subvenções	(2)
Outros passivos circulantes e não circulantes	(1.666)
Total ativos líquidos identificáveis	1.153

O fundo de comércio surgido da aquisição da sociedade acima mencionada ascendeu a €1.647.000, aproximadamente, e foi registrado com débito na rubrica "Ativo intangível – Fundo de Comércio" do ativo da demonstração da situação financeira consolidada em 31 de dezembro de 2012 anexa (Nota 7).

O valor líquido do volume de negócios e os resultados incluídos na conta dos resultados consolidada em 31 de dezembro de 2012, desde a data da combinação, ascenderam a, aproximadamente, €2.829.000 e a um ganho de €110.000, respectivamente. Se a sociedade mencionada tivesse sido incluída no perímetro de consolidação desde 1º de janeiro de 2012, o valor líquido do volume de negócios e o resultado teriam aumentado em €1.846.000, e diminuído em €27.000, respectivamente.

- Com data de 31 de maio de 2012, a Elecnor, S.A. adquiriu 35% das participações sociais da Teytel, S.L., passando a ser o sócio único da mesma.

O preço de compra ascendeu a €1.600.000, dos quais €600.000 foram integralizados no exercício de 2012. O valor restante será efetivado em setembro de 2014. Posteriormente, com data de 17 de outubro de 2012, o Conselho de Administração da Elecnor, S.A. acordou a fusão por absorção da sociedade controlada anterior pela controladora. Essas operações foram formalizadas numa escritura pública no dia 26 de dezembro de 2012.

De acordo com os princípios de consolidação descritos na Nota 2.f do Relatório da Diretoria anexo, a diferença entre o preço de compra mencionado e o valor atribuído aos juros minoritários no momento da transação, que ascendeu a €3.400.000, aproximadamente, foi registrada com débito na rubrica "Reservas" do Patrimônio líquido da demonstração da situação financeira consolidada em 31 de dezembro de 2012 anexa (Nota 13).

- Com data de 12 de junho de 2012 a Elecnor, S.A. adquiriu de um terceiro 55% da sociedade IQA Operations Group Limited, cuja atividade consiste no desenvolvimento de infraestruturas elétricas, no valor de €6.884.000, aproximadamente; importância que foi totalmente integralizada durante o exercício de 2012. A operação foi realizada mediante duas operações simultâneas consistentes na aquisição inicial de 33% da sociedade diretamente dos seus sócios e na subscrição e integralização total de um aumento de capital até alcançar a mencionada porcentagem de participação.

Os valores reconhecidos de ativos adquiridos e passivos assumidos, identificáveis na aquisição desta sociedade e correspondentes a 100% da mesma, foram os seguintes:

	Milhares de euros
Imobilizado tangível	1.226
Outros ativos financeiros não circulantes	610
Devedores comerciais e outras contas a receber	1.168
Estoques	1.222
Numerário e outros ativos líquidos equivalentes	2.762
Passivos financeiros	(4.817)
Total ativos líquidos identificáveis	2.171

De acordo com o que foi referido na Nota 2.f do Relatório da Diretoria sobre as demonstrações financeiras consolidadas anexas, a diferença entre esse valor dos ativos e dos passivos reconhecidos e a soma da contraprestação entregue para obter o controle e a quantia dos juros minoritários, no valor de €5.690.000, aproximadamente, foi registrada com débito na rubrica “Imobilizado intangível – Fundo de comércio” do ativo não circulante da demonstração da situação financeira consolidada em 31 de dezembro de 2012 anexa (Nota 7).

Os valores das receitas e resultados da adquirida, incluídos na conta de resultados consolidada do exercício de 2012 anexa, desde a data de aquisição, ascenderam a, aproximadamente, €10.004.000 e a €314.000 de perda, respectivamente. Do mesmo modo, as receitas e os resultados da sociedade adquirida correspondentes ao exercício de 2012, que teriam sido integrados se a data de aquisição tivesse coincidido com o início do referido exercício, ascenderiam a aproximadamente €4.968.000 e a €223.000, respectivamente.

- Com data de 29 de junho de 2012, e após serem cumpridas as condições necessárias exigidas em virtude do contrato assinado com um terceiro no dia 23 de dezembro de 2011, ocorreram as seguintes transações:
- Compra de 35,42% do capital social da sociedade Parque Eólico de Malpica, S.A., da qual, até a data, se detinha 33,22% e que era avaliada pelo método de equivalência patrimonial.
- Venda, de forma simultânea e ao vendedor da sociedade adquirida, e como contraprestação da operação de compra acima descrita, de 10% da Sociedad Eólica Los Lances, S.A. e de 1,4% da Sociedad Eólica de Andalucía, S.A., investimentos que o Grupo tinha registrados na rubrica “Ativos financeiros não circulantes” do ativo não circulante da demonstração da situação financeira (Nota 11).

As diferentes sociedades acima mencionadas têm como atividade a exploração e a manutenção de diferentes parques eólicos.

A seguir é detalhado o valor justo na data da aquisição da participação no Parque Eólico de Malpica, S.A. mantida pela adquirente imediatamente antes da data de aquisição, bem como o seu valor contábil e o valor dos ganhos ou das perdas reconhecidos provenientes de avaliar novamente o valor justo da participação no patrimônio da adquirida, mantida pela adquirente antes da combinação de negócios:

	Milhares de euros
Valor justo na data da aquisição da participação no patrimônio da adquirida, mantida pela adquirente imediatamente antes da data de aquisição	2.071
Valor contábil	1.400
Valor dos ganhos ou perdas reconhecidos	671

De acordo com os princípios e políticas contábeis e critérios de avaliação aplicáveis ao Grupo ELECNOR, no registro da aquisição da sociedade Parque Eólico de Malpica, S.A. a contraprestação entregue (as participações em 10% e 1,4% nas sociedades Sociedad Eólica Los Lances, S.A. e Sociedad Eólica de Andalucía, S.A., respectivamente, que o Grupo detinha) foi avaliada pelo seu valor justo, determinado com base nas avaliações realizadas em relação às mesmas, as quais são consistentes com os preços estabelecidos pelas partes na transação de compra e venda, o que significou o reconhecimento de um ganho na conta de resultados respeitante ao exercício de 2012 de €1.430.000, aproximadamente.

Os valores reconhecidos de ativos adquiridos e passivos assumidos, identificáveis na aquisição da Parque Eólico de Malpica, S.A., correspondentes a 100% da sociedade, foram os seguintes:

	Milhares de euros
Imobilizado tangível	8.182
Outros ativos financeiros não circulantes	146
Devedores comerciais e outras contas a receber	763
Outros ativos circulantes	200
Numerário e outros ativos líquidos equivalentes	1.281
Subvenções	(393)
Ajustes por alterações de valor	(143)
Dívida financeira	(688)
Impostos diferidos passivos	(1.623)
Outros passivos circulantes e não circulantes	(1.492)
Total ativos líquidos identificáveis	6.233

De acordo com o que foi referido na Nota 2.f do Relatório da Diretoria sobre as demonstrações financeiras consolidadas, relativas ao exercício de 2012, os mencionados ativos adquiridos e os passivos assumidos foram registrados pelo seu valor justo na data da combinação de negócios, sobre a base das avaliações realizadas em relação aos investimentos entregues como contraprestação, as quais são consistentes com o preço estabelecido nas respectivas transações de compra e venda, revelando-se uma revalorização do imobilizado tangível adquirido, em relação ao seu valor contábil imediatamente antes da combinação, no valor de €5.193.000, aproximadamente.

As receitas e resultados da sociedade adquirida, respeitantes ao primeiro semestre do exercício de 2012, e que teriam sido integrados se a data de aquisição tivesse coincidido com o início do exercício, ascenderiam a aproximadamente €1.370.000 e a €280.000, respectivamente. Os resultados da adquirida obtidos antes da data de aquisição ascenderam a €93.000, aproximadamente; os quais foram registrados na rubrica "Lucros em sociedades contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial" da conta de resultados consolidada correspondente ao exercício anual encerrado em 31 de dezembro de 2012.

- Com data de 7 de novembro de 2011 foi constituída a sociedade Gasoducto de Morelos, S.A.P.I. de C.V. com o capital social de €3.000 euros, dividido em 50.000 ações de €0,05 de valor nominal cada uma. Durante os exercícios de 2012 e de 2011 foram feitos diversos aumentos e contribuições para futuros aumentos de capital, no valor total de €10.414.000, aproximadamente. Em 31 de dezembro de 2012 o Grupo ELECNOR possuía 50% desta sociedade controlada, pelo que a mesma, e de acordo com os princípios de consolidação descritos na Nota 2.f, foi consolidada no exercício de 2012 pelo método de equivalência patrimonial.
- Por último, no exercício de 2012, o Grupo ELECNOR incorporou ao perímetro de consolidação determinadas sociedades que não foram incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas correspondentes ao exercício de 2011, na medida em que os Administradores da Sociedade controladora consideraram que a sua inclusão não significava um impacto significativo. Em particular, no exercício de 2012, foram consolidadas por consolidação global as sociedades Elecnor, Inc. e Elecfrance SARL.

Do mesmo modo, no exercício de 2012 foram constituídas as sociedades Integração Maranhense Transmissora de Energia, Caiuá Transmissora de Energia e Proyectos Eléctricos Agua Prieta, S.A.P.I. de C.V., as quais foram integradas pelo método de consolidação global.

Em 31 de dezembro de 2012 o total dos ativos líquidos consolidados por consolidação global, correspondentes às referidas sociedades, foi o seguinte:

Milhares de euros

	Integração Maranhense Transmissora de Energia, S.A.	Caiuá Transmissora de Energia, S.A.	Electrance, SARL	Proyectos Eléctricos Agua Prieta, S.A.P.I. de C.V.	Subgrupo Elenor, Inc.
Imobilizado tangível	-	-	-	74	504
Imobilizado intangível	-	-	-	-	38
Ativos financeiros não circulantes	5.091	5.857	-	7	-
Estoques	-	-	9	1.872	-
Devedores comerciais e outras contas a receber	1.552	586	1.821	7.413	2.674
Numerário e outros ativos líquidos equivalentes	848	581	1.971	655	2.236
Outros ativos circulantes	-	-	-	9.016	67
Outros passivos circulantes e não circulantes	(270)	(1.140)	(387)	(19.088)	(5.686)
Total ativos líquidos	7.221	5.884	3.414	(51)	(167)

O impacto do resto de operações não foi significativo nas demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2012.

3. Princípios e políticas contábeis e critérios de avaliação aplicados

a) Ativos não circulantes mantidos para a venda-

Os ativos não circulantes classificados como mantidos para a venda são apresentados avaliados pelo menor valor entre o seu valor contábil e o valor justo, menos os custos de venda necessários.

Os ativos não circulantes são classificados como ativos mantidos para a venda se seu valor contábil for recuperado, principalmente, através de uma operação de venda e não através da sua utilização. Esta condição é considerada cumprida apenas quando a venda for muito provável e o ativo estiver disponível para a venda imediata em sua condição atual. A Diretoria do Grupo ELEC NOR deve estar comprometida com um plano de venda, o qual deve ocorrer, previsivelmente, num prazo de um ano contado da data de classificação.

Em 31 de dezembro de 2013 existem €4.370.000 (€5.571.000 no exercício de 2012), aproximadamente, classificados dentro desta rubrica do ativo da demonstração da situação financeira consolidada anexa, os quais se referem, principalmente, ao custo das instalações que a sociedade controlada Adhorna Prefabricación, S.A. mantém em Tortosa (Tarragona - Espanha).

b) Fundo de comércio-

O fundo de comércio gerado na consolidação é calculado conforme o que foi explicado na Nota 2.f.

Os fundos de comércio revelados a partir de 1º de janeiro de 2004 continuam sendo avaliados pelo seu custo de aquisição e os apresentados antes desta data, mantêm-se pelo seu valor líquido registrado em 31 de dezembro de 2003, de acordo com os critérios contábeis aplicados até a referida data (Nota 2.f). Em ambos os casos, desde o dia 1º de janeiro de 2004, não se amortiza o fundo de comércio, e no encerramento de cada exercício contábil é estimado se eles sofreram alguma deterioração que reduziu o seu valor recuperável a um valor inferior ao custo líquido registrado, procedendo-se, se for o caso, ao pertinente saneamento (Nota 3.k).

As perdas por deterioração relacionadas com os fundos de comércio não são objeto de reversão posterior.

c) Reconhecimento de receitas-

As receitas por vendas e a prestação de serviços são reconhecidas pelo valor de mercado dos bens ou direitos recebidos em contraprestação pelos bens e serviços prestados, conforme corresponder, no decorrer da operação normal do negócio das sociedades do Grupo, líquido de descontos e de impostos aplicáveis.

c.1 Contratos de construção e prestação de serviços-

Quando for possível realizar uma estimativa confiável do resultado de um contrato de construção, as receitas e as despesas derivadas do mesmo serão reconhecidas através da aplicação do método do grau de avanço, isto é, em função do grau de realização de cada uma das obras na data da demonstração da situação financeira.

Isso significar reconhecer como receita em cada exercício a porcentagem das receitas totais estimadas, que comportem os custos incorridos no mesmo sobre os custos totais estimados.

As receitas totais abrangem o valor inicial acordado no contrato, bem como as alterações e reclamações, que é muito provável que sejam recebidas e possam ser medidas com confiabilidade.

As despesas totais abrangem os custos relacionados diretamente com o contrato específico, os custos relacionados com a atividade de contratação em geral e podem ser imputados ao contrato específico, e qualquer outro custo que possa ser debitado ao cliente, sob os termos pactuados no contrato.

As perdas que possam ocorrer nas obras em andamento são registradas, na sua totalidade, quando forem conhecidas ou possam ser estimadas.

Os valores correspondentes a certidões ou faturamentos antecipados são registrados na rubrica "Credores comerciais e outras contas a pagar – Adiantamentos de clientes e faturamento antecipado" do passivo da demonstração da situação financeira consolidada anexa nos valores de €360.570.000 e €463.998.000, em 31 de dezembro de 2013 e 2012, respectivamente (Nota 17).

As receitas por prestação de serviços são reconhecidas quando puderem ser estimadas com confiabilidade, considerando o grau de conclusão da prestação final. Se não for possível estimar de forma confiável, apenas serão reconhecidas as receitas na quantia das despesas reconhecidas que sejam consideradas recuperáveis.

O Grupo ELECNOR reconheceu como volume de negócios, em relação a diversos contratos de grau de avanço e prestação de serviços que mantém, uns valores de aproximadamente €1.807.000.000 e de €1.856.000.000, respectivamente, nos exercícios de 2013 e de 2012 (Nota 21). Do mesmo modo, o valor dos custos incorridos nos contratos de construção e prestação de serviços no exercício de 2013 ascende a, aproximadamente, €1.536.000 (€1.578.000 em 2012).

Por último, os valores relativos às retenções nos pagamentos efetuados pelos clientes ascendem a €18.518.000 e a €16.182.000, respectivamente, para os exercícios de 2013 e de 2012, e estão registrados na rubrica "Devedores comerciais e outras contas a receber" do ativo da demonstração da situação financeira consolidada anexa.

c.2 Venda de bens-

As vendas são reconhecidas quando forem transferidos todos os riscos e vantagens, de tipo significativo, derivados da propriedade dos bens, não se retiver o controle efetivo sobre os mesmos, o valor das receitas puder ser medido com confiabilidade, for provável que as receitas sejam recebidas, e os custos incorridos, ou por incorrer, em relação à transação, puderem ser medidos com confiabilidade.

c.3 Juros e dividendos-

Essas receitas são reconhecidas sempre que seja provável seu recebimento e se possa medir com confiabilidade.

Os juros são reconhecidos utilizando o método de juros efetivos, que é a taxa que desconta exatamente os fluxos futuros em numerário estimados ao longo da vida prevista do ativo financeiro pelo valor líquido contábil do referido ativo.

As regalias são reconhecidas utilizando o critério de competência, de acordo com a substância do acordo.

Os dividendos são reconhecidos quando for estabelecido o direito a recebê-los por parte do Grupo.

d) Arrendamentos-

O Grupo ELECNOR classifica como arrendamento mercantil aqueles contratos de arrendamento nos quais a parte arrendadora transmite para a parte arrendatária todos os riscos e benefícios da propriedade do bem. Os restantes arrendamentos são classificados como arrendamentos operacionais.

Os bens adquiridos em regime de arrendamento mercantil são registrados na categoria do ativo não circulante que corresponder com sua natureza e funcionalidade, pelo menor entre o valor justo do bem objeto do contrato e a soma do valor atual das quantias a pagar à parte arrendadora e da opção de compra, com crédito na rubrica "Dívida financeira" da demonstração da situação financeira consolidada. Esses bens são amortizados com critérios semelhantes aos utilizados para os bens que são da propriedade do Grupo ELECNOR e que têm a mesma natureza.

As despesas originadas pelos arrendamentos operacionais são imputadas à rubrica "Outras despesas operacionais" da conta de resultados consolidada durante a vida do contrato seguindo o critério de competência. Em termos gerais, os contratos de arrendamento são prorrogáveis anualmente.

Durante os exercícios de 2013 e 2012 as despesas por arrendamento incluídas na rubrica "Outras

despesas operacionais” da conta de resultados consolidada anexa ascenderam a aproximadamente €44.819.000 e a €54.632.000, respectivamente. Os contratos de arrendamento operacional mais significativos que o Grupo ELEC NOR tem nos exercícios de 2013 e 2012 são os que se referem à maquinaria e aos elementos de transporte, bem como aos imóveis utilizados no desenvolvimento de sua atividade.

No encerramento do exercício de 2013 o Grupo tem contratadas com as partes arrendadoras as seguintes quotas de arrendamento mínimas, de acordo com as atuais em vigor, sem ter em conta a repercussão de despesas comuns, aumentos futuros pelo IPC, nem atualizações futuras de rendimentos pactuados contratualmente (em milhares de euros):

Arrendamentos operacionais - quotas mínimas	Valor nominal
Menos de um ano	23.622
Entre um e cinco anos	21.143
Mais de cinco anos	28.958
Total	73.723

As quotas mínimas de arrendamentos operacionais não incluem os arrendamentos de maquinaria e de elementos de transporte que são arrendados durante o período de duração das obras que o Grupo executa, já que os Administradores da Sociedade controladora estimam que não há compromissos no longo prazo em relação a esses arrendamentos.

e) Custos por juros-

Os custos por juros diretamente imputáveis à aquisição, construção ou produção de ativos que, necessariamente, precisam de um período de tempo substancial para estarem preparados para seu uso ou venda previstos são acrescentados ao custo dos referidos ativos, até o momento em que os ativos estejam substancialmente preparados para serem usados ou vendidos (Nota 3.h). As receitas provenientes de investimentos obtidos no investimento temporário do numerário obtido de empréstimos específicos, que ainda não foram investidas em ativos qualificados, são deduzidas dos custos por juros aptos para a capitalização.

Os outros custos por juros são reconhecidos nos resultados no período em que incorrem.

f) Moeda estrangeira-

A moeda funcional da Sociedade controladora é o euro. Consequentemente, todos os saldos e transações denominados em moedas diferentes do euro serão considerados como denominados em moeda estrangeira.

108.As operações realizadas em moeda diferente do euro serão registradas em euros pelas taxas de câmbio em vigor no momento da transação. Durante o exercício, as diferenças verificadas entre a taxa de câmbio contabilizada e a que se encontra em vigor na data da cobrança ou pagamento serão registradas com débito ou crédito nos resultados, exceto nos seguintes casos:

- Diferenças de câmbio derivadas de operações de cobertura ou “hedging” (Nota 15).
- Diferenças de câmbio decorrentes de um passivo em moeda estrangeira que é tratado de forma contábil como uma cobertura para o investimento líquido da empresa numa entidade estrangeira.

Do mesmo modo, a conversão dos valores de rendimento fixo, bem como dos créditos e débitos em moeda diferente do euro em 31 de dezembro de cada ano, diferente da moeda em que estão denominadas as demonstrações financeiras das sociedades que fazem parte do perímetro de consolidação, é feita segundo a taxa de câmbio de encerramento. As diferenças de avaliação ocorridas são registradas com débito ou crédito na rubrica “Diferenças de câmbio” da conta de resultados consolidada.

Aquelas operações realizadas em moeda estrangeira nas quais o Grupo ELEC NOR decidiu mitigar o risco das taxas de câmbio mediante a contratação de derivativos financeiros ou outros instrumentos de cobertura serão registradas conforme os princípios descritos na Nota 3.m.

Com caráter geral, as moedas funcionais das sociedades consolidadas e coligadas radicadas no estrangeiro coincidem com suas moedas de apresentação. Do mesmo modo, nenhuma das moedas funcionais das sociedades consolidadas e coligadas radicadas no estrangeiro corresponde a economias consideradas hiperinflacionárias, conforme os critérios estabelecidos a esse respeito pelas Normas Internacionais de Informação Financeira, salvo no caso da Venezuela. No encerramento contábil dos exercícios de 2013 e 2012 foram expressas novamente as referidas demonstrações financeiras em termos da unidade de medida corrente em 31 de dezembro de 2013 e 2012. As demonstrações financeiras da Venezuela estavam elaboradas utilizando o método do custo histórico e foram expressas novamente

aplicando um índice geral de preços de 45,78%. Em 31 de dezembro de 2013 o impacto acumulado no patrimônio líquido, pelo fato de terem sido expressas novamente, ascende a €5.298.000 aproximadamente (€4.756.000, aproximadamente, em 31 de dezembro de 2012).

O contravalor em euros dos ativos e passivos monetários em moeda diferente do euro mantidos pelo Grupo ELECENOR em 31 de dezembro de 2013 e 2012 corresponde à seguinte discriminação:

	Contravalor em Milhares de euros			
	2013		2012	
Moeda dos saldos	Ativos	Passivos	Ativos	Passivos
Peso argentino	10.751	10.136	14.165	13.657
Real brasileiro	652.203	479.250	562.740	551.515
Dólar EUA	182.510	271.603	63.687	266.613
Dólar canadense	32.839	172.106	171.025	201.732
Bolívar venezuelano	83.843	30.226	61.812	26.548
Peso chileno	32.033	20.167	41.819	22.490
Peso mexicano	28.389	24.264	69.084	65.420
Peso uruguaio	18.450	15.204	15.848	12.984
Dirham marroquino	415	363	18	3
Dinar argelino	3.073	658	2.326	966
Lempira hondurenho	393	-	387	-
Kwanza angolano	10.385	355	7.278	352
Peso dominicano	3.066	1.359	4.442	1.284
Libra esterlina	5.920	4.914	4.432	2.783
Outros	4.030	542	1.283	374
Total	1.068.300	1.031.147	1.020.346	1.166.721

O detalhamento dos principais saldos em moeda estrangeira, atendendo a natureza das rubricas que os integram, é o seguinte:

	Contravalor em Milhares de euros			
	2013		2012	
Natureza dos saldos	Ativos	Passivos	Ativos	Passivos
Investimentos financeiros no longo prazo (*)	549.809	-	479.337	-
Estoques	14.911	-	59.476	-
Devedores	366.999	-	282.400	-
Numerário e outros ativos líquidos equivalentes	136.581	-	199.133	-
Credores	-	337.482	-	460.623
Dívida financeira (Nota 14)	-	693.665	-	706.098
Total	1.068.300	1.031.147	1.020.346	1.166.721

(*) Refere-se principalmente a ativos financeiros por concessões administrativas (Nota 11).

g) Imposto sobre lucros-

A despesa pelo Imposto sobre Sociedades espanhol e pelos impostos de natureza semelhante aplicáveis às sociedades estrangeiras consolidadas é reconhecida na conta de resultados consolidada, exceto quando forem consequência de uma transação cujos resultados são registrados diretamente no patrimônio líquido. Neste caso, o imposto correspondente também será registrado no patrimônio líquido.

A contabilização da despesa por imposto sobre sociedades é feita pelo método do passivo baseado no balanço geral. Este método consiste na determinação dos impostos antecipados e diferidos em função das diferenças entre o valor contábil dos ativos e passivos e a sua base fiscal, utilizando as taxas fiscais que se espera que estejam objetivamente em vigor quando os ativos e os passivos forem realizados (Notas 18 e 19). A alíquota geral do Imposto sobre Sociedades espanhol se situa, desde 1º de janeiro de 2008, em 30%.

Os impostos diferidos ativos e passivos originados por débitos ou créditos diretos nas contas de patrimônio também são contabilizados com débito ou crédito no patrimônio.

São reconhecidos passivos por impostos diferidos para todas as diferenças temporárias tributáveis, a não ser que a diferença temporária for derivada do reconhecimento inicial do fundo de comércio cuja

amortização não é dedutível para efeitos tributários, ou do reconhecimento inicial (salvo numa combinação de negócios) de outros ativos e passivos numa operação que não afeta o resultado fiscal nem o resultado contábil.

O Grupo não reconhece os passivos por impostos diferidos correspondentes às diferenças temporárias tributáveis associadas a investimentos em subsidiárias, sucursais e coligadas, ou com participações em entidades controladas em conjunto, já que o Grupo considera que, em caso de existir, pode controlar o momento da reversão da diferença temporária e é provável que a diferença temporária não reverta num futuro previsível.

O Grupo ELECNOR procede ao reconhecimento de ativos por impostos diferidos se esperar dispor de suficientes ganhos fiscais futuros contra os quais poder torná-los efetivos.

Do mesmo modo, as deduções da quota para evitar a dupla tributação e por incentivos fiscais, e as bonificações do Imposto sobre Sociedades originadas por fatos econômicos ocorridos no exercício, diminuem a despesa gerada pelo Imposto sobre Sociedades espanhol, salvo se existirem dúvidas sobre a sua realização.

De acordo com as NIIF, os impostos diferidos são classificados como ativos ou passivos não circulantes mesmo que se estime que a sua realização ocorra nos próximos doze meses.

A despesa por imposto sobre lucros representa a soma da despesa por imposto sobre lucros do exercício e a variação nos ativos e passivos por impostos diferidos reconhecidos que não se registram no patrimônio (Notas 18 e 19).

Por ocasião de cada encerramento contábil, são revistos os impostos diferidos registrados (tanto ativos quanto passivos) com o fim de comprovar que continuam em vigor, efetuando-se as pertinentes correções nos mesmos, de acordo com os resultados das análises realizadas.

h) Imobilizado tangível-

Os bens compreendidos no imobilizado tangível, que em total são de uso próprio, encontram-se registrados pelo seu custo de aquisição menos a amortização acumulada e qualquer perda reconhecida por deterioração de valor. No entanto, antes do dia 1º de janeiro de 2004, o Grupo ELECNOR atualizou o valor de determinados ativos do imobilizado tangível de acordo com os diversos dispositivos legais a esse respeito. O Grupo ELECNOR, de acordo com as NIIF, considerou o valor dessas revalorizações como parte do custo dos referidos ativos por entender que elas equivaliam à evolução dos índices dos preços.

No que diz respeito aos custos incorridos depois da implementação do bem, é preciso levar em consideração que:

- Os custos derivados da manutenção do bem, isto é, os custos de reparação e conservação, são registrados diretamente como despesas do exercício.
- Nas substituições de elementos é registrado como ativo o custo do elemento incorporado e se dá de baixa o custo do que foi substituído.

Os custos capitalizados incluem as despesas financeiras relativas ao financiamento externo incorridas durante o período de construção em obras com um período superior a um ano. O total de despesas financeiras acumuladas ativadas na rubrica "Imobilizado tangível, líquido" do ativo da demonstração da situação financeira consolidada no exercício de 2013 ascende a €37.739.000 (€23.654.000 em 2012).

Os trabalhos realizados pelo Grupo para seu próprio imobilizado são expressos pelo custo acumulado que resulta de acrescentar aos custos externos os custos internos, determinados em função dos consumos próprios de materiais de armazém e dos custos de fabricação, sendo estes determinados segundo as taxas horárias de absorção semelhantes às usadas para a avaliação de estoques. Durante o exercício de 2013 os valores registrados por este item ascendem a €166.694.000, e são registrados na rubrica "Outras receitas operacionais" da conta de resultados consolidada, referentes, principalmente, à construção de parques eólicos. Essas receitas ascenderam a €168.542.000, no exercício de 2012, correspondentes, na maior parte, à construção de parques eólicos.

O Grupo ELECNOR amortiza, com caráter geral, seu imobilizado tangível seguindo o método linear, distribuindo o custo dos ativos entre os seguintes anos de vida útil estimada:

	Anos média de vida útil estimada
Construções	33-50
Instalações técnicas e maquinaria (*)	10-20
Aparelhos e ferramentas	3 -10
Móveis e utensílios	3-10
Equipamentos de processamento eletrônico de dados	3-5
Elementos de transporte	2-10
Outro imobilizado	3-10

(*) Inclui a maquinaria e as instalações sujeitas a projetos eólicos, basicamente aerogeradores, que são amortizados num período entre 15 e 20 anos.

Os Administradores da Sociedade controladora consideram que o valor contábil dos ativos não ultrapassa o valor recuperável dos mesmos, sendo este calculado em função dos fluxos de caixa futuros que esses ativos geram (Nota 3.k).

Dado que o Grupo ELEC NOR não tem a obrigação de fazer face a custos significativos em relação ao fechamento das suas instalações, a demonstração da situação financeira consolidada anexa não inclui nenhuma provisão para este item.

i) Outros ativos intangíveis-

São ativos não monetários identificáveis, embora sem aparência física, que surgem como consequência de um negócio jurídico ou foram desenvolvidos pelas sociedades do Grupo. São reconhecidos, inicialmente, pelo seu custo de aquisição ou produção, e, posteriormente, são avaliados pelo seu custo menos, conforme proceder, a sua respectiva amortização acumulada e as perdas por deterioração que tenham sofrido, e desde que seja provável a obtenção de lucros económicos pelos mesmos, e que o seu custo possa ser medido de forma confiável.

Ativos intangíveis gerados internamente

Os custos de atividades de pesquisa são reconhecidos como despesas no período em que incorrem.

As despesas incorridas no desenvolvimento de diversos projetos são registradas como ativo se cumprirem as seguintes condições:

- Os custos se encontram especificamente identificados e controlados por projeto, e a sua distribuição no tempo está claramente definida.
- Os Administradores podem demonstrar a forma em que o projeto gerará lucros no futuro.
- O custo do desenvolvimento do ativo, que inclui, se for o caso, os custos com o pessoal do Grupo ELEC NOR dedicado a esses projetos, pode ser avaliado de forma confiável.

Os ativos intangíveis gerados internamente são amortizados linearmente ao longo das suas vidas úteis.

Quando não se puder reconhecer um ativo intangível gerado internamente, os custos de desenvolvimento serão reconhecidos como despesa no período em que incorrem.

Ativos intangíveis adquiridos separadamente

Referem-se ao custo incorrido em sua aquisição, sendo amortizados linearmente ao longo das suas vidas úteis estimadas, que costuma ser, normalmente, de cinco anos.

j) Concessões administrativas-

O Grupo considera que os elementos correspondentes às concessões administrativas que possui não podem ser reconhecidos como imobilizado tangível, dado que os contratos não conferem ao mesmo o direito de usá-los, mas sim o acesso aos mesmos para proporcionar um serviço público em nome da concedente.

Dado que com base nesses contratos o Grupo presta vários serviços (construção, manutenção e serviços de operação), as receitas são reconhecidas de acordo com os valores razoáveis de cada serviço prestado.

Serviços de construção

O valor recebido ou a receber pela construção das infraestruturas por explorar é registrado pelo seu valor justo.

Este valor será contabilizado como um ativo financeiro se a concessionária tiver um direito contratual incondicional de receber essas quantias por parte da entidade concedente, isto é, independentemente da utilização do serviço público em questão por parte dos usuários do mesmo. Em compensação, serão

contabilizados como um ativo intangível se o recebimento desses valores estiver submetido ao risco de demanda do serviço.

Esses ativos, após o seu reconhecimento inicial, serão contabilizados de acordo com o referido para cada tipo de ativo nas normas de avaliação correspondentes (Notas 3.i e 3.m).

Serviços de manutenção e operação

Serão contabilizados de acordo com o que foi explicado na Nota 3.c.

k) Deterioração do valor dos ativos-

No encerramento de cada exercício (para o caso do fundo de comércio ou de ativos intangíveis de vida útil indeterminada) ou sempre que existam indícios de perda de valor (para o resto dos ativos), o Grupo ELEC NOR passa a estimar mediante o denominado "Teste de deterioração" a possível existência de perdas de valor que reduzam o valor recuperável desses ativos a uma importância inferior ao do seu valor contábil. Em caso de o ativo não gerar fluxos de caixa que sejam independentes de outros ativos, o Grupo ELEC NOR calcula a importância recuperável da unidade geradora de numerário à qual o ativo pertence (Nota 7).

Em caso de o valor recuperável ser inferior ao valor líquido contábil do ativo, a respectiva perda por deterioração é registrada com débito na rubrica "Amortizações e provisões" da conta de resultados consolidada. As perdas por deterioração reconhecidas num ativo em exercícios anteriores são revertidas com crédito na referida rubrica quando é verificada uma alteração das estimativas sobre a sua importância recuperável, aumentando o valor do ativo com o limite do valor contábil que o ativo teria tido se o saneamento não tivesse sido realizado, salvo no caso do saneamento do fundo de comércio, que não é reversível.

l) Estoques-

Esta rubrica da demonstração da situação financeira consolidada registra os ativos que o Grupo ELEC NOR:

- Possui para sua venda no decorrer ordinário de seu negócio,
- Tem em processo de produção, construção ou desenvolvimento com essa finalidade, salvo no que diz respeito às obras em andamento para as quais o reconhecimento de receitas é feito conforme o indicado na Nota 3.c, ou
- Prevê consumi-los no processo de produção ou na prestação de serviços.

Os estoques são avaliados pelo menor valor entre o custo e seu valor líquido realizável. O custo inclui todas as despesas derivadas de sua aquisição e transformação, incluindo aquelas em que tenha incorrido para dar-lhes sua condição e localização atuais.

Se os estoques forem produtos que habitualmente não são intercambiáveis entre si, seu custo será estabelecido de forma específica, ao passo que para o resto será utilizado o método do custo médio ponderado.

O valor líquido realizável é o preço estimado de venda menos os custos estimados para terminar sua produção e os necessários para realizar a venda.

A composição da rubrica "Estoques" do Grupo Elec nor para os exercícios de 2013 e 2012 é que segue:

	Milhares de euros	
	31.12.13	31.12.12
Matérias-primas e outros aprovisionamentos	7.224	43.908
Estoques comerciais	219	123
Produtos em elaboração e acabados	4.300	13.423
Adiantamento a fornecedores	24.585	28.362
	36.328	85.816

m) Instrumentos financeiros-

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando o Grupo se torna parte obrigada, segundo as cláusulas contratuais do instrumento em questão.

Devido à natureza dos instrumentos financeiros do Grupo, os Administradores da Sociedade controladora consideram que o valor contábil deles, que se ajusta em caso de ser verificada uma deterioração, é uma aproximação válida ao seu valor justo.

Ativos financeiros

Os ativos financeiros são registrados, inicialmente, pelo seu valor justo mais, em caso de o ativo não ser reconhecido como ativo financeiro negociável, os custos inerentes à operação.

O Grupo ELECNOR classifica seus ativos financeiros, sejam circulantes ou não circulantes, nas seguintes quatro categorias:

- Ativos financeiros negociáveis. São aqueles adquiridos com o objetivo de beneficiar-se no curto prazo das variações que experimentem em seus preços, ou então, com as diferenças existentes entre seus preços de compra e venda, bem como dos derivativos financeiros que não tenham sido designados como instrumentos de cobertura eficaz. Os ativos incluídos nesta categoria aparecem na demonstração da situação financeira consolidada pelo seu valor justo, e os lucros e as perdas decorrentes das variações do mesmo são incluídos nos resultados líquidos do exercício.
- Empréstimos e contas a receber gerados pela própria empresa. São aqueles que supõem um valor fixo ou determinado, e originados pelas sociedades em troca de fornecer numerário, bens ou serviços diretamente a um devedor. Os ativos incluídos nesta categoria são avaliados pelo seu "custo amortizado".
- Ativos financeiros disponíveis para a venda. São todos aqueles que não entram nas duas categorias anteriores, referindo-se, quase todos, a investimentos financeiros em capital. Esses investimentos também aparecem na demonstração da situação financeira consolidada pelo seu valor justo. As variações desse valor de mercado são registradas, com exceção das perdas por deterioração, com débito ou crédito na rubrica "Reserva por revalorização de ativos e passivos não realizados" da demonstração da situação financeira consolidada, até o momento em que ocorre a alienação destes investimentos, em que o valor acumulado nesta rubrica, relativa a esses investimentos, é imputado integralmente à conta de resultados consolidada.

A Diretoria do Grupo ELECNOR determina a classificação mais apropriada para cada ativo no momento de sua aquisição.

O Grupo ELECNOR dá de baixa um ativo financeiro da sua demonstração da situação financeira quando os direitos contratuais a receber um "cash flow" por esse ativo tenham vencido, ou quando esse ativo for vendido ou transmitido para outra sociedade, transferindo-se substancialmente todos os riscos e vantagens associadas ao mesmo.

Categoria de instrumentos financeiros pelo valor justo

A seguir é mostrada uma análise dos instrumentos financeiros que em 31 de dezembro de 2013 e 2012 são avaliados pelo valor justo depois do seu reconhecimento inicial, agrupados por categorias de 1 a 3, dependendo do sistema de cálculo do valor justo:

- Categoria 1: seu valor justo é obtido da observação direta de sua cotação em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- Categoria 2: seu valor justo é determinado mediante a observação no mercado de inputs, diferentes dos preços incluídos na categoria 1, que são observáveis para os ativos e passivos, quer diretamente (preços), quer indiretamente (v.gr. que são obtidos dos preços).
- Categoria 3: seu valor justo é determinado mediante técnicas de avaliação que incluem inputs para os ativos e passivos não observados diretamente nos mercados.

Valor justo em 31 de dezembro de 2013

	Milhares de euros			
	Categoria 1	Categoria 2	Categoria 3	Total
Ativos financeiros não circulantes				
Instrumentos financeiros derivativos (Notas 11 e 15)	-	528	-	528
Participações líquidas em capital (Nota 11)	-	-	3.772	3.772
Ativos financeiros circulantes				
Instrumentos financeiros derivativos (Nota 15)	-	11	-	11
Passivo não circulante				
Instrumentos financeiros derivativos (Nota 15)	-	(21.865)	-	(21.865)
Passivo circulante				
Instrumentos financeiros derivativos (Nota 15)	-	(4.335)	-	(4.335)
	-	(25.661)	3.772	(21.889)

Valor justo em 31 de dezembro de 2012

	Milhares de euros			
	Categoria 1	Categoria 2	Categoria 3	Total
Ativos financeiros não circulantes				
Instrumentos financeiros derivativos (Notas 11 e 15)	-	943	-	943
Participações líquidas em capital (Nota 11)	-	-	3.986	3.986
Ativos financeiros circulantes				
Instrumentos financeiros derivativos (Nota 15)	-	709	-	709
Passivo não circulante				
Instrumentos financeiros derivativos (Nota 15)	-	(26.110)	-	(26.110)
Passivo circulante				
Instrumentos financeiros derivativos (Nota 15)	-	(12.034)	-	(12.034)
	-	(36.492)	3.986	(32.506)

Deterioração de ativos financeiros

Os ativos financeiros são analisados pela Diretoria do Grupo ELECNOR que comprova se existe evidência objetiva de deterioração como resultado de um ou mais eventos que ocorreram depois do reconhecimento inicial do ativo e se esse evento que causou a perda tem um impacto sobre os fluxos de caixa futuros estimados do ativo ou do grupo de ativos financeiros.

O Grupo ELECNOR considera como indicadores objetivos da deterioração de seus ativos financeiros, entre outros, os seguintes:

- Dificuldade financeira significativa do emissor ou da contraparte,
- Inadimplência ou atrasos no pagamento,
- Probabilidade de o devedor declarar falência ou reorganização financeira.

Numerário e outros meios líquidos equivalentes

Sob esta rubrica da demonstração da situação financeira consolidada é registrado o numerário em caixa, depósitos à vista e outros investimentos no curto prazo de alta liquidez que são rapidamente realizáveis em caixas e que não têm risco de alterações em seu valor.

Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como passivos financeiros negociáveis e outros passivos financeiros.

Passivos financeiros mantidos para negociação

São os adquiridos com o intuito de recomprá-los no curto prazo ou é um derivativo não designado como instrumento de cobertura eficaz. São avaliados pelo seu valor justo e qualquer lucro ou perda que gerar é registrada nos resultados do exercício correspondente.

Outros passivos financeiros

O resto de passivos financeiros, incluídos os empréstimos, obrigações e semelhantes, é registrado, inicialmente, pelo valor justo, líquido de custos diretos de emissão, registrando-se, posteriormente, pelo método de custo amortizado, sendo utilizada para isso a taxa de juros efetiva.

Instrumentos financeiros derivados e operações de cobertura

As atividades do Grupo estão expostas, fundamentalmente, a riscos financeiros decorrentes das variações de taxas de câmbio e das taxas de juros. Para cobrir esses riscos, o Grupo ELECNOR utiliza seguros de câmbio, "cross currency swaps" e contratos de permuta financeira sobre taxas de juros com fins de cobertura.

Os derivativos financeiros são registrados, inicialmente, na demonstração da situação financeira consolidada pelo seu valor justo; mais, se for o caso e para aqueles que cumprem os critérios da contabilidade de coberturas, os custos de transação, que são diretamente atribuíveis à contratação dos mesmos; ou menos, se for o caso, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à emissão dos mesmos e, posteriormente, são realizadas as correções valorativas necessárias para refletir seu valor de mercado em cada momento. Os lucros ou perdas dessas flutuações são registradas na conta de resultados consolidada, salvo em caso de o derivativo ter sido designado como instrumento de cobertura e este ser altamente efetivo, em cujo caso sua contabilização é a seguinte:

- No caso das coberturas de valor justo, se houver, tanto as alterações no valor de mercado dos instrumentos financeiros derivativos designados como coberturas quanto as variações do valor de mercado do elemento coberto originadas pelo risco coberto são registradas com débito ou crédito na conta de resultados consolidada, conforme corresponder.
- Nas coberturas de fluxos de caixa, se houver, as alterações no valor de mercado dos instrumentos financeiros derivativos de cobertura são registradas, na parte em que essas coberturas não são efetivas, na conta de resultados consolidada, sendo a parte efetiva registrada na rubrica "Ajustes de avaliação patrimonial" da demonstração da situação financeira consolidada. A perda, ou o ganho acumulado na referida rubrica, é transferida para a conta de resultados consolidada à medida que o elemento coberto vai afetando a conta de resultados ou no exercício em que este é alienado.

Em caso de uma cobertura de compromissos confirmados ou transações futuras originar um ativo ou um passivo não financeiro, este saldo será considerado na determinação do valor inicial do ativo ou do passivo que gera a operação coberta. Se o compromisso confirmado ou a transação futura cobertos não originarem um ativo ou um passivo não financeiro, os valores creditados ou debitados, respectivamente, na rubrica "Ajustes de avaliação patrimonial" da demonstração da situação financeira consolidada serão imputados à conta de resultados no mesmo período em que o fizer o elemento coberto.

O Grupo ELEC NOR realiza periodicamente o teste de eficiência em suas coberturas, que são elaborados de forma prospectiva e retrospectiva. Toda operação de cobertura é apresentada para sua aprovação ao Conselho de Administração da Sociedade do Grupo correspondente e é documentada e assinada pelo Diretor Financeiro correspondente seguindo os requisitos marcados pela NIC 39.

No início da cobertura, o Grupo designa e documenta formalmente as relações de cobertura, bem como o objetivo e a estratégia que assume em relação às mesmas. A contabilização das operações de cobertura só é aplicável quando se espera que a cobertura seja altamente eficaz no início de cobertura e nos exercícios seguintes para conseguir compensar as alterações no valor justo ou nos fluxos de caixa atribuíveis ao risco coberto, durante o período para o qual a mesma foi designada (análise prospectiva) e a eficácia real se encontre num intervalo de 80% – 125% (análise retrospectiva) e possa ser determinada com confiabilidade.

Do mesmo modo, na cobertura dos fluxos de caixa das transações previstas, o Grupo avalia se essas transações são altamente prováveis e se apresentam uma exposição às variações nos fluxos de caixa que poderiam, em último caso, afetar o resultado do exercício.

- No momento de descontinuidade da cobertura, a perda ou o ganho acumulados na referida data na rubrica "Ajustes de avaliação patrimonial" são mantidos nessa rubrica até ser realizada a operação coberta, momento no qual ajustará o lucro ou a perda da referida operação. No momento em que não se espera que a operação coberta ocorra, a perda ou o ganho reconhecidos na mencionada rubrica serão imputados à conta de resultados.

Os derivativos implícitos noutros instrumentos financeiros, se for o caso, são contabilizados separadamente quando suas características e riscos não estejam estreitamente relacionados com os instrumentos financeiros nos quais se encontram implícitos, e sempre que o conjunto não esteja sendo contabilizado pelo valor de mercado, registrando as variações de valor com débito ou crédito na conta de resultados consolidada.

n) Ações próprias em carteira-

As ações próprias em carteira do Grupo ELEC NOR no encerramento do exercício são registradas pelo seu custo de aquisição e aparecem registradas diminuindo a rubrica "Patrimônio Líquido – Outras reservas" da demonstração da situação financeira consolidada, no valor de €22.421.000, aproximadamente (€22.836.000 em 31 de dezembro de 2012). Em 31 de dezembro de 2013 representavam 2,86% (2,91% em 31 de dezembro de 2012) do capital emitido nessa data (Nota 13).

Os lucros e perdas obtidos pelo Grupo ELEC NOR na alienação destas ações próprias também são registrados na rubrica "Patrimônio Líquido – Outras reservas" da demonstração da situação financeira consolidada anexa.

o) Provisões-

A política do Grupo é a de constituir provisões no valor estimado necessário para fazer face adequadamente a responsabilidades, quer sejam legais, quer implícitas, prováveis ou certas, provenientes de contingências, litígios em andamento ou obrigações, que surjam como resultado de acontecimentos passados, sempre que for provável aqueles que significarem para o Grupo desprender-se de recursos e que seja possível realizar uma estimativa razoável do valor das mesmas. Sua dotação é efetuada no nascimento

da responsabilidade ou da obrigação (Nota 16) com débito na rubrica da conta de resultados que corresponder conforme a natureza da obrigação, pelo valor presente da provisão quando o efeito da atualização da obrigação for significativo.

Por outro lado, os passivos contingentes não são reconhecidos, dado que se referem a obrigações possíveis (dependem da ocorrência ou não de eventos futuros incertos) ou a obrigações presentes que não cumprem o reconhecimento de provisão (porque não é provável ou seu valor não pode ser medido com confiabilidade (Nota 16)).

p) Indenizações por demissão-

As indenizações por cessação são reconhecidas na data anterior, entre a que o Grupo já não pode retirar a proposta e quando se reconhecem os custos de uma reestruturação que significa o pagamento de indenizações por cessação.

Nas indenizações por cessação, consequência da decisão dos funcionários de aceitarem uma proposta, considera-se que o Grupo já não pode retirar a proposta, na data anterior entre a que os funcionários aceitam a proposta e quando surtir efeito uma restrição sobre a capacidade do Grupo de retirar a proposta.

Nas indenizações por cessação involuntária, considera-se que o Grupo já não pode retirar a proposta quando comunicou aos funcionários afetados, ou aos representantes sindicais, o plano; e, quando as ações necessárias para completá-lo indicam que é improvável que sejam feitas alterações significativas no plano, identifica-se o número de funcionários que irão cessar, sua categoria de emprego ou funções e o local de trabalho e a data de cessação esperada, e se estabelecem as indenizações por cessação que os funcionários irão receber com suficiente detalhamento, de forma que os funcionários possam determinar o tipo e o valor das remunerações que receberão quando cessem. Nas demonstrações financeiras consolidadas anexas foi registrada por este título uma provisão de caráter significativo no valor de €4.136.000. Em 31 de dezembro de 2012 não estavam previstas situações desta natureza.

q) Subvenções oficiais-

As subvenções de capital não reembolsáveis concedidas por organismos oficiais são registradas no momento da sua concessão pelo valor concedido dentro da rubrica "Passivo não circulante - subvenções" da demonstração da situação financeira e vão sendo imputadas aos resultados de cada exercício em proporção à depreciação contábil experimentada no período pelos ativos objeto da subvenção.

Em 31 de dezembro de 2013, o Grupo ELECNOR tem recebidas e pendentes de atribuir aos resultados subvenções de capital no valor de €11.600.000 (€9.500.000 em 2012). Essas subvenções se referem a ajudas concedidas pela Junta de Castilla-León à sociedade controlada Deimos Imaging, S.L. em relação a um projeto de construção de um satélite que já está concluído, e com uma subvenção concedida pelo Ministério da Indústria, Turismo e Comércio à sociedade controlada Deimos Castilla La Mancha, S.L. para o desenvolvimento de uma estação para a especificação, projeto, desenvolvimento, integração, verificação e exploração de sistemas espaciais de observação da Terra com capacidade para a criação de pequenos satélites de observação, bem como outros custos associados à construção de um satélite de observação da Terra. O valor das subvenções oficiais de capital atribuído aos resultados no exercício de 2013 ascendeu a €1.227.000, aproximadamente (€1.187.000 em 2012).

As subvenções à exploração são atribuídas aos resultados no exercício em que se incorre nas despesas subvencionadas correspondentes. A rubrica "Outras receitas operacionais" da demonstração dos resultados consolidada correspondente aos exercícios de 2013 e 2012 inclui uns valores de aproximadamente €2.835.000 e €3.109.000, respectivamente, por este título. A maior parte das subvenções à exploração recebidas pelo Grupo ELECNOR no exercício de 2013 estão relacionadas com os custos suportados pela Deimos Space, S.L.U. e pelas suas filiais no desenvolvimento de suas atividades.

r) Instrumentos de capital-

Os instrumentos de capital emitidos pelas sociedades do Grupo ELECNOR são registrados no patrimônio líquido, pelo valor recebido, líquido de custos diretos de emissão.

s) Demonstração das alterações no patrimônio líquido-

A norma aplicável estabelece que determinadas categorias de ativos e passivos sejam registradas pelo seu valor justo com contrapartida no patrimônio líquido. Estas contrapartidas, denominadas "Ajustes de valorização patrimonial", se incluem no patrimônio líquido do Grupo líquidas do seu efeito tributário, que foi registrado, segundo o caso, como imposto diferido de ativo ou passivo. Nesta demonstração são apresentadas as variações que ocorreram no exercício nos "Ajustes de avaliação patrimonial", discriminados por itens, mais os resultados gerados no exercício mais/menos, se pertinente, os ajustes

efetuados por alterações dos critérios contábeis ou por erros de exercícios anteriores. Também são incluídas as variações no capital e as reservas experimentadas no exercício.

t) Demonstração dos fluxos de caixa consolidada-

Na demonstração dos fluxos de caixa consolidada, preparada de acordo com o método indireto, são utilizadas as seguintes expressões nos seguintes sentidos:

- Fluxos de caixa. Entradas e saídas de dinheiro e dos seus equivalentes, entendendo isso como os investimentos no curto prazo de grande liquidez e sem risco significativo de alterações em seu valor.
- Atividades operacionais. Atividades típicas das entidades que formam o Grupo ELECNOR, bem como outras atividades que não podem ser qualificadas de investimento ou de financiamento.
- Atividades de investimento. As de aquisição, alienação ou disposição por outros meios de ativos no longo prazo e outros investimentos não incluídos no numerário e os seus equivalentes.
- Atividades de financiamento. Atividades que causam alterações no tamanho e na composição do patrimônio líquido e dos passivos que não fazem parte das atividades operacionais.

u) Lucros por ação-

O lucro básico por ação é calculado como quociente entre o lucro líquido do período atribuível à ELECNOR e o número médio ponderado de ações ordinárias em circulação durante esse período, sem incluir o número médio de ações da ELECNOR em carteira.

Por sua parte, o lucro por ação diluído é calculado como o quociente entre o resultado líquido do período atribuível aos acionistas ordinários e o número médio ponderado de ações ordinárias em circulação durante o período, ajustado pela média ponderada das ações ordinárias que seriam emitidas se todas as ações ordinárias potenciais fossem convertidas em ações ordinárias da sociedade.

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, o lucro básico por ação coincide com o diluído, dado que não existiram ações potenciais em circulação durante esse exercício.

v) Dividendos-

O dividendo por conta aprovado pelo Conselho de Administração durante o exercício de 2013 aparece diminuindo os fundos próprios do Grupo ELECNOR (Nota 5). No entanto, o dividendo complementar proposto pelo Conselho de Administração da ELECNOR à sua Assembleia Geral de Acionistas não é deduzido dos fundos próprios enquanto não for aprovado pela referida Assembleia.

4. Política de gestão de riscos financeiros

A Elecnor está exposta a determinados riscos financeiros, que gere através do agrupamento de sistemas de identificação, medição, limitação de concentração e supervisão. O gerenciamento e a limitação dos riscos financeiros são efetuados coordenadamente entre a Diretoria Corporativa e as diversas Unidades de Negócio e Filiais que compõem o Grupo. As operações ligadas à gestão dos riscos financeiros são aprovadas ao mais alto nível de decisão e conforme as normas, políticas e procedimentos estabelecidos.

a) Risco de mercado (fundamentalmente por risco de taxa de câmbio, taxa de juros e outros riscos de preço)-

Risco de taxa de câmbio-

O risco de mercado pelo risco de taxa de câmbio é consequência das operações que o Grupo efetua nos mercados internacionais no decorrer dos seus negócios. Uma parte das receitas e custos com aprovisionamentos está denominada em moeda diferente do euro. Por esse motivo, poderia existir o risco de as flutuações nas taxas de câmbio destas moedas em relação ao euro afetarem os lucros do Grupo (Nota 3.f).

Com o objetivo de gerir e minimizar este risco, a Elecnor utiliza estratégias de cobertura, dado que o objetivo é gerar lucros apenas através do desenvolvimento das atividades ordinárias que ela desempenha, e não através da especulação sobre as flutuações na taxa de câmbio.

Os instrumentos utilizados para conseguir essa cobertura são, basicamente, o endividamento indexado na moeda de cobrança do contrato, seguros de câmbio e operações de permuta financeira, através das quais a Elecnor e a instituição financeira trocam as correntes de um empréstimo expresso em euros pelas correntes de outro empréstimo expresso em outra moeda, bem como a utilização de "cesta de moedas" para cobrir financiamentos mistos indexados em diferentes moedas.

A principal moeda estrangeira face ao euro com a qual se operou nos exercícios de 2013 e 2012 é o real brasileiro e a sensibilidade é a seguinte:

Exercício	Aumento/redução da taxa de câmbio	Milhares de euros	
		Efeito no resultado antes de impostos	Efeito no patrimônio líquido antes de impostos
2013	5%	(1.675)	(1.172)
2013	-5%	1.851	1.296

Exercício	Aumento/redução da taxa de câmbio	Milhares de euros	
		Efeito no resultado antes de impostos	Efeito no patrimônio líquido antes de impostos
2012	5%	(2.049)	(2.112)
2012	-5%	2.265	2.334

Risco da taxa de juros-

As variações nas taxas de juros alteram o valor justo daqueles ativos e passivos nos quais incide uma taxa de juros fixa, bem como os fluxos futuros dos ativos e passivos indexados a uma taxa de juros variável. A Elecnor dispõe de financiamento externo para a realização das suas operações, fundamentalmente no que respeita à promoção, construção e exploração dos parques eólicos, projetos termosolares e concessões de infraestruturas elétricas, e que são realizadas sob a modalidade de "Project Finance". Este tipo de contratação exige que sejam fechados contratualmente os Riscos de Juros através da contratação de instrumentos de cobertura de taxas.

Tanto para os financiamentos de Project Finance, como para os financiamentos corporativos, o endividamento é contratado nominalmente a uma taxa variável, sendo utilizados, se for o caso, instrumentos de cobertura para minimizar o risco de juros do financiamento. Os instrumentos de cobertura, que se destinam, especificamente, a instrumentos de dívida e que têm, no máximo, os mesmos valores nominais e as mesmas datas de vencimento que os elementos cobertos, são, basicamente, swaps de taxas de juros, cuja finalidade é ter um custo de juros fixo para os financiamentos inicialmente contratados a taxas de juros variáveis. De qualquer modo, as coberturas de taxa de juros são contratadas com um critério de eficiência contábil.

A sensibilidade da dívida do Grupo Elecnor diante das flutuações da taxa de juros, considerando os instrumentos de cobertura existentes (Notas 14 e 15), é a seguinte:

Exercício	Aumento/redução da taxa de juros (pontos básicos)	Milhares de euros	
		Efeito no patrimônio (antes de impostos)	Efeito no resultado (antes de impostos)
2013	+50	1.859	(2.655)
2013	-50	(1.859)	2.655

Exercício	Aumento/redução da taxa de juros (pontos básicos)	Milhares de euros	
		Efeito no patrimônio (antes de impostos)	Efeito no resultado (antes de impostos)
2012	+50	3.266	(3.475)
2012	-50	(3.337)	3.475

b) Outros riscos de preço-

Do mesmo modo, o Grupo está exposto ao risco de que os seus fluxos de caixa e resultados sejam afetados, entre outras questões, pela evolução do preço da energia. Nesse sentido, para gerir e minimizar este risco, o Grupo utiliza, pontualmente, estratégias de cobertura (Nota 15).

c) Risco de liquidez-

O risco de liquidez é mitigado mediante a política de manter tesouraria e instrumentos altamente líquidos e não especulativos no curto prazo, como a aquisição temporária de Letras do Tesouro com pacto de recompra não opcional e depósitos em dólares em muito curto prazo, através de instituições de crédito importantes para poder cumprir seus compromissos futuros, bem como a contratação de facilidades creditícias comprometidas por um valor suficiente para suportar as necessidades previstas. Neste sentido,

no encerramento de 2013 o Grupo dispõe de facilidades creditícias comprometidas sem utilizar que significam um valor de €313.784.000, aproximadamente (€301.605.000, aproximadamente, no encerramento de 2012) (Nota 14).

d) Risco de crédito-

O principal Risco de Crédito é atribuível às contas a cobrar por operações comerciais, na medida em que uma contraparte ou um cliente não responder às suas obrigações contratuais. Para mitigação deste risco, opera-se com clientes com um apropriado histórico de crédito; além disso, dada a atividade e os setores nos quais opera, a Elecnor conta com clientes de alta qualidade creditícia. No entanto, em vendas internacionais a clientes não recorrentes, são utilizados mecanismos como a carta de crédito irrevogável e a cobertura de apólices de seguros para garantir a cobrança. Adicionalmente, é efetuada uma análise da solidez financeira do cliente e são incluídas no contrato condições específicas, que visam garantir a cobrança do valor.

No caso dos parques eólicos, a energia gerada, de acordo com o quadro regulatório elétrico em vigor, é vendida no Mercado Ibérico de Eletricidade (MIBEL), cobrando as receitas do operador do mercado OMIE, com um sistema de garantia de pagamentos e da Comissão Nacional de Energia (CNE), entidade reguladora dos mercados energéticos da Espanha, dependente do Ministério da Indústria. Por sua vez, as empresas Ventos do Sul Energia, S.A., Parques Eólicos Palmares, Ltda., Ventos da Lagoa, S.A. e Ventos do Litoral Energia, S.A. (Brasil) assinaram contratos de venda da energia elétrica que gerarão por um período de 20 anos com a companhia de distribuição elétrica brasileira, do mesmo modo que as sociedades brasileiras concessionárias de infraestruturas elétricas mantêm acordos de distribuição de energia com clientes altamente qualificados, o que, junto com as restrições impostas pelo próprio sistema de transmissão, afastam a possibilidade de insolvências.

Em uma conjuntura econômica como a atual, este último é marcado como risco preponderante sobre os demais riscos financeiros. Perante esta situação, a Elecnor continua tomando todas as medidas que vem sendo adotadas para mitigar o mesmo e para realizar análises periódicas da sua exposição ao risco creditício, assumindo as provisões correspondentes (Nota 3.k).

Quanto ao Risco Regulatório e, particularmente, àquele que diz respeito às energias renováveis, a Elecnor faz um acompanhamento pormenorizado que visa registrar adequadamente seu impacto nas contas de resultados.

5. Distribuição do resultado

O Conselho de Administração da ELECENOR, S.A. (Sociedade controladora do Grupo ELECENOR) proporá, em sua reunião do mês de março, tal como nos exercícios anteriores, a distribuição do resultado do exercício de 2013, estabelecendo nesse momento, portanto, a parte do mesmo que será destinada a dividendo complementar e a reservas voluntárias.

Nesse sentido, o Conselho de Administração da Sociedade controladora aprovou, em sua reunião de 18 de dezembro de 2013, a distribuição de um dividendo por conta do exercício de 2013, no valor de €4.193.000, aproximadamente, o qual foi registrado diminuindo o patrimônio líquido na rubrica "Dividendo por conta do exercício" do passivo da demonstração da situação financeira consolidada anexa, o qual foi creditado com data de 15 de janeiro de 2014.

Na Assembleia Geral de 22 de maio de 2013 foi distribuído um dividendo complementar no valor de €17.939.000 e relativo a um dividendo por ação de €0,2598 euros, considerando o dividendo por conta do exercício de 2012 pago em janeiro de 2013 no valor de €4.663.000.

O balanço de previsão da Sociedade controladora, formulado de acordo com os requisitos legais (artigo 277 do Texto Consolidado da Lei das Sociedades de Capital espanhola), que revela a existência de liquidez suficiente para a distribuição do dividendo, foi o seguinte:

SITUAÇÃO DO CIRCULANTE EM 30 DE NOVEMBRO DE 2013

(Excluídos os Estoques e Ajustes por Periodização)

	Milhares de euros
Valores realizáveis -	
Clientes	613.962
Outras contas	140.027
	753.989
Dívida no curto prazo -	
Fornecedores	331.627
Empréstimos no curto prazo	91.380
Outras contas	153.143
	576.150
Total circulante	177.839
Disponibilidades em 30.11.13	
Contas caixa/bancos (incluída moeda estrangeira)	53.867
Total disponibilidades	53.867
Dividendo bruto por conta proposto- (0,0482 euros por 87.000.000 de ações)	4.193
% sobre lucro líquido na data	25,92%
% sobre saldo circulante + disponibilidades	1,81%

6. Informação por segmentos

A NIIF 8 exige que os segmentos operativos sejam identificados com base na informação que a gerência da entidade utiliza para tomar decisões sobre questões relativas às operações. Neste sentido, os Administradores da Sociedade controladora consideram que os segmentos sobre os que deve informar, por constituírem a base sobre os quais o Grupo toma suas decisões para destinar recursos e cujos resultados de operação são revistos de forma regular pela máxima autoridade para avaliar seu rendimento, são o Mercado Interior e o Mercado Exterior. Do mesmo modo, em cada um destes mercados são obtidos receitas correspondentes às diferentes atividades que o Grupo desenvolve.

a) Informação sobre segmentos de operação-

Os ativos e passivos de uso geral, bem como os resultados gerados por eles, não foram objeto de atribuição ao resto de segmentos. Da mesma forma, não foram objeto de atribuição as rubricas de conciliação que surgem ao comparar o resultado de integrar as demonstrações financeiras dos diferentes segmentos de operação (que são elaboradas com critérios de gestão) com as demonstrações financeiras consolidadas do Grupo ELECNOR. Na informação assinalada a seguir estes elementos aparecerão sob a rubrica "Corporativos".

A informação relativa aos segmentos de operação é discriminada a seguir:

- a) A distribuição por segmentos do montante líquido do volume de negócios consolidado para os exercícios finalizados em 31 de dezembro de 2013 e 2012 é a seguinte:

Segmento	Milhares de euros	
	2013	2012
Mercado interior	818.004	1.086.735
Mercado exterior	1.046.170	843.977
Valor líquido do volume de negócios	1.864.174	1.930.712

- b) A discriminação das entradas a resultados depois dos impostos por segmentos para os exercícios finalizados em 31 de dezembro de 2013 e 2012 é a seguinte:

Segmento	Milhares de euros	
	2013	2012
Mercado interior (**)	36.354	55.554
Mercado exterior (***)	92.329	96.563
Corporativo (*)	(75.394)	(64.524)
Resultado do exercício atribuível à Sociedade controladora	53.289	87.593

(*) Inclui, basicamente, "Despesas e Receitas financeiras", "Deterioração e resultado por alienação de instrumentos financeiros", "Diferenças de câmbio", "Variação do valor justo em instrumentos financeiros" e "Impostos sobre os ganhos". Adicionalmente inclui perdas em sociedades contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial no valor de €8.209.000 no exercício 2013.

(**) Inclui perdas em sociedades contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial no valor de €9.393.000 no exercício de 2013 (perdas no valor de €36.620.000 no exercício de 2012).

(***) Inclui lucros em sociedades contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial nos valores de €1.809.000 no exercício de 2013 (lucro no valor de €1.714.000 no exercício de 2012).

c) O detalhamento dos ativos e passivos por segmentos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 é o seguinte:

	Milhares de euros			
	Mercado Interior	Mercado Exterior	Corporativos	Total em 31.12.13
Ativo-				
Imobilizado Tangível	290.613	791.899	10.556	1.093.068
Ativos Intangíveis	88.551	11.969	2.346	102.866
Impostos diferidos ativos	23.919	29.173	21.175	74.267
Estoques	16.235	20.093	-	36.328
Devedores	432.742	616.792	-	1.049.534
Investimentos contabilizados pelo método de equivalência patrimonial	22.178	70.197	-	92.375
Ativos financeiros não circulantes	19.177	554.160	123.808	697.145
Ativos não circulantes mantidos para a venda	2.532	58	1.780	4.370
Resto de ativos (*)	78.057	141.489	29.128	248.674
Total Ativo	974.004	2.235.830	188.793	3.398.627
Passivo e Patrimônio-				
Dívida Financeira não circulante	491.096	605.787	-	1.096.883
Provisões para riscos e despesas	1.419	21.529	-	22.948
Receitas diferidas e subvenções	7.309	11.929	-	19.238
Outros Passivos não circulantes	8.523	10.931	-	19.454
Impostos diferidos passivos	24.797	22.841	13.990	61.628
Dívida Financeira circulante	57.448	163.088	95.052	315.588
Dívidas não Financeiras circulantes	432.917	875.545	21.941	1.330.403
Resto de passivo e Patrimônio líquido (**)	45.788	71.043	415.654	532.485
Total Passivo	1.069.297	1.782.693	546.637	3.398.627

(*) Inclui, fundamentalmente, a rubrica "Numerário e outros ativos líquidos equivalentes".

(**) Inclui, principalmente, o Patrimônio líquido do Grupo.

Milhares de euros				
	Mercado Interior	Mercado Exterior	Corporativos	Total em 31.12.12
Ativo-				
Imobilizado Tangível	411.996	591.731	12.484	1.016.211
Ativos Intangíveis	98.386	6.434	2.948	107.768
Impostos diferidos ativos	49.629	26.964	3.274	79.867
Estoques	24.029	61.633	154	85.816
Devedores	582.473	385.118	49.534	1.017.125
Investimentos contabilizados pelo método de equivalência patrimonial	8.036	67.335	26.563	101.934
Ativos financeiros não circulantes	26.450	499.307	118.101	643.858
Ativos não circulantes mantidos para a venda	3.791	-	1.780	5.571
Resto de ativos (*)	54.823	385.804	91.695	532.322
Total Ativo	1.259.613	2.024.326	306.533	3.590.472
Passivo e Patrimônio-				
Dívida Financeira não circulante	600.074	632.055	-	1.232.129
Provisões para riscos e despesas	8.923	24.773	-	33.696
Receitas diferidas e subvenções	15.169	1.564	-	16.733
Outros Passivos não circulantes	12.631	1.116	19.605	33.352
Impostos diferidos passivos	24.925	19.419	665	45.009
Dívida Financeira circulante	70.594	81.191	72.772	224.557
Dívidas não Financeiras circulantes	620.089	776.302	50.403	1.446.794
Resto de passivo e Patrimônio líquido (**)	95.503	109.074	353.625	558.202
Total Passivo	1.447.908	1.645.494	497.070	3.590.472

(*) Inclui, fundamentalmente, a rubrica "Numerário e outros ativos líquidos equivalentes".

(**) Inclui, principalmente, o Patrimônio líquido do Grupo.

- d) O detalhamento do custo total incorrido na aquisição do imobilizado tangível e de outros ativos intangíveis não circulantes durante os exercícios finalizados em 31 de dezembro de 2013 e 2012 é o seguinte:

Milhares de euros		
Segmento	2013	2012
Mercado interior	21.941	20.417
Mercado exterior	219.461	334.549
Corporativo	993	1.833
Total	242.395	356.799

- e) A distribuição por segmentos das despesas por amortizações nos exercícios de 2013 e 2012 foi a seguinte:

Milhares de euros		
Segmento	2013	2012
Mercado Interior	39.659	38.478
Mercado Exterior	23.836	18.007
Corporativo	1.545	2.392
Total	65.040	58.877

Não foi detalhada a informação relativa a despesas financeiras e impostos porque não estava incluída na informação que é disponibilizada pela Diretoria do Grupo para sua gestão.

A localização geográfica dos clientes do Grupo ELEC NOR, em linhas gerais, não difere significativamente da localização geográfica dos ativos nos segmentos primários considerados.

b) Informação sobre produtos e serviços-

As atividades nas quais o Grupo Elecnor opera são:

- Eletricidade
- Instalações
- Gás
- Geração de Energia
- Ferrovias
- Construção, Meio Ambiente e Água
- Infraestruturas de Telecomunicações
- Sistemas de Telecomunicações
- Manutenção

A geração de energia elétrica (enquadrada no setor de Geração de Energia) através de parques eólicos e usinas termossolares, principalmente, é um dos negócios do Grupo ELECNOR, que é realizado através dos subgrupos dependentes dos quais as principais sociedades são a Enerfín Enervento, S.A., a Enerfín Sociedad de Energía, S.A. e a Elecnor Financiera, S.L. (todas elas enquadradas no Subgrupo Enerfin), no que diz respeito aos parques eólicos, e a Celeo Termosolar, S.L. (Subgrupo Celeo), no que diz respeito às usinas termossolares.

A atividade de geração elétrica das sociedades controladas espanholas integradas no Grupo ELECNOR está regulada pela Lei 54/1997, de 27 de novembro, do setor elétrico, bem como pelas disposições regulamentares posteriores que desenvolvem a mesma.

Com data de 27 de março de 2004 foi publicado o Real Decreto 436/2004, de 12 de março, pelo qual foi estabelecida a metodologia para a atualização, sistematização e consolidação do regime jurídico e econômico da atividade de produção de energia em regime especial. Este Real Decreto estabelece duas opções de remunerações das quais se poderiam valer as instalações produtoras de eletricidade em regime especial. A primeira delas está baseada em ceder a eletricidade à empresa distribuidora de energia elétrica por um preço fixo, consistente numa percentagem sobre o preço da tarifa elétrica média definida no artigo 2 do Real Decreto 1432/2002, de 27 de dezembro, que se situa entre 90% e 80% durante toda a vida útil da instalação. A segunda significa vender a eletricidade no mercado atacadista pelo preço que resultar do mesmo, mais um incentivo e um prêmio de 10% e 40%, respectivamente, da tarifa elétrica média.

Este regime entrou em vigor no dia 28 de março de 2004, estabelecendo um regime transitório até 1º de janeiro de 2007 para as instalações incluídas no Real Decreto 2818/1998, durante o qual não lhes seria aplicável o novo regime econômico, a não ser que optassem pelo mesmo, renunciando expressamente ao anterior, do qual não poderiam valer-se outra vez. O Grupo não se valeu dessa disposição transitória.

Com data de 26 de maio de 2007 foi publicado o Real Decreto 661/2007, de 25 de maio, pelo qual se regulava a atividade de produção de energia elétrica em regime especial. Este Real Decreto, estabelecia duas opções de remuneração das quais as instalações produtoras de energia elétrica poderiam valer-se em regime especial. A primeira delas se baseava na venda de toda a energia produzida para a empresa distribuidora de energia elétrica por um preço fixo e desvinculado da tarifa elétrica média. A segunda opção consistia em vender a energia no mercado de produção de energia elétrica, recebendo o preço de mercado mais um prêmio, com um mecanismo pelo qual a remuneração do prêmio é variável em função do preço de mercado, sendo estabelecido um limite inferior e um limite superior para o preço final que o produtor vai receber.

Este regime entrou em vigor em 1º de janeiro de 2008, sendo estabelecido um período transitório até 31 de dezembro de 2012 para as instalações que se valem do Real Decreto 436/2004, durante o qual não será aplicável o novo regime econômico, a não ser que optem pelo mesmo e renunciem expressamente o anterior.

A Disposição Transitória Primeira do Real Decreto 661/2007 estabelece que as instalações eólicas com termo de implementação definitiva anterior a 1º de janeiro de 2008 podiam escolher entre permanecer no regime econômico do Real Decreto 436/2004 ou valer-se do novo regime tarifário. O Grupo tomou a decisão de permanecer no quadro tarifário do Real Decreto 436/2004. No entanto, a partir de 1º de janeiro de 2013, a exploração dos parques eólicos e das usinas termossolares pertencentes ao Grupo, acima mencionadas, seria regida pela norma prevista no Real Decreto 661/2007 e por suas alterações posteriores.

Com data de 19 de junho de 2009 foi publicado o Real Decreto 1011/2009, pelo qual foi estabelecido que a Comissão Nacional de Energia (CNE) liquidaria desde 1º de novembro de 2009 em substituição das empresas distribuidoras, os prêmios equivalentes, prêmios, incentivos e complementos às instalações afetadas pelo regime econômico estabelecido no Real Decreto 661/2007, de 25 de maio, no Real Decreto 436/2004, de 12 de março, e no Real Decreto 1578/2008, de 26 de setembro, e qualquer norma que as substitua. Também estabelece que corresponde à Comissão Nacional de Energia a supervisão do

cumprimento da norma e procedimentos relacionados com as alterações do fornecedor, bem como a atividade do Escritório de Alterações de Fornecedor.

No exercício de 2010 entraram em vigor o Real Decreto 1565/2010, o Real Decreto 1614/2010 e o Real Decreto-Lei 14/2010, que alteraram determinados aspectos relativos à atividade de produção de energia elétrica em regime especial, entre os quais importa destacar o regime tarifário, que é alterado por uma limitação no número de horas a partir de 1º de janeiro de 2011 para as quais é aplicável a tarifa primada estabelecida pela regulação original. Durante os exercícios de 2012 e de 2013 não foi aplicada a limitação de prêmio ao faturamento das sociedades controladas em exploração, já que a produção nacional não ultrapassou o limite de horas médio estabelecido para a aplicação da mencionada limitação.

Com data de 28 de dezembro de 2012 foi publicada a Lei 15/2012, de 27 de dezembro, de medidas fiscais para a sustentabilidade energética, a qual estabelece um novo imposto sobre o valor da produção de energia elétrica que onera a realização de atividades de produção e incorporação ao sistema elétrico de energia elétrica no sistema elétrico espanhol. A base tributável do imposto é constituída, portanto, pelo valor total que corresponder ao contribuinte receber pela produção e incorporação ao sistema de energia elétrica no período tributário, que coincide com o ano civil, sendo a alíquota de 7% sobre a mesma.

Esta lei também estabelece, em seu dispositivo final primeiro, uma alteração na Lei 54/1997, em virtude da qual a energia elétrica imputável à utilização de um combustível numa instalação de geração que utilizar como energia primária alguma das energias renováveis não consumíveis, não será objeto de regime econômico primado, aspecto pelo qual poderiam ser afetadas as usinas termossolares que o Grupo está construindo.

Com data de 2 de fevereiro de 2013 foi publicado o Real Decreto-lei 2/2013, de 1º de fevereiro, de medidas urgentes no sistema elétrico e no setor financeiro que contemplou, entre outras questões, as seguintes:

- Com efeitos a partir de 1º de janeiro de 2013, a atualização das remunerações, tarifas e prêmios recebidos pelos sujeitos do sistema elétrico e que até a entrada em vigor deste Real Decreto-lei fosse calculada de acordo com o Índice de Preços ao Consumidor (IPC), passaria a ser calculadas em virtude do Índice de Preços ao Consumidor a impostos constantes sem alimentos não elaborados nem produtos energéticos.
- Também é alterado o Real Decreto 661/2007, de 25 de maio, pelo qual é regulada a atividade de produção de energia elétrica em regime especial, de forma que é estabelecida uma fórmula única de remuneração para as instalações de regime especial: é estabelecido que essa remuneração seja realizada sob a fórmula de tarifa regulada, salvo se o titular da instalação decidir receber apenas o preço de mercado (sem prêmio). É eliminada, portanto, a opção "pool" mais prêmio, sistema utilizado habitualmente neste tipo de instalações.

Com data de 13 de julho de 2013 foi aprovado o Real Decreto-Lei 9/2013, de 12 de julho, pelo qual são tomadas medidas urgentes para garantir a estabilidade financeira do sistema elétrico que contempla, entre outras questões, as seguintes:

- É anunciado que o Governo é habilitado para aprovar um novo regime jurídico e econômico para as instalações de produção de energia elétrica existentes a partir de fontes de energia renovável, cogeração e resíduos. Assim, é alterado o artigo 30.4 da Lei 54/1997, de 27 de novembro, do Setor Elétrico para introduzir os princípios concretos sobre os que esse regime será articulado, com o fim de limitar a margem de atuação do Governo no desenvolvimento dos regimes de remuneração para estas instalações. Este será baseado no recebimento das receitas derivadas da participação no mercado, com uma remuneração adicional que, em caso de ser necessário, cubra aqueles custos de investimento que uma empresa eficiente e bem administrada não recupere no mercado. Neste sentido, conforme a jurisprudência comunitária entender-se-á por empresa eficiente e bem administrada aquela empresa dotada dos meios necessários para o desenvolvimento de sua atividade, cujos custos são os de uma empresa eficiente nessa atividade e considerando as receitas correspondentes e um lucro razoável pela realização de suas funções.
- Para o cálculo da remuneração específica será considerada uma instalação-tipo, as receitas pela venda da energia gerada avaliada pelo preço do mercado de produção, os custos de exploração médios necessários para realizar a atividade e o valor do investimento inicial da instalação-tipo, tudo isso para uma empresa eficiente e bem administrada. Deste modo é instaurado um regime de remuneração sobre parâmetros padrões em função das diferentes instalações-tipo que forem estabelecidas.
- Para articular este novo regime se procede à derrogação do artigo 4 do Real Decreto-lei 6/2009, de 30 de abril, pelo qual são tomadas determinadas medidas no setor energético e é aprovado o bônus social, do Real Decreto 661/2007, de 25 de maio, pelo qual é regulada a atividade de produção de energia elétrica em regime especial e do Real Decreto 1578/2008, de 26 de setembro, de remuneração

da atividade de produção de energia elétrica mediante tecnologia solar fotovoltaica para instalações posteriores à data limite de manutenção da remuneração do Real Decreto 661/2007, de 25 de maio, para essa tecnologia. No entanto, com o fim de manter tanto os fluxos de remunerações para as instalações quanto o resto de procedimentos, direitos e obrigações, dispõe-se que o que está previsto nas normas citadas será aplicável, salvo certos pormenores, com caráter transitório enquanto não tiver sido aprovado o desenvolvimento regulamentar do presente Real Decreto-Lei.

- Deste modo, as instalações serão objeto, se for o caso, de uma liquidação por conta, ao abrigo deste regime transitório e, posteriormente, após serem aprovados os dispositivos normativos necessários para a aplicação do novo regime econômico, serão submetidas à regularização correspondente pelos direitos de cobrança ou obrigações de pagamentos decorrentes da aplicação da nova metodologia, com efeitos a partir da entrada em vigor do presente real decreto-lei.
- Por conseguinte, mesmo quando for fixada a efetividade dos dispositivos normativos de remunerações que forem aprovados com efeitos a partir da entrada em vigor do presente real decreto-lei, a norma outorga a necessária previsibilidade aos agentes já que estabelece o mecanismo de remuneração, com participação no mercado e cobrança de uma remuneração do investimento, e determina, além disso, a taxa de rentabilidade razoável para a instalação-tipo.
- Por outra parte, para aquelas instalações que na entrada em vigor do presente real decreto-lei tiverem direito ao regime econômico primado, é determinada uma rentabilidade, antes de impostos, que girará sobre o rendimento médio dos últimos dez anos das Obrigações do Tesouro Nacional a dez anos, no mercado secundário, aumentada em 300 pontos básicos, e que em qualquer caso poderá ser revista aos seis anos.

Do mesmo modo, com data de 3 de fevereiro de 2014, o Ministério da Indústria remeteu à CNMC, para seu relatório, a proposta de ordem pela qual são aprovados "os parâmetros de remunerações das instalações-tipo" aplicáveis a determinadas instalações de produção de energia elétrica a partir de fontes de energia renováveis, cogeração e resíduos. O texto foi enviado, por sua vez, aos integrantes do conselho consultivo da eletricidade deste organismo (empresas afetadas, associações de consumidores e comunidades autônomas).

De acordo com o referido, e considerando que o objetivo do Governo era reduzir os prêmios ao setor de energias renováveis, o Grupo Elecnor recalculou os fluxos futuros de todos os ativos ligados à referida norma, ao considerar que podia ser um indicio de deterioração dos mesmos.

O impacto desta norma representou um valor total no resultado do exercício de €8.000.000, aproximadamente (ver Nota 10).

Por sua parte, os parques eólicos situados no Brasil têm assinados contratos de compra e venda da energia elétrica, que produzam durante um período de 20 anos, com diferentes compradores (Electrobras, a Câmara de Comércio de Energia Eólica ou as distribuidoras elétricas), tendo esses contratos sido assinados no quadro do programa desenvolvido pelo Governo Federal de Brasil.

Os Administradores consideram que não existem outras regulações sobre energias renováveis que possam afetar significativamente as demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2013.

A informação relativa às atividades descritas acima é detalhada a seguir:

a) A distribuição das vendas por tipo de negócios em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 é a seguinte:

Tipo de Negócio	Milhares de euros			
	Valor em 31.12.13	%	Valor em 31.12.12	%
Eletricidade	669.425	35,9%	671.412	34,8%
Instalações	96.211	5,2%	111.229	5,8%
Gás	104.583	5,6%	99.185	5,1%
Geração de energia	582.211	31,2%	629.142	32,6%
Ferrovias	19.377	1,1%	38.360	2,1%
Construção, meio ambiente e água	140.564	7,5%	174.416	9,0%
Infraestruturas de Telecomunicações	110.628	5,9%	108.779	5,6%
Sistemas de Telecomunicações	31.971	1,7%	31.787	1,6%
Manutenção	109.204	5,9%	66.402	3,4%
Total	1.864.174	100%	1.930.712	100%

b) A distribuição do total de Imobilizado tangível, líquido por tipo de negócio em 31 de dezembro de 2013 e 2012 é a seguinte:

Milhares de euros		
Tipo de Negócio	Saldo em 31.12.13	Saldo em 31.12.12
Eletricidade	28.720	30.970
Instalações	3.739	3.133
Gás	2.425	3.157
Geração de energia	1.002.311	937.012
Ferrovias	633	1.071
Construção e água	3.690	5.842
Infraestruturas de Telecomunicações	7.387	6.432
Sistemas de Telecomunicações	38.643	25.591
Manutenção	5.520	3.003
Total	1.093.068	1.016.211

c) A distribuição do total dos investimentos no Imobilizado tangível por tipo de negócio em 31 de dezembro de 2013 e 2012 é a seguinte:

Milhares de euros		
Tipo de Negócio	2013	2012
Eletricidade	8.102	7.300
Instalações	792	559
Gás	898	579
Geração de energia	214.069	324.090
Ferrovias	136	211
Construção e água	980	1.730
Infraestruturas de Telecomunicações	2.220	1.954
Sistemas de Telecomunicações	12.844	9.810
Manutenção	1.343	626
Total	241.384	346.859

7. Fundo de comércio

A seguir é apresentado o detalhamento do saldo da rubrica "Ativo intangível – Fundo de comércio" das demonstrações da situação financeira consolidadas dos exercícios de 2013 e 2012, em função das sociedades que as originam, bem como o movimento ao longo dos referidos exercícios:

Milhares de euros

	Saldo em 31.12.11	Adições (Nota 2.g)	Baixas	Saldo em 31.12.12	Adições (Nota 2.g)	Baixas	Saldo em 31.12.13
Sociedades consolidadas por consolidação global:							
Parques eólicos:							
- Eólicas Páramo de Poza, S.A.	1.104	-	-	1.104	-	-	1.104
- Galicia Vento, S.L.	8.702	-	-	8.702	-	-	8.702
- Aerogeneradores del Sur, S.A.	3.630	-	-	3.630	-	-	3.630
- Bulgana Wind Farm (Nota 2.g)	-	-	-	-	85	-	85
Outros negócios:							
- Deimos Space, S.L.U.	158	-	-	158	-	-	158
- Deimos Engenharia, S.A.	4.227	-	-	4.227	-	-	4.227
- Ehisa Construcciones y Obras, S.A.	1.932	-	-	1.932	-	-	1.932
- Hidroambiente, S.A.U.	388	-	-	388	-	-	388
- Instalaciones y Proyectos de Gas, S.A.U. (*)	1.031	-	-	1.031	-	-	1.031
- Helios Inversión y Promoción Solar, S.L.U.	1.125	-	-	1.125	-	-	1.125
- Audelec Conservación y Mantenimiento, S.L.U. (*)	146	-	(146)	-	-	-	-
- Zaragoza, S.L.	290	-	-	290	-	-	290
- Ditra Cantabria, S.A.	2.096	-	-	2.096	-	-	2.096
- Jomar Seguridad, S.L.U. (Nota 2.g)	-	1.647	-	1.647	-	-	1.647
- Belco Electric, Inc.	-	269	-	269	-	(14)	255
- IQA Operations Group Limited (Nota 2.g)	-	5.690	-	5.690	-	-	5.690
	24.829	7.606	(146)	32.289	85	(14)	32.360

(*) Sociedade fusionada com a Elecnor, S.A.

Tal como é indicado na Nota 3.b o Grupo avalia anualmente a deterioração de seus fundos de comércio.

As unidades geradoras de numerário, consideradas para efeitos dos correspondentes testes de deterioração dos fundos de comércio, incluídos no quadro anterior, são identificadas com as próprias sociedades às quais foram atribuídos os mesmos já que, e com caráter geral, essas sociedades são configuradas como entidades monoprojeto.

O valor recuperável é o maior entre o valor de mercado diminuído pelos custos de venda e o valor de uso, entendendo este como o valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, aprovados pela Diretoria e considerados razoáveis. Para o cálculo do valor de uso as hipóteses utilizadas incluem as taxas de desconto, taxas de crescimento e alterações esperadas nos preços de venda e nos custos. Os Administradores da Sociedade controladora estimam as taxas de desconto que registram o valor do dinheiro no tempo e os riscos associados à unidade geradora de numerário.

Em particular, e em relação aos testes de deterioração dos fundos de comércio atribuídos a parques ou projetos eólicos situados na Espanha, os quais são feitos considerando o valor dos mesmos conjuntamente com o valor registrado dos ativos imobilizados correspondentes, que ascende a €198.000.000 (Nota 9), as estimativas relativas ao volume de negócios são realizadas tendo em conta a legislação aplicável (Nota 6.b), considerando aumentos anuais de acordo com uma estimativa prudente da evolução do índice de preços, bem como os níveis de produção médios obtidos em exercícios anteriores ou estimados pelos estudos realizados para tal efeito por peritos independentes. As principais hipóteses utilizadas pelos Administradores da Sociedade controladora na realização dos testes de deterioração foram as seguintes:

- Período das projeções: 25 anos contados do início da operação.
- Receitas: Remunerações apresentadas pelo Ministério na proposta de ordem mais a estimativa de venda de eletricidade para o sistema a preços de mercado (coerentes com os estimados pelo Ministério na referida proposta de ordem).
- Taxa de desconto: 5,4% (*)

(*) Taxa após efeito tributário.

Dos resultados obtidos nos citados testes não se depreende nenhuma possível deterioração nos fundos de comércio registrados.

As hipóteses utilizadas no exercício de 2012, com as quais também não se registrou nenhuma deterioração, foram as seguintes:

- Período das projeções: 20-25 anos.
- Aumento anual do preço de venda: 2,5%.
- Taxa de desconto: 9% (*) (**) (***)

(*) Esta taxa de desconto incluía uma percentagem correspondente à estimativa que os Administradores do Grupo efetuam sobre o risco regulatório inerente às incertezas sobre o desenvolvimento normativo futuro do setor.

(**) Taxa após efeito tributário.

(***) Dado aproximado médio.

Das análises de sensibilidade realizadas pela Diretoria não se depreende qualquer deterioração.

Por outro lado, e em relação aos testes de deterioração do resto dos fundos de comércio, que em todo caso não são significativos, as taxas de desconto utilizadas se situam, em todos os casos, acima de 8,5% (após efeito tributário). As taxas de crescimento e as variações em preços e custos se baseiam nas previsões internas e setoriais e na experiência e expectativas futuras, respectivamente, não sendo, em nenhum caso, superiores a 5%. Naqueles casos em que esses cálculos contemplam a estimativa de uma renda perpétua não se considera nenhuma taxa de crescimento.

Nessas análises também não foi observada nenhuma deterioração adicional.

8. Outros ativos intangíveis

O movimento havido neste capítulo da demonstração da situação financeira consolidada nos exercícios de 2013 e de 2012 foi o seguinte:

	Milhares de euros					
	Despesas de desenvolvimento	Propriedade industrial	Aplicativos informáticos	Concessões administrativas	Outros ativos intangíveis	Total
Custo -						
Saldo em 01.01.12	2.469	393	5.846	56.087	21.931	86.726
Variação no perímetro de consolidação (Nota 2.g)	-	-	218	-	-	218
Adições	327	831	1.262	126	7.394	9.940
Baixas	(506)	(355)	(325)	-	-	(1.186)
Transferências	(542)	-	32	-	-	(510)
Atualização	-	-	-	-	-	-
Diferenças de conversão (Nota 13)	(19)	-	(29)	-	-	(48)
Saldo em 31.12.12	1.729	869	7.004	56.213	29.325	95.140
Variação no perímetro de consolidação (Nota 2.g)	-	-	-	-	753	753
Adições	-	30	830	91	-	951
Baixas	(2)	-	(109)	-	(592)	(703)
Transferências	(11)	2.096	5	-	(2.096)	(6)
Atualização	-	-	20	-	-	20
Diferenças de conversão (Nota 13)	-	-	(112)	-	(25)	(137)
Saldo em 31.12.13	1.716	2.995	7.638	56.304	27.365	96.018
Amortização Acumulada -						
Saldo em 01.01.12	1.040	221	4.579	6.453	2.070	14.363
Dotações (Nota 21)	384	778	1.138	2.762	1.380	6.442
Baixas	(506)	(385)	(268)	-	-	(1.159)
Transferências	-	-	-	-	-	-
Atualização	-	-	29	-	-	29
Diferenças de conversão (Nota 13)	-	-	(14)	-	-	(14)
Saldo em 31.12.12	918	614	5.464	9.215	3.450	19.661
Dotações (Nota 21)	293	516	866	2.910	1.380	5.965
Baixas	-	-	(39)	-	-	(39)
Transferências	-	614	(5)	-	(614)	(5)
Atualização	-	-	20	-	-	20
Diferenças de conversão (Nota 13)	-	-	(90)	-	-	(90)
Saldo em 31.12.13	1.211	1.744	6.216	12.125	4.216	25.512
Total Outros Ativos Intangíveis, líquidos	505	1.251	1.422	44.179	23.149	70.506

O capítulo “Outros ativos intangíveis” do quadro anterior inclui um valor bruto de €22.676.000, correspondente ao valor justo estimado dos contratos com as administrações públicas para a manutenção e conservação de rodovias da sociedade controlada Audeca, S.L.U. na data de aquisição da mesma por parte do Grupo ELECENOR, o que aconteceu em 2010. O Grupo amortiza este ativo num período de 15 anos, que é o período médio de duração estimado dos referidos contratos, com base na experiência histórica e tendo em conta as respectivas renovações.

Dentro do capítulo de “Concessões administrativas” estão registrados, no valor de €39.965.000, aproximadamente, correspondente à estimativa do seu valor justo (calculado com base no valor justo da contraprestação entregue, que é a construção), líquido das respectivas amortizações, os investimentos realizados em diferentes centrais de tratamento de águas cuja construção e exploração é feita em regime de concessão, em virtude das respectivas concessões administrativas conferidas pelo Instituto Aragonés del Agua. Através dessas concessões, o Grupo ELECENOR explora as mencionadas centrais de tratamento de águas obtendo suas receitas em função do volume de m³ de água que depurar. Em 31 de dezembro de 2013 estão sendo exploradas todas as centrais de tratamento de águas, e a duração das concessões é de 20 anos.

Durante a fase de exploração, o pagamento das obrigações decorrentes dos contratos por parte do Instituto Aragonés del Agua para os correspondentes exercícios será realizado através da aprovação das relações avaliadas que mensalmente sejam emitidas, e da apresentação de faturas, sobre a base das tarifas estabelecidas, as quais poderão ser objeto de revisão ao longo da vida do contrato. Não há revisão de preços em relação ao preço de construção das instalações.

O concessionário terá a seu cargo a gestão das centrais de tratamento de águas, devendo zelar, em todo momento, pelo bom funcionamento das mesmas. Em caso de interrupção dos serviços das centrais de tratamento de águas, o concessionário deverá restaurá-los com a maior diligência, sem que tenha direito de cobrar nenhuma tarifa pela instalação afetada durante o período da interrupção.

A concessão será considerada extinta por cumprimento quando decorrer o prazo inicialmente estabelecido ou, se for o caso, o que resultar das prorrogações ou reduções que tiverem sido acordadas. O concessionário ficará obrigado a entregar à Administração concedente, em bom estado de conservação e uso e de forma gratuita, as obras incluídas na concessão, bem como os bens e instalações necessários para sua exploração.

No exercício de 2013, as receitas geradas por estas concessões ascenderam a €4.036.000 (€5.060.000 no exercício de 2012), aproximadamente, as quais se encontram registradas na rubrica “Valor líquido do volume de negócios” da conta de resultados consolidada anexa.

Os valores dos ativos intangíveis em exploração, totalmente amortizados em 31 de dezembro de 2013 e de 2012, ascendem a aproximadamente €4.054.000 e €3.896.000, respectivamente.

9. Imobilizado tangível

O movimento havido neste capítulo da demonstração da situação financeira consolidada nos exercícios de 2013 e de 2012 foi o seguinte:

Milhares de euros

	Terrenos	Construções, Instalações Técnicas e Maquinaria	Aparelhos e Ferramentas	Móveis e Utensílios	Equipamentos para Processamento Eletrônico de Dados	Elementos de Transporte	Outro Imobilizado	Imobilizado em andamento	Total
CUSTO:									
Saldo em 1º de janeiro de 2012	21.344	822.176	15.084	7.390	19.808	17.810	3.546	180.906	1.088.064
Varição no perímetro de consolidação (Nota 2.g)	47	21.298	30	246	245	2.989	87	1.495	26.437
Adições	209	19.636	2.862	1.122	1.311	3.324	852	317.543	346.859
Baixas	-	(5.119)	(2.628)	(307)	(665)	(764)	(500)	(155)	(10.138)
Transferências	3.681	51.679	(357)	(18)	(8)	(380)	58	(50.930)	3.725
Diferenças de conversão (Nota 13)	(378)	(33.466)	151	44	10	1.438	192	(24.550)	(56.559)
Saldo em 31 de dezembro de 2012	24.903	876.204	15.142	8.477	20.701	24.417	4.235	424.309	1.398.388
Varição no perímetro de consolidação (Nota 2.g)	-	1.150	1.931	170	75	2.690	265	1.449	7.730
Adições	708	17.519	2.219	743	1.344	3.062	1.880	213.909	241.384
Baixas	-	(8.609)	(3.864)	(586)	(1.209)	(3.556)	(26)	(312)	(18.162)
Transferências	-	457.719	(11)	-	32	-	(309)	(457.544)	(113)
Diferenças de conversão (Nota 13)	(296)	(98.548)	(382)	(360)	(327)	(3.909)	(133)	(24.044)	(127.999)
Saldo em 31 de dezembro de 2013	25.315	1.245.435	15.035	8.444	20.616	22.704	5.912	157.767	1.501.228
AMORTIZAÇÃO ACUMULADA:									
Saldo em 1 de janeiro de 2012	-	285.612	7.439	4.922	10.854	12.653	1.723	-	323.203
Varição no perímetro de consolidação (Nota 2.g)	-	14.452	94	68	87	955	10	-	15.666
Dotações (Nota 21)	-	46.132	306	522	3.120	2.010	345	-	52.435
Baixas	-	(2.905)	(216)	(242)	(522)	(426)	(29)	-	(4.340)
Transferências	-	(301)	(261)	(5)	(7)	(366)	72	-	(868)
Diferenças de conversão (Nota 13)	-	(6.018)	147	114	33	1.616	189	-	(3.919)
Saldo em 31 de dezembro de 2012	-	336.972	7.509	5.379	13.565	16.442	2.310	-	382.177
Dotações (Nota 21)	-	52.853	316	555	3.131	1.833	387	-	59.075
Baixas	-	(6.409)	(1.782)	(398)	(1.079)	(1.269)	(30)	-	(10.967)
Transferências	-	-	-	-	9	-	-	-	9
Diferenças de conversão (Nota 13)	-	(18.631)	(232)	(219)	(213)	(2.797)	(42)	-	(22.134)
Saldo em 31 de dezembro de 2013	-	364.785	5.811	5.317	15.413	14.209	2.625	-	408.160
DETERIORAÇÃO									
Custo líquido, em 31 de dezembro de 2013	25.315	880.650	9.224	3.127	5.203	8.495	3.287	157.767	1.093.068

A rubrica “Construções, Instalações Técnicas e Maquinaria” inclui, principalmente, o valor bruto e a amortização acumulada dos parques eólicos em funcionamento que foram construídos em exercícios anteriores. Os aerogeradores dos parques eólicos nacionais contam com um período de garantia de 2 anos contados da data de seu recebimento, enquanto os parques brasileiros contam com um período de 3 anos.

As principais adições de imobilizado tangível do exercício de 2013 se referem aos investimentos em parques eólicos no Canadá e em linhas de transmissão de energia elétrica no Chile (ver Nota 14), bem como no projeto de construção de um satélite de comunicações.

As principais adições do imobilizado tangível do exercício de 2012 se referiam aos investimentos em parques eólicos no Brasil e no Canadá e em linhas de transmissão de energia elétrica no Chile.

As principais adições na rubrica “Imobilizado em andamento” se referem ao investimento no parque eólico da sociedade controlada Ventos dos Índios, S.A., bem como na obra de transmissão principal da sociedade Alto Jahuel Transmisora de Energia, S.A., que em 31 de dezembro de 2013 se encontram em período de construção. No final do exercício de 2013 foi concluída a construção do parque eólico de Éoliennes de l'Érable, Inc., passando da rubrica de “Imobilizado em andamento” para “Construções”.

A Deimos Castilla La Mancha, S.L. começou, durante o exercício de 2010 a construção de outro satélite de comunicações, tendo sido investido nessa data um valor aproximado de €32.100.000.

O valor de ativos tangíveis destinados à garantia do cumprimento de determinados empréstimos bancários ascende, antes de amortizações, em 31 de dezembro de 2013 a €1.094.000.000 (€767.000.000).

em 2012), aproximadamente, a maioria decorrentes de projetos eólicos empreendidos por empresas do Grupo (Nota 14).

Os escritórios utilizados pelo Grupo no desenvolvimento de sua atividade, com exceção dos adquiridos no exercício de 2007 mediante um contrato de leasing, referem-se, na maior parte, a espaços comerciais alugados.

O valor do imobilizado tangível do Grupo que, em 31 de dezembro de 2013 e de 2012, está totalmente amortizado e em uso, ascende a €47.339.000 e a €43.676.000, respectivamente. Desses valores, €44.922.000 e €39.860.000, respectivamente, correspondem à Sociedade controladora. O detalhamento por natureza do imobilizado tangível da Sociedade controladora totalmente amortizado no encerramento de 2013 e de 2012 é o seguinte:

	Milhares de euros	
	2013	2012
Construções, Instalações Técnicas e Maquinaria	41.126	36.253
Móveis e Utensílios	1.030	877
Equipamentos para Processamento Eletrônico de Dados	2.593	2.561
Elementos de Transporte	173	169
	44.922	39.860

Em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 as diferentes rubricas do imobilizado tangível registram €10.258.000 e €11.083.000, respectivamente, correspondentes ao valor líquido contábil de diferentes ativos do Grupo ELECNOR que serão usufruídos em regime de arrendamento mercantil. Em 31 de dezembro de 2013, o Grupo ELECNOR está utilizando, em regime de arrendamento mercantil, os seguintes elementos de imobilizado tangível (agrupados por natureza):

		Milhares de euros			
Arrendatário		Custo na	Principal Satisfeito	Principal Pendente (*) (Nota 14)	Valor Opção de Compra
		Origem sem Opção de Compra			
Instalações	Adhorna Prefabricación, S.A.	610	527	83	9
Elementos de Transporte	IOA Operations Group Limited	1.222	815	407	-
Terrenos e Construções	Elecnor, S.A.	8.225	1.921	6.304	904
Maquinaria	Audeca	879	546	333	19
		10.936	3.809	7.127	932

(*) O principal pendente do quadro anterior não inclui o valor do encargo financeiro que é acrescentado em cada quota.

Com data de 12 de junho de 2007, a Elecnor, S.A. adquiriu através de um contrato de arrendamento mercantil vários escritórios situados em Bilbao no valor de €9.000.000, aproximadamente. A duração do contrato é de 240 meses, finalizando o mesmo no exercício de 2027 com o pagamento da última prestação, que corresponderá ao exercício da opção de compra. Os Administradores da Elecnor, S.A. não têm dúvidas sobre o exercício dessa opção de compra.

A política do Grupo é formalizar apólices de seguro para cobrir os possíveis riscos a que estão sujeitos os diversos elementos de seu imobilizado tangível, bem como as possíveis reclamações que possam ser apresentadas pelo exercício de sua atividade, entendendo que essas apólices cobrem suficientemente os riscos aos que estão submetidos.

10. Investimentos contabilizados pelo método de equivalência patrimonial

Em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 as participações em empresas coligadas do Grupo ELEC NOR que foram avaliadas pelo método de equivalência patrimonial (Nota 2.f) são as seguintes:

Sociedade	Milhares de euros	
	2013	2012
Eólica Cabanillas, S.L.	2.307	2.950
Eólica Montes del Cierzo, S.L.	5.221	6.155
Eólica La Bandera, S.L.	3.318	3.432
Eólica Caparroso, S.L.	4.083	4.087
Cosemel Ingeniería, A.I.E.	398	398
Consorcio Eólico Marino Cabo de Trafalgar, S.L.	74	77
Parque Eólico Gaviota, S.A.	1.294	1.423
Jauru Transmissora de Energia, S.A.	20.673	25.046
Brilhante Transmissora de Energia, S.A.	36.526	42.288
Sociedad Aguas Residuales Pirineos, S.A.	5.484	6.001
Dioxipe Solar, S.L. (*)	-	-
Aries Solar Termoeléctrica, S.L. (*)	-	-
Gasoducto de Morelos, S.A.P.I. de C.V.	12.997	10.078
	92.375	101.935

(*) Quando o valor da participação chega a zero, é considerado menor valor dos ativos financeiros correspondentes (Nota 11).

Os movimentos efetuados nos exercícios de 2013 e de 2012 nesta rubrica da demonstração da situação financeira consolidada foram os seguintes:

	Milhares de euros	
	2013	2012
Saldo no início do exercício	101.935	101.495
Correção de erros (Nota 2.e)	-	(29.871)
Saldo inicial ajustado	101.935	71.624
Resultado do exercício	(15.793)	(34.906)
Aumentos de capital	3.197	29.031
Diferenças de conversão	(13.091)	(6.515)
Dividendos	(5.160)	(5.859)
Entradas no perímetro de consolidação (Nota 2.g)	-	10.414
Saídas do perímetro de consolidação (Nota 2.g)	-	(1.816)
Varição valor justo decorrente de cobertura (líquida de efeito tributário)	13.559	(15.300)
Outros movimentos	1.544	-
Transferência para ativos financeiros (*)	6.184	55.262
Saldo no fim do exercício	92.375	101.935

(*) Corresponde às perdas e demais variações de outro resultado global que, quando o valor da participação chega a zero, é considerado menor valor dos ativos financeiros correspondentes (Nota 11).

As entradas do exercício de 2012 se referiam à incorporação da participação na sociedade Gasoducto de Morelos, S.A.P.I. de C.V. (Nota 2.g).

As saídas do exercício de 2012 se referiam, principalmente, à compra de 35,42% do capital social da sociedade Parque Eólico de Malpica, S.A., tal como é detalhado na Nota 2.g, a qual passou a ser consolidada pelo método de consolidação global (Nota 2.g).

À margem do que foi comentado, tanto no exercício de 2013 quanto em 2012 as principais adições a essa rubrica se referem aos diversos aumentos de capital nas sociedades concessionárias brasileiras.

Por outro lado, nos exercícios de 2013 e de 2012 a depreciação do real brasileiro em relação ao euro significou uma diminuição do patrimônio líquido das sociedades brasileiras avaliadas pelo método de equivalência patrimonial no processo de conversão das suas demonstrações financeiras em moeda funcional do Grupo (Notas 2.c e 2.f).

No exercício de 2010, o Grupo adquiriu 55% das sociedades controladas Dioxipe Solar, S.L. e Aries Solar Termoelectrica, S.L., cujo objeto social consiste na construção e na exploração de três usinas termossolares de tecnologia cilindro-parabólica em Extremadura e em Castilla La Mancha. No referido exercício também foram assinados diversos acordos entre os sócios das mesmas, os quais regulavam suas relações como sócios, suas relações com as próprias sociedades, a gestão e a administração das mesmas, bem como os diferentes aspectos do desenvolvimento dos projetos e suas fases posteriores. Em particular, eram estabelecidas uma série de matérias reservadas sobre as quais qualquer decisão a tomar exige unanimidade.

As matérias reservadas, cuja decisão sobre as mesmas exige a unanimidade de todos os sócios da Assembleia Geral, são as seguintes:

- a) Devolução do Prêmio, aumento ou redução de capital social, alterações dos estatutos e, em particular, a aprovação de quaisquer cláusulas em matéria de restrições à transmissão de participações,
- b) Fusão, cisão, transformação, dissolução, cessão global de ativos e passivos e disposição de uma parte substancial dos ativos,
- c) Participação em qualquer joint venture, sociedade ou associação, ou a aquisição de qualquer participação no capital social ou dos ativos e negócios de qualquer outra sociedade,
- d) Celebração, alteração, modificação e/ou finalização de quaisquer contratos assinados com os sócios ou sociedades que façam parte de seu Grupo, ou a aprovação de qualquer operação com entidades vinculadas às anteriores,
- e) Aprovação da concessão aos sócios, ou entidades relacionadas, de empréstimos, penhores ou garantias de qualquer tipo,
- f) Alteração do número de conselheiros,
- g) Nomeação ou cessação de auditores,
- h) Alteração da política de maximização de distribuições aos sócios,
- i) Acordos relativos a decisões fundamentais do Projeto sobre qualquer alteração de atividade, assinatura de qualquer operação, contrato ou operação que altere a natureza do negócio ou o âmbito do Projeto ou o altere de forma substancial, e o abandono do Projeto, bem como a celebração de qualquer contrato que não se refira à atividade habitual, ou que não seja realizada no decorrer habitual do negócio da Sociedade,
- j) Alteração do regime fiscal,
- k) Acordos relativos à assinatura do Financiamento do Projeto e a qualquer possível refinanciamento, e
- l) Alteração dos termos dos contratos de crédito que constituam o Financiamento do Projeto que afetem a TIR sobre o Investimento da Data de Encerramento Financeiro ou as garantias do Financiamento, ou a rescisão desses contratos.

No que diz respeito às matérias reservadas, cuja decisão sobre as mesmas por parte dos Administradores do Conselho de Administração deve ser unânime, estas seriam as seguintes:

- a) Concessão de empréstimos, créditos ou qualquer outra forma de financiamento ou a prestação de qualquer garantia a um terceiro,
- b) Assunção de qualquer endividamento, e a outorga de garantias diferentes das exigidas pelos fornecedores correntes,
- c) Aprovação do Plano de Negócio e o primeiro Orçamento de Exploração,
- d) Aprovação do Orçamento de Exploração quando este comportar um aumento de despesas totais que ultrapasse 10% do orçamento do exercício anterior,
- e) Outorga de procurações relativas a matérias reservadas,
- f) Alteração de contratos de financiamento relativos ao Financiamento do projeto,
- g) Constituição de filiais ou aquisição de ações em outras sociedades,
- h) Aumentos do Capital Social,
- i) Outorga do Certificado de Aceitação Provisória e Definitiva da estação, conforme o contrato EPC, aprovação de waivers e variações do contrato EPC, O&M e/ou "Owner's Engineering".

Dada a natureza das matérias reservadas, e dos regimes de maiorias estabelecidos para a tomada de deliberações relativa às mesmas, o GRUPO ELECNOR considerou, de acordo com os princípios de consolidação descritos na Nota 2.f, que a participação nestas sociedades deve ser qualificada como um negócio conjunto, e em particular como entidades controladas em conjunto; por isso, essas participações foram consolidadas conforme o método de equivalência patrimonial. Na data de formulação destas demonstrações financeiras consolidadas, as três usinas termossolares nas quais estes projetos são concretizados estão em funcionamento.

A seguir é apresentado um quadro com os principais valores destas sociedades em 31 de dezembro de 2013:

	Dioxipe Solar, S.L.	Aries Solar Termoeléctrica, S.L.
Ativos:		
Imobilizado tangível	275.354	521.629
Outros ativos não circulantes	24.312	56.763
Ativo circulante	6.948	52.920
Passivos:		
Dívida financeira (*)	235.304	447.123
Empréstimos participativos	54.524	110.960
Outros passivos não circulantes	36.181	92.219
Outros passivos circulantes	13.293	52.786

(*) Inclui os passivos referentes às avaliações dos derivativos de taxa de juros em 31 de dezembro de 2013.

Tal como foi comentado, a atividade das sociedades coligadas Dioxipe Solar, S.L. e Aries Solar Termoeléctrica, S.L. consiste na construção e na exploração de três usinas termossolares de tecnologia cilindro-parabólica. Na Nota 6.b é explicada toda a norma aplicável a essas usinas e as alterações ocorridas durante o exercício de 2013.

Como consequência das incertezas regulatórias existentes no encerramento do exercício de 2012, os Administradores da Sociedade realizaram uma análise da deterioração do valor das imobilizações tangíveis registradas nas demonstrações financeiras individuais das participadas, que originou o reconhecimento das pertinentes correções valorativas. As principais hipóteses utilizadas pelos Administradores da Sociedade controladora na realização dos testes de deterioração foram as seguintes:

- Período das projeções: 30 anos.
- Aumento anual do preço de venda: 2,5%.
- Taxa de desconto: 9% (*) (**) (***)

(*) Esta taxa de desconto incluía uma percentagem correspondente à estimativa que os Administradores do Grupo efetuaram sobre o risco regulatório inerente às incertezas sobre o futuro desenvolvimento normativo do setor.

(**) Taxa após o efeito tributário.

(***) Dado aproximado médio.

De acordo com o resultado do teste de deterioração realizado pelo GRUPO ELEC NOR nestes dois projetos, em 31 de dezembro de 2012, foi registrada uma deterioração de €37.001.000, após ser considerada a percentagem de participação correspondente ao Grupo e seu efeito tributário, registrando-se esse valor com débito na rubrica "Resultados em sociedades contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial" da conta de resultados consolidada correspondente ao exercício anual finalizado em 31 de dezembro de 2012 anexa.

Uma subida do aumento anual do preço de venda considerado no teste de deterioração de 0,5% significaria um aumento do resultado das sociedades contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial de €15.000.000, aproximadamente, enquanto uma diminuição do aumento anual do preço de venda nesta mesma percentagem significaria uma diminuição desse resultado de €14.000.000, aproximadamente. Por outro lado, um aumento da taxa de desconto de 0,5% significaria uma diminuição do resultado das sociedades contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial de €14.000.000, enquanto uma diminuição da mesma nesta mesma percentagem significaria um aumento do referido resultado de €15.000.000, aproximadamente.

O Grupo analisou o impacto das alterações regulatórias ocorridas no exercício de 2013 nas referidas sociedades coligadas, revendo em 2013 as projeções financeiras desses projetos, e realizando os respectivos testes de deterioração das imobilizações tangíveis dos mesmos, considerando tanto a situação regulatória do momento quanto as diferentes incertezas existentes em relação ao desenvolvimento e futuro desempenho do setor.

As principais hipóteses utilizadas pelos Administradores da Sociedade controladora na realização dos testes de deterioração foram as seguintes

Período das projeções: 25 anos.

Receitas: Remunerações apresentadas pelo Ministério na proposta de ordem, mais a estimativa de venda de eletricidade para o sistema a preços de mercado (coerentes com os estimados pelo Ministério na referida proposta de ordem).

Taxa de desconto: 5,4%.

De acordo com o resultado do teste de deterioração realizado pelo GRUPO ELEC NOR nestes dois

projetos, em 31 de dezembro de 2013 foi registrada uma deterioração adicional de €8.209.000, após ser considerada a porcentagem de participação correspondente ao Grupo e seu efeito tributário, registrando-se esse valor com débito na rubrica "Resultados em sociedades contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial" da conta de resultados consolidada correspondente ao exercício anual finalizado em 31 de dezembro de 2013 anexa.

Um aumento da taxa de desconto de 0,5% significaria uma diminuição do resultado das sociedades contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial de €14.200.000, enquanto uma diminuição da mesma nessa mesma porcentagem significaria um aumento do referido resultado de €15.000.000, aproximadamente.

Do mesmo modo, e na opinião dos Administradores da Sociedade controladora, os mencionados impactos decorrentes de todas essas alterações normativas não afetarão a capacidade das sociedades coligadas mencionadas anteriormente, acreditadas dos correspondentes empréstimos sob a modalidade de "Project Finance" obtidos para o financiamento destes investimentos, nos valores totais de €215.181.000 e €403.395.000, para atender o pagamento do serviço da dívida e, em qualquer caso, o mesmo está garantido pelo apoio de seus sócios, entre os quais se encontra o GRUPO ELECNOR, o qual conta com recursos líquidos e capacidade financeira suficientes para atender, se necessário, as situações pontuais de tensão financeira que possam surgir.

Adicionalmente, existem determinadas obrigações assumidas pelas entidades acreditadas cujo descumprimento poderia ser causa de resolução antecipada obrigatória dos referidos empréstimos. No entender dos Administradores da Sociedade controladora, essas obrigações foram cumpridas no exercício de 2013 e não se esperam eventuais descumprimentos das mesmas no futuro.

No que diz respeito às participações que o Grupo possui nestas sociedades, bem como nos parques eólicos da Eólica Cabanillas, S.L., da Eólica Montes del Cierzo, S.L., da Eólica La Bandera, S.L., da Eólica Caparoso, S.L. e da Parques Eólicos Gaviota, S.A., existe um direito real de penhor a favor das instituições financeiras em garantia do cumprimento de todas as obrigações de pagamento que resultarem dos empréstimos que essas sociedades têm contraídos, em geral, sob a modalidade de "Project Finance". Conforme os Administradores da Sociedade controladora, essas obrigações estão sendo cumpridas com normalidade (Nota 14).

No Anexo I é incluída uma relação das participações em empresas coligadas na qual é detalhada a informação legal e financeira mais significativa das mesmas.

11. Ativos financeiros não circulantes

O detalhamento dos instrumentos financeiros não circulantes diferentes das sociedades contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial é o seguinte:

	Ativos financeiros disponíveis para a venda							
	Participações líquidas no capital	Instrumentos derivativos de ativo (Nota 15)	Empréstimos no longo prazo (Nota 26)	Empréstimos e contas a receber				Outros ativos não circulantes
Empréstimo ao pessoal				Financiamento clientes	Concessões administrativas			
Saldo em 1 de janeiro de 2012	7.745	386	100.533	69	17	411.035	44.446	564.231
Variação no perímetro de consolidação (Nota 2.g)	(1.731)	-	15.311	-	-	10.930	14	24.524
Adições	1.102	557	55.093	-	-	80.437	17.990	155.179
Baixas	(2.053)	-	(466)	(36)	(5)	-	(2.060)	(4.620)
Transferências	-	-	-	-	-	-	-	-
Deterioração	(1.077)	-	-	-	-	-	-	(1.077)
Diferenças de conversão	-	-	-	-	-	(38.886)	(232)	(39.118)
Transferência (ver Nota 2 e e Nota 10)	-	-	(55.262)	-	-	-	-	(55.262)
Saldo em 31 de dezembro de 2012	3.986	943	115.209	33	12	463.516	60.158	643.857
Variação no perímetro de consolidação (Nota 2.g)	(174)	-	-	-	-	5.348	-	5.174
Adições	313	-	8.642	-	-	130.024	9.976	148.955
Baixas	(175)	-	(614)	(2)	-	-	(9.940)	(10.731)
Transferências (Nota 10)	-	-	(6.184)	-	-	-	-	(6.184)
Deterioração	(178)	-	-	-	-	-	-	(178)
Diferenças de conversão	-	-	-	-	-	(77.787)	(5.546)	(83.333)
Variação no valor de mercado	-	(415)	-	-	-	-	-	(415)
Saldo em 31 de dezembro de 2013	3.772	528	117.053	31	12	521.101	54.648	697.145

a) Participações líquidas no capital-

Os dados mais significativos das participações mais representativas no capital de sociedades não incluídas no perímetro de consolidação em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 são mostrados no Anexo II. Tal como é descrito na Nota 2.f, estas sociedades não se consolidaram porque os Administradores da Sociedade controladora consideraram que o efeito da sua exclusão do perímetro de consolidação não é significativo.

O valor justo das participações mantidas nesta rubrica foi determinado utilizando estimativas internas realizadas pelo Grupo dado que não existem preços de cotação das mesmas em mercados organizados. Nesse sentido, o Grupo analisa periodicamente a futura evolução previsível destas sociedades participadas e, especialmente, a natureza de seus principais ativos, a capacidade da mesma para recuperar o valor pelo qual estes ativos estão registrados e a existência de possíveis passivos não registrados. Em caso de serem detectados indícios de deterioração, o Grupo analisa o impacto que elas possam ter sobre a recuperabilidade de seus investimentos nestas sociedades participadas, corrigindo o valor desses investimentos para ajustá-lo ao seu valor justo em caso de que destas análises seja observada uma deterioração.

Com data de 26 de julho de 2010, a Elecnor, S.A. constituiu com três sócios a sociedade CPTR- Companhia Paranaense de Tratamento de Resíduos com um capital social de R\$50.000.000, tendo subscrito 26% do mesmo no valor de €5.673.000, aproximadamente, dos quais se encontra pendente de integralização, em 31 de dezembro de 2013, um valor de €3.604.000 de euros, aproximadamente (€4.331.000 em 31 de dezembro de 2012).

Com data de 28 de dezembro de 2005, a Elecnor Financiera S.L. adquiriu 100% das ações da Vendaval

Promociones Eólicas, S.A.U. no valor de €53.850.000, aproximadamente. Dentro desta operação se incluía a participação minoritária na Sociedad Eólica de Andalucía, S.A. (5,27%) que o Grupo Elecnor tem classificada no balanço consolidado como “Ativos financeiros disponíveis para vender”.

b) Empréstimos no longo prazo-

O capítulo “Empréstimos no longo prazo” do quadro anterior em 31 de dezembro de 2013 inclui, principalmente, diversos empréstimos concedidos a empresas coligadas do Grupo ELECNOR (Notas 10 e 26).

Com data de 20 de dezembro de 2011 a sociedade controlada Celeo Termosolar, S.L. concedeu à Aries Solar Termoeléctrica, S.L. um crédito participativo e um crédito subordinado ao financiamento principal obtido pela mesma (Nota 10) por uns valores aproximados de €33.720.000 e €67.440.000, respectivamente, com vencimento em 1º de janeiro de 2031 para o financiamento de duas usinas termosolares em Castilla-La Mancha (Notas 10 e 20). O crédito participativo incorre numa taxa de juros que é composta por um juro fixo anual e por um juro variável anual indexado à margem operativa do acreditado depois de impostos e depois de deduzir os juros correspondentes a este crédito participativo, ou a qualquer outra dívida subordinada. O crédito subordinado incorre numa taxa de juros indexada à Euribor mais um diferencial de mercado. O valor disponível em 31 de dezembro de 2013 ascende a aproximadamente €36.705.000 e a €74.255.000, respectivamente (aproximadamente €35.187.000 e €70.962.000, respectivamente em 31 de dezembro de 2012), e consta registrado nas rubricas “Ativos financeiros não circulantes – Outros investimentos financeiros” e “Ativos financeiros circulantes – Devedores comerciais, empresas relacionadas” da demonstração da situação financeira consolidada na mencionada data anexa.

Com data de 5 de março de 2010 a sociedade controlada Celeo Termosolar, S.L. concedeu à Dioxipe Solar, S.L. um crédito participativo subordinado ao financiamento principal obtido pela mesma (Nota 10) no valor de €68.514.000, aproximadamente, com vencimento em 6 de março de 2030 para o financiamento de uma usina termosolar em Extremadura (Notas 10 e 20). Esse crédito incorre numa taxa de juros que é composta por um juro fixo anual e por um juro variável anual indexado aos lucros brutos do acreditado antes de impostos e antes de deduzir os juros correspondentes a este crédito participativo, ou a qualquer outra dívida subordinada. O valor disposto em 31 de dezembro de 2013 ascende a €54.669.000 (€51.895.000 em 31 de dezembro de 2012), aproximadamente, e aparece registrado nas rubricas “Ativos financeiros não circulantes – Outros investimentos financeiros” e “Ativos financeiros circulantes – Devedores comerciais, empresas relacionadas” da demonstração da situação financeira consolidada na mencionada data anexa.

Os referidos créditos participativos e o subordinado concedidos pela Celeo Termosolar, S.L. à Aries Solar Termoeléctrica, S.L. e à Dioxipe Solar, S.L. foram diminuídos, em 31 de dezembro de 2013, no valor de €61.548.000 (€55.262.000 em 31 de dezembro de 2012. Nota 2.2) devido à sua consideração como investimento líquido na hora de refletir o valor dessas Sociedades pelo método de equivalência patrimonial. Portanto, o saldo que aparece no balanço é composto pelos valores dos parágrafos anteriores reduzido no ajuste indicado, o que ascende a um líquido total de €104.081.000 em 31 de dezembro de 2013 (€100.108.000 em 31 de dezembro de 2012).

Os Administradores da Sociedade controladora consideram que todos os empréstimos acima referidos não serão cancelados no curto prazo, pelo que continuam sendo classificados no longo prazo na demonstração da situação financeira consolidada anexa.

c) Concessões administrativas-

Atualmente o Grupo ELECNOR se encontra desenvolvendo e executando em regime de concessão diversos projetos para a construção e exploração e manutenção de diversas linhas de transmissão de energia elétrica no Brasil, através de suas filiais constituídas para isso, e cuja sociedade líder no mencionado país é a Elecnor Transmissão de Energia, S.A. De acordo com os contratos de concessão, o Grupo cobrará um valor determinado ao longo do período da concessão como remuneração, tanto pelos trabalhos de construção, quanto pelos de exploração e manutenção, o que não depende da utilização que, se for o caso, for feita das citadas linhas de transmissão. Os períodos de concessão se situam em torno a 30 anos, aproximadamente. Esse valor determinado a receber será objeto de atualização periódica em função de determinadas variáveis, tais como as taxas de juros, o índice geral de preços ao consumidor e outras taxas de referência do mercado segundo é estabelecido pelos diferentes contratos, embora as alterações não sejam significativas.

O Grupo se compromete, em virtude dos acordos de concessão, a implantar integralmente as instalações de transmissão num período determinado, bem como a prestar os serviços de operação e manutenção

utilizando materiais, equipamentos de qualidade e mantendo as instalações e os métodos operativos adequados que garantam bons níveis de regularidade, eficiência, segurança, atualidade, esforço permanente na redução de custos, integração social e conservação do meio. A entidade concessionária não poderá ceder ou dar em garantia os ativos associados ao serviço público de transmissão sem a autorização da ANEEL.

A extinção da concessão ocorrerá nos seguintes casos: termo final do contrato, vencimento, rescisão, anulação por vício ou irregularidade ou extinção da transmissora. A extinção da concessão determinará a reversão ao poder concedente de todos os bens ligados ao serviço, iniciando-se as avaliações das análises correspondentes, as quais servirão, se for o caso, para determinar a indenização da transmissora. Os bens deverão estar em condições adequadas de operação e técnicas, mantidas de acordo com os procedimentos de redes aprovados pela ANEEL que permitam a continuidade do serviço público de transmissão de energia.

Na conclusão final do contrato, é facultado à ANEEL, por critério exclusivo dela, prorrogar o contrato. O prazo de renovação máxima é pelo mesmo período da concessão e através de requerimento da transmissora. Também poderá ser acordada uma eventual prorrogação do prazo de concessão em função do interesse público e das condições estipuladas no contrato.

A transmissora poderá promover a rescisão do contrato em caso de descumprimento pelo poder concedente das normas estabelecidas no contrato. Neste caso, a transmissora não poderá interromper a prestação do serviço até a aprovação, por decisão judicial, que decreta a extinção do contrato.

De acordo com os critérios descritos na Nota 3.j, o Grupo possui no momento inicial um ativo financeiro pelo valor justo das importâncias a receber pela construção das infraestruturas, o que é avaliado pelo seu custo amortizado a partir daí, utilizando o método de juros efetivos. De acordo com este critério, o Grupo registrou, no exercício de 2013, com crédito na rubrica "Receitas financeiras" da conta de resultados do exercício mencionado, o valor de €42.175.000 (€39.302.000 no exercício de 2012), aproximadamente, correspondente ao efeito financeiro da aplicação do referido método.

Durante o exercício de 2013 entra no perímetro de consolidação a sociedade concessionária Brilhante II Transmissora de Energia, S.A., que desenvolve o mesmo tipo de atividade que o descrito acima. O capítulo "Concessões administrativas" do quadro anterior inclui, em 31 de dezembro de 2013, um valor de €5.348.000, aproximadamente, referente à avaliação, na referida data, dos ativos financeiros correspondentes registrados pelos valores a cobrar ao longo da vida da mencionada concessão pela construção das infraestruturas de transmissão (ver Nota 2.g).

Em 2012 foram constituídas as sociedades concessionárias Integração Maranhense Transmissora de Energia e Caiuá Transmissora de Energia, tal como é detalhado na Nota 2.g.

Outros ativos não circulantes-

A composição do capítulo "Outros ativos não circulantes" do quadro anterior é a seguinte:

	Milhares de euros	
	2013	2012
Conta de reserva do serviço da dívida	48.408	47.852
Fianças	2.088	6.405
Outros	4.152	5.901
	54.648	60.158

O capítulo "Conta de reserva do serviço da dívida" inclui os valores que as sociedades controladas Eólicas Páramo de Poza, S.A., Aerogeneradores del Sur, S.A., Galicia Vento, S.L., Ventos do Sul Energia, S.A., Parques Eólicos Villanueva, S.L.U., Parques Eólicos Palmares, S.A. e Ventos da Lagoa, S.A. deverão manter em depósitos bancários em virtude dos contratos de financiamento assinados pelas mesmas (Nota 14), e que ascendem a €3.621.000, €2.510.000, €7.596.000, €6.404.000, €3.184.000, €8.395.000 e €4.500.000, respectivamente, em 31 de dezembro de 2013 (€3.606.000, €2.500.000, €7.596.000, €8.849.000, €3.184.000 e €6.396.000, respectivamente, em 31 de dezembro 2012). A Ventos do Litoral, S.A. constituiu no exercício de 2012 a conta de reserva do serviço da dívida no valor de €4.808.000 ao obter o financiamento bancário para a construção e a exploração do projeto.

Adicionalmente, este capítulo inclui o valor da conta de reserva do serviço da dívida das sociedades concessionárias LT Triângulo, S.A., Vila Do Conde Transmissora de Energia, S.A., Coqueiros Transmissora de Energia, S.A., Pedras Transmissora de Energia, S.A. e Encruzo Novo Transmissora de Energia, S.A. no valor de, aproximadamente, €7.387.000 (em 31 de dezembro de 2012 a conta de reserva do serviço da dívida

correspondente às sociedades concessionárias LT Triângulo, S.A., Vila Do Conde Transmissora de Energia, S.A., Coqueiros Transmissora de Energia, S.A. e Pedras Transmissora de Energia, S.A. ascendia a €9.885.000).

Sobre esses depósitos incide uma taxa de juros de mercado.

O capítulo "Fianças" do quadro anterior inclui, basicamente, as fianças por operação dos parques eólicos Eólicas Páramo de Poza S.A., Galicia Vento, S.L., Aerogeneradores del Sur, S.A., Parques Eólicos Villanueva, S.L.U., Parques Eólicos Palmares, S.A., Ventos da Lagoa, S.A., Ventos do Litoral, S.A. e Parque Eólico Malpica, S.A. no valor total de €44.000 aproximadamente.

A Elecnor, S.A. também tem fianças e depósitos por arrendamentos no valor de €2.046.000, aproximadamente (€1.521.000 em 31 de dezembro de 2012).

12. Ativos financeiros circulantes

a) Devedores comerciais e outras contas a receber

O capítulo "Devedores comerciais e outras contas a receber" do ativo circulante da demonstração da situação financeira registra as contas a receber que o Grupo tem como consequência das operações realizadas com terceiros.

Em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 existiam contas a receber vencidas no valor de €238.804.000 e de €184.369.000. A análise de antiguidade destas contas é a seguinte:

Descrição	Milhares de euros	
	2013	2012
Saldos não vencidos	671.369	738.433
Até 6 meses	87.595	73.802
Entre 6 e 12 meses	72.694	61.320
Superior a 12 meses	78.515	49.247
Total	910.173	922.802

O Grupo também dota uma provisão para a cobertura das dívidas em situação irregular por pagamento atrasado, suspensão de pagamentos, insolvência ou outras causas, após um estudo individualizado sobre a possibilidade de receber as mesmas. As dotações são realizadas em função das melhores estimativas no encerramento do exercício.

A seguir é apresentado o movimento havido durante os exercícios de 2013 e de 2012, bem como a composição da rubrica "Deterioração de contas a receber" em 31 de dezembro de 2013 e de 2012:

	Milhares de euros					
	31.12.12	Deterioração reconhecida no exercício	Cancelamento de Saldos Incobráveis	Varição no perímetro de consolidação	Diferenças de conversão	31.12.13
Deterioração	31.979	23.018	(2.747)	-	(260)	51.990

	Milhares de euros					
	31.12.11	Deterioração reconhecida no exercício	Cancelamento de Saldos Incobráveis	Varição no perímetro de consolidação	Diferenças de conversão	31.12.12
Deterioração	33.059	4.997	(7.671)	1.458	136	31.979

b) Numerário e outros meios líquidos equivalentes

A composição deste capítulo da demonstração da situação financeira consolidada anexa é a seguinte:

	Milhares de euros	
	2013	2012
Outros ativos líquidos equivalentes	76.636	93.965
Tesouraria	167.715	434.121
	244.351	528.086

O saldo final da rubrica "Outros ativos líquidos equivalentes" do quadro anterior corresponde principalmente à aquisição temporária de letras do tesouro com pacto de recompra na data fixa não opcional e a depósitos e tributações, todas elas a muito curto prazo, que incorrem em juros de mercado. No seu vencimento são reinvestidos em ativos de natureza e prazo semelhantes em função das necessidades de tesouraria em cada momento.

Em 31 de dezembro de 2012 a rubrica "Outros ativos líquidos equivalentes" do quadro anterior incluía principalmente um depósito realizado pela Petróleos de Venezuela S.A., no valor de €71.260.000, para o financiamento da construção, por parte da Elecnor S.A., de uma usina de ciclo combinado na Venezuela, mais concretamente na localidade de Güiria (Nota 20).

13. Patrimônio líquido da Sociedade controladora

a) Capital social-

Em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 o capital social da Elecnor, S.A. estava representado por 87.000.000 ações ordinárias ao portador de €0,10 de valor nominal cada uma, totalmente subscritas e integralizadas.

As ações da Elecnor, S.A. têm cotação no mercado contínuo espanhol.

Em 31 de dezembro de 2013 e de 2012, a composição dos acionistas da Sociedade controladora, bem como sua participação, era a seguinte:

	% Participação	
	2013	2012
Cantiles XXI, S.L.	52,76%	52,76%
Bestinver Gestión, S.A., S.G.I.I.C.	3,76%	-
Fundo de Reestruturação Ordenada Bancária (FROB) (**)	-	5,05%
Outros (*)	43,48%	42,19%
	100,00%	100,00%

(*) Todos eles com % de participação inferior a 5%. Também se incluem as ações próprias da Sociedade controladora que ascendem a 2,86% em 2013 (2,91% em 2012 (Nota 3.n)).

(**) O NCG Banco, S.A. é titular de 100% do capital social da NCG Corporación Industrial, S.L. (possuidora dos títulos da Elecnor, S.A.). O Fundo de Reestruturação Ordenada Bancária (FROB) é, por sua vez, titular de 90,57% do capital social do NCG Banco, S.A.

b) Ajustes de avaliação patrimonial-

O movimento ocorrido nesta reserva durante os exercícios de 2013 e de 2012 é o seguinte:

Milhares de euros

	01.01.12	Contratação	Varição no valor de mercado	Liquidação de derivativos	31.12.12	Contratação	Varição no valor de mercado	Liquidação de derivativos	31.12.13
Por consolidação global - Cobertura de fluxos de caixa:									
Swaps de taxas de juros (IRS) (Nota 15)	(52.098)	(6.629)	(17.781)	-	(76.508)	(2.866)	4.173	18.584	(56.617)
Seguros de taxa de câmbio (Nota 15)	(10.513)	(4.076)	8.535	721	(5.333)	(26)	(1.255)	5.686	(928)
Commodities (Nota 15)	(341)	-	341	-	-	-	-	-	-
Outros (Nota 11)	2.060	-	-	-	2.060	(3)	(466)	-	1.591
	(60.892)	(10.705)	(8.905)	721	(79.781)	(2.895)	2.452	24.270	(55.954)
Imposto diferidos por ajustes de avaliação patrimonial (Nota 19)	9.306	3.212	(1.919)	(216)	10.383	868	(662)	(3.438)	(7.151)
Total ajustes de avaliação patrimonial pelo método de consolidação global	(51.586)	(7.493)	(10.824)	505	(69.398)	(2.027)	1.790	20.832	(48.803)
Participações não controladoras	701	-	(210)	-	491	-	(261)	-	230
Total ajustes de avaliação patrimonial	(50.885)	(7.493)	(11.034)	505	(68.907)	(2.027)	1.529	10.832	(48.573)

c) Outras Reservas-

O detalhamento, por itens, do saldo deste capítulo da demonstração da situação financeira consolidada é o seguinte:

	Milhares de euros	
	2013	2012
Reservas restringidas -		
Reserva legal	1.743	1.743
Reserva de redenominação em euro	15	15
Reserva para ações próprias (Nota 3.n)	22.421	22.836
	24.179	24.594
Outras reservas		
Reservas da Sociedade controladora	488.890	466.772
Reservas em sociedades consolidadas (*)	513.069	491.366
Diferenças de conversão	110.296	72.266
Ações próprias (Nota 3.n)	(158.794)	(46.980)
	(22.421)	(22.836)
Total	442.150	493.816

(*) Inclui os ajustes de consolidação e ajustes à Norma Internacional.

Reserva legal-

De acordo com o Texto Consolidado da Lei das Sociedades de Capital espanhola, deve destinar-se um valor igual a 10% do lucro do exercício à reserva legal até esta atingir, pelo menos, 20% do capital social. Esse limite já foi alcançado.

A reserva legal poderá ser utilizada para aumentar o capital na parte de seu saldo que ultrapassar 10% do capital já aumentado. A não ser para a finalidade acima mencionada, e enquanto não ultrapassar 20% do capital social, esta reserva poderá ser destinada apenas à compensação de perdas, e desde que não existam outras reservas disponíveis suficientes para esse fim.

d) Ações próprias em carteira-

Em virtude das deliberações que, sucessivamente, estão sendo tomadas pela Assembleia Geral de Acionistas da Elecnor, S.A., durante os últimos exercícios foram sendo adquiridas diversas ações próprias da mencionada sociedade, cujo destino é a sua alienação progressiva no mercado. Em particular, no dia 23 de maio de 2012, a Assembleia Geral de Acionistas acordou autorizar por um período de cinco anos a aquisição, por ela mesma ou através de sociedades do Grupo, de ações emitidas pela Sociedade até um

10% do capital social (Nota 3.n), sempre que o preço de compra não difira, em mais ou menos, de 30% do preço de mercado.

O detalhamento e o movimento das ações próprias durante o exercício de 2013 é o seguinte:

	Nº de Ações
Ações próprias em 31 de dezembro de 2012	2.535.368
Aquisição de ações próprias	132.418
Venda de ações próprias	(179.334)
Ações próprias em 31 de dezembro de 2013	2.488.452

A compra e a venda das ações próprias significaram valores de, aproximadamente, €1.247.000 e €1.616.000, respectivamente.

A totalidade das ações próprias que a Sociedade controladora mantinha em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 representavam 2,86% e 2,91%, respectivamente, do total de ações que compõem o capital social da Elecnor S.A. nas referidas datas.

Em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 continua constituída a correspondente reserva indisponível para ações próprias no valor das ações da Elecnor, S.A. em carteira nas referidas datas.

e) Participações não controladoras-

A composição da rubrica "Patrimônio Líquido - De Participações não controladoras" do passivo da demonstração da situação financeira consolidada anexa durante os exercícios de 2013 e de 2012 é a seguinte:

	Milhares de euros	
	2013	2012
Eólicas Páramo de Poza, S.A.	4.940	4.277
Galicia Vento, S.L.	1.948	2.511
Elecven Construcciones, S.A.	391	448
Rasacaven, S.A.	274	101
Adhorna Prefabricación, S.A.	-	1.282
Sociedad Aragonesa de Estaciones Depuradoras, S.A.	1.954	2.017
Deimos Engenharia, S.A.	201	199
Elecnor Argentina, S.A.	18	20
Termosolar Manzanares, S.L.	-	(218)
Termosolar Alcazar, S.L.	-	(52)
Caiuá Transmissora de Energía, S.A.	12.179	2.883
Integração Maranhense Transmissora de Energia, S.A.	25.918	3.539
IQA Operations Group Limited	804	722
Ventos Do Sul Energia, S.A.	4.102	5.371
Aerogeneradores del Sur, S.A.	218	(37)
Enerfin Enervento, S.A.	15.667	16.761
Parque Eólico Malpica, S.A.	1.637	1.842
Enervento Galicia, S.L.U.	(1)	(1)
Infraestructuras Villanueva, S.L.U.	1	1
Parques Eólicos Palmares, S.A.	4.225	-
Ventos do Litoral Energia, S.A.	3.440	-
Ventos da Lagoa, S.A.	3.113	-
Enerfin Rodonita Galicia, S.L.	1	1
Ventos do Faro Farelo, S.L.	1	(4)
Outros	81	-
	81.112	41.663

O movimento havido durante os exercícios de 2013 e de 2012 nesta rubrica da demonstração da situação financeira consolidada é detalhado a seguir:

	Milhares de euros
Saldo em 1º de janeiro de 2012	48.632
- Resultado do exercício	3.555
- Variação no valor de mercado dos instrumentos de cobertura (*)	491
- Dividendos distribuídos	(3.815)
- Diferenças de conversão (**)	599
- Outros (Notas 2.g e 10)	(7.799)
Saldo em 31 de dezembro de 2012	41.663
- Resultado do exercício	3.569
- Variação no valor de mercado dos instrumentos de cobertura (*)	211
- Dividendos distribuídos	(6.360)
- Diferenças de conversão (**)	(5.704)
- Outros (Notas 2.g e 10)	47.733
Saldo em 31 de dezembro de 2013	81.112

(*) Referem-se às variações na avaliação dos Swaps de cobertura que o Grupo ELECNOR utiliza (Nota 15).

(**) Referem-se, principalmente, às diferenças de conversão geradas na sociedade Ventos do Sul Energia, S.A.

A rubrica "Outros" contém, principalmente, o efeito das operações referidas na Nota 2.g relacionadas com a venda para minoritários de 10% das sociedades Parques Eólicos Palmares, Ventos do Litoral Energia, S.A., Ventos da Lagoa, S.A., bem como os aumentos de capital na Integração Maranhense Transmissora de Energia, S.A. e na Caiuá Transmissora de Energia, S.A.

14. Dívida financeira

Como parte fundamental de sua estratégia, o Grupo possui uma política de máxima prudência financeira. A estrutura de capital objetivo está definida por esse compromisso de solidez e pelo objetivo de maximizar a rentabilidade do acionista.

No entanto, determinados projetos, basicamente a construção e a exploração de parques eólicos e de suas correspondentes linhas de interligação elétrica e subestações, bem como de infraestruturas de distribuição elétrica e centrais de tratamento de águas residuais que o Grupo explora em regime de concessão, das quais o mesmo é titular, são financiadas, na maior parte, mediante empréstimos sindicados em regime de "Project Finance". Em virtude desses empréstimos, as sociedades controladas, titulares dos referidos projetos, assumem determinadas limitações à distribuição de dividendos, a qual está sujeita ao cumprimento de certas condições, como a constituição de uma nova conta de reserva para o serviço da dívida. Do mesmo modo, essas sociedades controladas deverão manter um quociente de Fundos Alheios/Recursos Próprios e uma estrutura de recursos próprios determinados.

A quantificação da estrutura de capital objetivo, excluído o efeito dos projetos financiados pelo financiamento sem recurso, é estabelecida como relação entre o financiamento líquido e os do patrimônio líquido, de acordo com o quociente:

Dívida financeira líquida Dívida financeira líquida + Patrimônio Líquido

A dívida financeira líquida inclui as seguintes rubricas da demonstração da situação financeira consolidada (após ser eliminado o efeito da dívida financeira líquida dos projetos financiados através do financiamento sem recurso):

	Milhares de euros	
	2013	2012
Passivo não circulante – Dívida financeira	356.483	416.844
Passivo circulante – Dívida financeira	172.319	115.237
Ativos financeiros circulantes – Outros investimentos financeiros	(23.689)	(91.735)
Numerário e outros ativos líquidos equivalentes	(145.660)	(247.268)
Dívida financeira líquida	359.453	193.078

A evolução e a análise deste quociente são feitas de forma contínua, efetuando-se, além disso, estimativas de futuro do mesmo como fator fundamental e limitativo na estratégia de investimentos e na política de dividendos do Grupo. Em 31 de dezembro de 2013 e de 2012, esse quociente se situou em aproximadamente 40,30% e 25,70%, respectivamente.

A composição das rubricas "Dívida financeira" do passivo não circulante e do passivo circulante das demonstrações da situação financeira consolidadas em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 anexas é a seguinte:

	Milhares de euros			
	31.12.13		31.12.12	
	Longo Prazo	Curto Prazo	Longo Prazo	Curto Prazo
Empréstimos e créditos sindicados	265.966	121.212	355.276	77.798
Empréstimos concessões	217.686	41.432	174.015	58.907
Empréstimos sindicados parques eólicos e fotovoltaicos	506.319	98.374	623.213	45.106
Empréstimos com garantia pessoal	55.538	27.279	24.997	5.842
Empréstimos com garantia hipotecária	9.144	632	9.767	621
Linhas de créditos com garantia pessoal	12.500	19.318	10.000	15.232
Títulos pendentes de vencimento	-	419	-	5.879
Juros incorridos não pagos:				
Parques eólicos, fotovoltaicos e concessões	-	67	-	327
Resto	437	1.748	202	1.972
Dívidas por arrendamento mercantil (Nota 9)	7.428	772	8.549	839
Instrumentos derivativos de cobertura (Nota 15):				
Parques eólicos, fotovoltaicos e concessões	16.396	3.396	18.059	4.976
Resto	5.469	939	8.051	7.058
Total	1.096.883	315.588	1.232.129	224.557

O detalhamento por vencimentos da parte no longo prazo ("não circulante") de empréstimos e créditos é o seguinte para os exercícios de 2013 e de 2012:

	Milhares de euros
Dívidas com vencimentos em	31.12.13
2015	168.199
2016	191.089
2017	223.884
2018 e seguintes	513.711
Total	1.096.883

	Milhares de euros
Dívidas com vencimento em	31.12.12
2014	265.184
2015	166.102
2016	151.008
2017 e seguintes	649.835
Total	1.232.129

Empréstimos e créditos sindicados-

Em janeiro de 2012 a Elecnor obteve financiamento sindicado, com um limite de €500.000.000, que se compõe de uma parte empréstimo e uma parte crédito. A parte empréstimo tem um limite inicial de €300.000.000 e vencimento final em cinco anos, com amortizações semestrais que começaram em janeiro de 2013. A parte crédito tem um limite de €200.000.000 e vencimento final em cinco anos, e está disponível mediante disposições a prazo, por escolha da Elecnor. A variação ocorrida na rubrica "Empréstimos e créditos sindicados" do quadro anterior, em larga medida, refere-se às duas primeiras amortizações da parte A e das disposições da parte B do financiamento sindicado. O financiamento obtido visa ampliar a vida média do endividamento do Grupo, bem como iniciar o plano de investimentos previsto no Plano Estratégico.

Este empréstimo incorre numa taxa de juros indexada à Euribor do prazo do período de juros escolhido pelo acreditado (1, 3 ou 6 meses) mais um diferencial, indexado ao nível do quociente da Dívida Financeira Líquida (corporativa) / (EBITDA – EBITDA de Projetos + Dividendos de projetos). A Sociedade controladora se comprometeu em cumprir durante a duração do contrato de financiamento sindicado diferentes quocientes calculados em nível de grupo ((Dívida Financeira Líquida (corporativa) / (EBITDA – EBITDA de Projetos + Dividendos de projetos), (Dívida financeira líquida (corporativa) / Fundos próprios) e (EBITDA/Despesas financeiras líquidas)), os quais serão calculados sobre a base dos respectivos valores consolidados do Grupo ELECNOR. Para não entrar em causas de rescisão do contrato, os três quocientes mencionados não devem ultrapassar os parâmetros estabelecidos no contrato de financiamento sindicado. Adicionalmente, o empréstimo contempla a obrigação de cumprir o Quociente de Cobertura de Garantias, que é definida como a soma da Sociedade acreditada mais um conjunto de sociedades do Grupo, escolhidas pela acreditada, que devem representar, sempre, junto com a acreditada pelo menos 75% dos ativos, EBITDA e receitas agregadas do Grupo ELECNOR (excluídas as sociedades que são veículo de projetos). Em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 existiam as condições exigíveis para manter este financiamento classificado conforme os vencimentos inicialmente previstos.

Em 31 de dezembro de 2013 o saldo disponível do empréstimo sindicado mencionado ascendia a €324.000.000, dos quais €234.000.000 correspondiam à primeira parte, e o resto à parte crédito. Do mesmo modo, o valor disponível em 31 de dezembro de 2012 ascendia a €410.000.000, dos quais €300.000.000 referiam-se à totalidade da primeira parte, e o resto à parte crédito.

Durante o primeiro semestre do exercício de 2012 foi totalmente amortizado o financiamento bancário em várias moedas estrangeiras contratado pela Sociedade controladora durante os exercícios de 2005 e de 2006.

A Sociedade controladora contratou, durante o exercício de 2012, cinco operações do tipo swap de taxa de juros (IRS) para a cobertura de 100% da parte empréstimo do financiamento sindicado mencionado, com cinco instituições financeiras. Adicionalmente, contratou uma operação de cobertura para esta mesma parte empréstimo do tipo basis swap, por um valor nominal inicial de €300.000.000, na qual foram intercambiadas taxas de juros variáveis. Os vencimentos dos swaps, bem como as datas de liquidação dos juros, coincidem com as do contrato de empréstimo ao qual estão atribuídos.

O contrato de financiamento sindicado assinado em 2012 gerou, no exercício de 2013, juros no valor de €13.943.000 (€7.993.000 no exercício de 2012) antes de considerar o efeito das coberturas, que o Grupo tem registradas na rubrica “Despesas financeiras” da conta de resultados consolidada do exercício de 2013 anexa (Nota 21).

Com data de 22 de maio de 2013, a sociedade Elecnor Transmissão de Energia, S.A. obteve um empréstimo no valor de R\$110.000.000 e com último vencimento em 21 de novembro de 2014 para o financiamento de suas participações em concessionárias de transmissão de energia no Brasil através da entrada de verbas. O referido empréstimo incorre numa taxa de juros resultante de acrescentar uma margem de 2,95% sobre a taxa de juros variável interbancária CDI (“Certificado de Depósito Interbancário”). Em 31 de dezembro de 2013, o valor pendente de pagamento deste empréstimo ascendia a €35.600.000, aproximadamente.

Com data de 9 de junho de 2010, a Audelec Conservación y Mantenimiento, S.L.U., absorvida pela Sociedade controladora durante o exercício de 2012, contratou um crédito sindicado no valor de €11.500.000 para financiar parcialmente a compra de 100% das participações sociais da sociedade Audeca, S.L.U. Esse crédito incorria numa taxa de juros indexada à Euribor a seis meses, acrescida de um diferencial de mercado e vencimento em 31 de dezembro de 2015. Com data de junho de 2013 a sociedade começou a amortizar antecipadamente a totalidade do montante deste financiamento pendente, ficando, em 31 de dezembro de 2013, totalmente amortizada.

Empréstimos concessões-

Com data de 15 de janeiro de 2013, a concessionária Alto Jahuel Transmisora de Energía, S.L. assinou um empréstimo em regime “Project Finance” no valor de \$167.000.000, além de um crédito de financiamento de IVA no valor de \$29.000.000. Esse financiamento visa a construção e a futura exploração de uma linha de transmissão de energia no Chile (ver Nota 9). O referido financiamento, com vencimento final em 2032, incorre numa taxa de juros indexada à Libor a 180 dias, acrescida de um diferencial de 4,25% para a parte em dólares e o TAB UF a 180 dias, mais um diferencial de 1,60% para a parte em UF. O valor disponível em 31 de dezembro de 2013 ascendia a €101.800.000 aproximadamente, dos quais €85.500.000, aproximadamente, referem-se ao empréstimo e o resto ao crédito de financiamento do IVA. Adicionalmente foi contratada uma operação de cobertura de 75% do principal do empréstimo para cobrir a possível variação ascendente das taxas de juros do crédito. Os vencimentos das liquidações dos juros coincidem com as liquidações dos juros do crédito.

Com data de 5 de julho de 2007, a concessionária Sociedad Aragonesa de Aguas Residuales, S.A.U. contratou um crédito com um limite de €23.000.000, com vencimento em 5 de dezembro de 2026. A concessionária dispôs de todo o crédito. Este financiamento incorre numa taxa de juros da Euribor, mais um diferencial. A despesa financeira em que incorre este empréstimo nos exercícios de 2013 e de 2012 ascendeu a, aproximadamente, €299.000 e €542.000, respectivamente. Esta sociedade contratou um swap de taxa de juros de €17.250.000 para cobrir a possível variação ascendente das taxas de juros do crédito. Os vencimentos das liquidações dos juros coincidem com as liquidações dos juros do crédito. Em qualquer caso, os Administradores da Sociedade controladora consideraram mais adequado a classificação do valor pendente de pagamento em 31 de dezembro de 2013, que ascendia a €18.623.000, dentro da rubrica "Dívida financeira" do passivo circulante da demonstração de situação financeira consolidada em caso de um previsível descumprimento, na data de formulação das demonstrações financeiras consolidadas do GRUPO ELEC NOR, relativas ao exercício de 2013, da obrigação de manutenção de determinados quocientes financeiros por parte da referida sociedade participada que poderia implicar o vencimento adiantado do crédito. Em qualquer caso, na data de elaboração, a entidade prestamista não solicitou o vencimento adiantado do crédito descrito anteriormente.

Com data de 21 de julho de 2009, a concessionária Sociedad Aragonesa de Estaciones Depuradoras, S.A. contratou um crédito com um limite de €15.500.000 com vencimento em 31 de dezembro de 2026. A concessionária dispôs da totalidade do crédito. Este financiamento incorre numa taxa de juros da Euribor, mais um diferencial. A despesa financeira em que este empréstimo incorreu nos exercícios de 2013 e de 2012 ascendeu a, aproximadamente, €459.000 e €620.000, respectivamente. Esta sociedade contratou um swap de taxa de juros de €11.625.000 para cobrir a possível variação ascendente das taxas de juros do crédito. Os vencimentos das liquidações dos juros coincidem com as liquidações dos juros do crédito. O valor pendente de pagamento do crédito em 31 de dezembro de 2013 ascendia a €13.301.000 (€13.935.000 em 31 de dezembro de 2012).

Durante o exercício de 2010 a sociedade LT Triângulo, S.A. passou a ser consolidada pelo método de consolidação global, já que o Grupo passou a deter a totalidade do seu capital social. Esta entidade obteve um empréstimo em regime de "Project Finance" de uma entidade financiadora com data de 7 de outubro de 2008 e último vencimento em 4 de outubro de 2022 para o financiamento das infraestruturas de transmissão de energia elétrica objeto da concessão, o que incorre numa taxa de juros resultante de acrescentar uma margem de mercado sobre a taxa de juros variável no longo prazo do país (TJLP). Em 31 de dezembro de 2013, o valor pendente de pagamento deste empréstimo ascende a €81.000.000, aproximadamente (€106.000.000 em 2012).

No exercício de 2011, o Grupo Elecnor adquiriu 66% da Vila do Conde Transmissora de Energia, S.A., passando a consolidar essa sociedade pelo método de consolidação global. Com data de 19 de dezembro de 2006 o BNDES concedeu à Vila do Conde Transmissora de Energia, S.A. um crédito destinado ao financiamento da construção de linhas de transmissão de energia elétrica com vencimento em 15 de abril de 2019. Esse crédito é dividido em dois subcréditos: o subcrédito A incorre numa taxa de juros resultante de acrescentar uma margem de mercado sobre o custo médio ponderado da captação de moeda estrangeira pelo BNDES, e o subcrédito B incorre numa taxa de juros resultante de acrescentar uma margem de mercado sobre a taxa de juros variável no longo prazo (TJLP) do país.

Em 31 de dezembro de 2013, o valor pendente de pagamento deste empréstimo ascendia a €26.200.000, aproximadamente (€36.500.000, aproximadamente, em 31 de dezembro de 2012).

A devolução dos empréstimos à LT Triângulo, S.A. e à Vila do Conde Transmissora de Energia, S.A. está garantida por penhor sobre os direitos da concessão, garantia sobre a totalidade de ações, garantia sobre os direitos de crédito por prestação de serviços e aval bancário. Adicionalmente, as mencionadas sociedades controladas devem manter, durante a vigência do contrato de empréstimo, os seguintes quocientes financeiros:

- O índice de cobertura resultante de dividir o fluxo de caixa disponível entre os juros a pagar mais a amortização do principal deve ser igual ou superior a 1,3.
- Índice de capitalização (Patrimônio/Ativo Total) igual ou superior a 0,3.

Empréstimos sindicados parques eólicos e fotovoltaicos-

No exercício de 2012, o Grupo obteve financiamento sindicado para a construção de um parque eólico em Quebec (Canadá) por C\$250.000.000, aproximadamente (Éoliennes de l'Érable Inc.). Esse financiamento, com vencimento em 2033, incorre numa taxa de juros indexada à cotação do bônus canadense. Para esse empréstimo sindicado em regime de "Project Finance", o quociente de cobertura anual do serviço da dívida principal deve ser, conforme consta das escrituras do empréstimo de financiamento, superior a um determinado coeficiente durante toda a vida do empréstimo. Em 31 de

dezembro de 2013 o saldo vivo ascendia a €170.500.000, o que significa a disposição total do referido financiamento.

Em 31 de dezembro de 2013, o resto das dívidas com instituições de crédito incluídas nesta rubrica se referem, principalmente, aos saldos vivos dos empréstimos sindicados que a Aerogeneradores del Sur, S.A., a Eólicas Páramo de Poza, S.A., a Galicia Vento, S.L, a Ventos Do Sul Energia, S.A., a Parques Eólicos de Villanueva, S.L.U., a Parques Eólicos Palmares, S.A., a Ventos da Lagoa, S.A., a Ventos do Litoral, S.A. e a Siberia Solar, S.L.U. assinaram e têm disponíveis em diversas instituições financeiras nos valores de, aproximadamente, €18.299.000, €11.468.000, €42.647.000, €100.088.000, €61.734.000, €45.848.000, €43.626.000, €42.603.000 e €25.809.000, respectivamente, em regime de "Project Finance". Esses empréstimos foram recebidos para o financiamento da construção dos parques eólicos e suas respectivas linhas de interligação elétrica e subestações, das quais as referidas sociedades são titulares, como no caso do empréstimo concedido à Siberia Solar, S.L.U., o qual visa o financiamento da construção de uma usina solar fotovoltaica em Badajoz. O empréstimo sindicado recebido pela Ventos do Sul Energia, S.A., em reais brasileiros, tem um limite equivalente a R\$465.000.000 (Nota 20). Desde o dia 31 de dezembro de 2007, este empréstimo estava totalmente disponível. Do mesmo modo, os empréstimos recebidos pela Parques Eólicos Palmares, S.A., pela Ventos da Lagoa, S.A. e pela Ventos do Litoral, S.A. têm uns limites de R\$153.653.000, R\$150.821.000 e R\$141.250.000, sucessiva e respectivamente.

A amortização dos empréstimos sindicados será realizada em 25, 26, 25, 37 e 28 amortizações semestrais consecutivas, no caso dos empréstimos concedidos às sociedades controladas Eólicas Páramo de Poza, S.A., Aerogeneradores del Sur, S.A., Galicia Vento S.L., Parques Eólicos de Villanueva, S.L.U. e Siberia Solar, S.L.U., respectivamente, e em 144, 192, 192 e 192 amortizações mensais nos conferidos à Ventos do Sul Energia, S.A., Parques Eólicos Palmares, S.A., Ventos do Litoral, S.A. e à Ventos da Lagoa, S.A.

Os empréstimos espanhóis sindicados incorrem numa taxa de juros equivalente à EURIBOR em seis meses mais uma margem de mercado, que pode variar posteriormente em função do quociente de cobertura anual do serviço da dívida principal auditado. No caso dos empréstimos obtidos em reais brasileiros pelas sociedades controladas Ventos do Sul Energia, S.A., Parques Eólicos Palmares, S.A., Ventos da Lagoa, S.A. e Ventos do Litoral, S.A., a taxa de juros aplicável é o resultado de acrescentar uma margem de mercado sobre a taxa de juros variável no longo prazo (TJLP) do país. Com a finalidade de reduzir o risco da taxa de juros de seus respectivos empréstimos sindicados, a Aerogeneradores del Sur, S.A. e a Parques Eólicos de Villanueva, S.L.U. assinaram com diversas instituições financeiras contratos "swap" de taxa de juros por unas taxas fixas médias que oscilam entre 1,09% e 5,08%, respectivamente, que cobrem entre 65% e 75% da dívida viva em cada uma das sociedades mencionadas (Nota 15).

Para os empréstimos sindicados em regime de "Project Finance" das sociedades espanholas controladas, o quociente de cobertura anual do serviço da dívida principal deve ser, segundo é extraído das escrituras dos empréstimos de financiamento, superior a um determinado coeficiente durante toda a vida do empréstimo, calculando-se, basicamente, como a proporção entre o Cash Flow Disponível para o Serviço da Dívida de um exercício encerrado de 12 meses de duração, e o Serviço da dívida para esse mesmo exercício, tal como é definido no empréstimo. Adicionalmente estas sociedades deverão manter um quociente Fundos Alheios/Recursos Próprios e uma estrutura de recursos próprios determinados.

As sociedades espanholas são obrigadas, ainda, a formalizar, num prazo de dois anos contados da implementação do parque, uma conta de reserva para o serviço da dívida (materializada num depósito bancário), no valor determinado especificamente nos respectivos contratos de financiamento (Nota 11). Do mesmo modo, são obrigados a realizar uma cobertura de risco de evolução da taxa de juros, após o requerimento prévio da instituição de crédito agente, por, no mínimo, 65% do valor do empréstimo e um prazo mínimo de 9 anos, em cumprimento do qual foram assinados os contratos de "swap" mencionados anteriormente. No caso da Ventos do Sul Energia, S.A., Parques Eólicos Palmares, S.A., Ventos da Lagoa, S.A. e Ventos do Litoral, S.A., também existe a obrigação de manter uns quocientes de cobertura da dívida dentro de uns limites, bem como de depositar numa conta reserva um valor monetário que cubra, pelo menos, três mensalidades do pagamento de principal e dos juros. Na opinião dos Administradores da Sociedade controladora não ocorreu nenhum problema em relação ao cumprimento dos contratos.

Como garantia de cada um dos empréstimos sindicados das sociedades espanholas foi constituído um direito real de penhor sobre as ações das respectivas sociedades controladas e, adicionalmente, sobre as indenizações, compensações e/ou sanções que possam ser geradas a favor das mesmas, em relação aos contratos de execução de obra e de gestão da exploração e sobre todas as contas de tesouraria dessas sociedades eólicas. Em relação à Ventos do Sul Energia, S.A., à Parques Eólicos Palmares, S.A., à Ventos da Lagoa, S.A. e à Ventos do Litoral, S.A., estas sociedades assinaram com as instituições financeiras uma garantia fiduciária sobre o imobilizado tangível.

Do mesmo modo, as sociedades controladas assumiram, em virtude desses empréstimos, diversas

limitações à liberdade de alienação de suas imobilizações tangíveis e de distribuição de dividendos. Essas restrições estão sujeitas ao cumprimento de certas condições, como a manutenção do quociente de cobertura da dívida estipulado nas escrituras dos empréstimos de financiamento e da constituição da conta de reserva para o serviço da dívida (Nota 11).

Os Administradores consideram que todas as condições estabelecidas pelos empréstimos sindicados assinados estão sendo cumpridas, e que o financiamento em regime de "Project Finance" irá sendo atendido normalmente com as receitas geradas pela atividade de cada projeto.

Do mesmo modo, e com o intuito de financiar a devolução de parte de seu capital social aos acionistas, em exercícios anteriores a sociedade controlada Ventos do Sul Energia, S.A. recebeu um empréstimo no exercício de 2008 no valor de €25.000.000, o qual incorre numa taxa de juros da Euribor a 12 meses, acrescida de um diferencial e cujo vencimento estabelecido é o dia 30 de setembro de 2022.

Empréstimos com garantia pessoal-

Com data de março de 2013, a Elecnor assinou um contrato de financiamento no valor de €13.000.000. Esse financiamento vence numa única amortização em março de 2014. Este empréstimo incorre numa taxa de juros, com liquidação trimestral, indexada à Euribor a 3 meses, acrescida do diferencial de 2,80%.

Adicionalmente, com data de junho de 2013, a Elecnor assinou outro contrato de financiamento no valor de €10.000.000. Esse financiamento vence numa única amortização em junho de 2016. Esse empréstimo incorre numa taxa de juros com liquidação trimestral, indexada à Euribor a um ano, acrescida do diferencial de 3,9%.

Com data de dezembro de 2013, a Elecnor assinou um contrato de financiamento no valor de €30.000.000. Esse financiamento tem um vencimento último a seis anos e amortizações semestrais com carência de amortização do principal durante o primeiro ano. Esse empréstimo incorre numa taxa de juros indexada à Euribor a 6 meses, acrescida do diferencial variável (3,50% fixo +/- variável de 0,15%, o qual se encontra indexado ao nível do quociente de vendas da sociedade).

A Sociedade se comprometeu a cumprir, durante a duração do contrato de financiamento bancário, diferentes quocientes ((Dívida Financeira Líquida/Fundos Próprios), (Dívida Financeira Líquida/EBITDA), (EBITDA/Despesas Financeiras Líquidas) e (Quociente de Cofinanciamento)), os quais serão calculados sobre a base dos correspondentes valores consolidados do Grupo ELECNOR, cujo descumprimento poderia ser causa de rescisão de contrato. Em 31 de dezembro de 2013 havia condições exigíveis para manter esse financiamento classificado segundo os vencimentos inicialmente previstos. Para os primeiros três quocientes devem ser excluídos os valores correspondentes aos projetos financiados através de financiamento sem recurso.

Com data de maio de 2012, a Sociedade controladora tinha à sua disposição um empréstimo no valor de €20.000.000, com vencimento em 1º de dezembro de 2018 (Nota 26). Este financiamento incorre numa taxa de juros à Euribor a um ano, acrescida de um diferencial. A despesa financeira incorrida no exercício de 2013 por este empréstimo ascendeu a €811.000 (€442.000 em 2012).

Do mesmo modo, no exercício de 2012 venceram, ou foram cancelados antecipadamente, no quadro da estratégia de financiamento adotada pelo Grupo, diversos empréstimos concedidos à Sociedade controladora em exercícios anteriores no valor total de €131.000.000, aproximadamente.

Resto de financiamento-

Durante o exercício de 2013, o Grupo, através da sociedade controlada Deimos Castilla La Mancha, S.L., contratou uma linha de crédito e um empréstimo com garantia pessoal com um limite de €25.000.000 para a construção de um satélite. Em 31 de dezembro de 2013 tinha disponível um valor de €20.100.000.

Durante o exercício de 2012, o Grupo através da sociedade controlada Deimos Castilla La Mancha, S.L. contratou uma linha de crédito com garantia pessoal com um limite de €20.000.000 para a construção de um satélite. Em 31 de dezembro de 2012 tinha disponível um valor de €10.000.000.

O Grupo ELECNOR contratou, no exercício de 2007, um empréstimo com garantia hipotecária para a aquisição de um galpão industrial em Valência para desenvolver sua atividade de fabricação de módulos solares (Nota 9). O saldo pendente de vencimento desse empréstimo ascende a €9.776.000, aproximadamente, em 31 de dezembro de 2013 (€10.388.000 em 31 de dezembro de 2012).

Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2013, a Sociedade controladora Elecnor S.A. mantém abertas com diferentes instituições de crédito 9 linhas de crédito com um limite máximo total de €163.000.000, das quais, em 31 de dezembro de 2013, não tinha disponível nenhuma quantia, e que incorrem numa taxa de juros da EURIBOR/LIBOR, acrescida de um diferencial de mercado, com vencimentos a um ano ou anuais com renovações tácitas de, no máximo, três anos. Do mesmo modo, em 31 de dezembro de 2012 tinha abertas linhas de crédito com um limite total de €130.000.000, aproximadamente.

No total, em 31 de dezembro de 2013 e de 2012, o Grupo tem linhas de crédito com garantia pessoal não disponíveis, no valor total de, aproximadamente, €313.784.000 e €301.605.000, respectivamente, todas elas com garantia pessoal (Nota 4.c).

Em 31 de dezembro de 2013, o Grupo ELECNOR não tem dívidas com instituições de crédito indexadas a uma taxa de juros fixa por um valor significativo, salvo pelo efeito das operações de cobertura que são descritas na Nota 15.

15. Instrumentos financeiros derivativos

O Grupo ELECNOR utiliza instrumentos financeiros derivativos para cobrir os riscos aos que estão expostas suas atividades, operações e fluxos de caixa futuros decorrentes das variações das taxas de câmbio e das taxas de juros, as quais afetam os resultados do Grupo. O detalhamento das composições dos saldos que registram a avaliação de derivativos das demonstrações da situação financeira consolidadas em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 é o seguinte:

	Milhares de euros							
	2013				2012			
	Ativo não circulante (Nota 11)	Ativo circulante	Passivo não circulante (Nota 14)	Passivo circulante (Nota 14)	Ativo não circulante (Nota 11)	Ativo circulante	Passivo não circulante (Nota 14)	Passivo circulante (Nota 14)
COBERTURA DE TAXA DE JUROS								
Cobertura de fluxos de caixa:								
Interest rate swap (Nota 14)	528	-	21.865	3.396	943	34	26.110	6.018
COBERTURA DE TAXA DE CÂMBIO								
Cobertura de fluxos de caixa:								
Seguros de câmbio	-	11	-	939	-	675	-	6.016
	528	11	21.865	4.335	943	709	26.110	12.034

Taxa de câmbio-

O Grupo ELECNOR utiliza instrumentos de cobertura da taxa de câmbio principalmente para suavizar o possível efeito negativo que as variações nas taxas de câmbio possam significar nos fluxos de caixa futuros correspondentes a dois tipos de transações:

- Pagamentos correspondentes a contratos de obra e fornecimento cuja moeda é diferente do euro.
- Cobranças correspondentes a contratos de obra cuja moeda é diferente do euro.

Em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 o valor nominal total objeto de cobertura da taxa de câmbio é o seguinte:

Moeda	31.12.2013	31.12.2012
Milhares de Dólares americanos	41.490	58.884
Milhares de Dólares canadenses	-	64.961

Do total de valores nominais cobertos em 31 de dezembro de 2013, \$12.033.000 se referem a seguros de compras de dólares para cobrir futuros fluxos de pagamento nestas moedas estrangeiras e \$17.031.000 se referem a seguros de venda de dólares para cobrir fluxos futuros de cobranças nesta moeda estrangeira.

Do total dos valores nominais cobertos em 31 de dezembro de 2012, \$21.957.000 se referiam a seguros de compras de dólares para cobrir futuros fluxos de pagamento nessas moedas estrangeiras, \$36.927.000 se referiam a seguros de venda de dólares para cobrir fluxos futuros de cobranças nesta moeda estrangeira e C\$64.961.000 se referiam a seguros de venda de dólares canadenses e compra de euros para cobrir os fluxos derivados das cobranças pelo contrato de obra formalizado no exercício de 2011 para a construção do parque eólico de Éoliennes de l'Érable e os pagamentos correspondentes a contratos de fornecimento em euros (Notas 9 e 14).

O valor da contrapartida em euros do valor nominal objeto de cobertura da taxa de câmbio em 31 de dezembro de 2013 ascende a €29.064.000, aproximadamente.

O vencimento desses seguros de câmbio ocorrerá no exercício de 2014 coincidindo com a corrente real de pagamentos e cobranças que estão cobrindo, sendo o risco de variações nos fluxos de caixa esperados muito baixos, já que existem contratos assinados que mostram o calendário de pagamentos e de cobranças correspondente.

Taxa de juros-

O Grupo ELEC NOR realiza operações de cobertura de taxa de juros de acordo com sua política de gestão de riscos. Essas operações visam suavizar o efeito que a variação nas taxas de juros pode ter sobre os fluxos de caixa futuros de determinados créditos e empréstimos indexados a uma taxa de juros variável, em geral associados ao financiamento corporativo da Sociedade controladora como os financiamentos dos projetos. Em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 o valor nominal total dos passivos objeto de cobertura de taxa de juros é de €397.776.000 e 472.254.000, respectivamente.

A seguir é mostrado o detalhamento dos vencimentos dos fluxos de caixa contratuais dos instrumentos financeiros derivativos em 31 de dezembro de 2013 e de 2012:

31.12.13						
Milhares de euros						
Vencimento						
	2014	2015	2016	2017	2018 e seguintes	Total
Cobertura de taxa de câmbio:						
Venda de USD (*)	(24.705)	-	-	-	-	(24.705)
Compra de USD (*)	16.785	-	-	-	-	16.785
Cobertura de taxas de juros	(3.690)	(3.431)	(3.061)	(2.653)	(12.426)	(25.261)
Cross currency swap:						
Fluxo em USD (*)	139.500	-	-	-	-	139.500

(*) Dados expressos na moeda estrangeira correspondente

31.12.12						
Milhares de euros						
Vencimento						
	2013	2014	2015	2016	2017 e seguintes	Total
Cobertura de taxa de câmbio:						
Venda de USD (*)	(36.927)	-	-	-	-	(36.927)
Compra de USD (*)	20.007	1.950	-	-	-	21.957
Venda de CAD (*)	(64.961)	-	-	-	-	(64.961)
Cobertura de taxas de juros	(7.741)	(5.454)	(4.595)	(3.725)	(11.328)	(32.843)
Cross currency swap:						
Fluxo em EUR	4.168	-	-	-	-	4.168
Fluxo em CAD (*)	(5.415)	-	-	-	-	(5.415)

(*) Dados expressos na moeda estrangeira correspondente

O vencimento dos valores nominais dos diferentes instrumentos financeiros derivativos acima descritos, sem incluir os de cobertura de taxa de câmbio, é o seguinte:

31.12.13						
Milhares de euros						
Vencimento						
	2014	2015	2016	2017	2018 e seguintes	Total
Cobertura de taxas de juros	70.539	73.725	79.171	39.958	134.380	397.776

31.12.12						
Milhares de euros						
Vencimento						
	2014	2015	2016	2017	2018 e seguintes	Total
Cobertura de taxas de juros	149.694	70.805	75.161	82.276	94.318	472.254

Os swaps de taxas de juros têm o mesmo valor nominal, ou inferior, que os principais vivos dos empréstimos cobertos e o mesmo vencimento que as liquidações de juros dos empréstimos que estão cobrindo.

No que diz respeito aos instrumentos derivativos de cobertura de taxa de juros correspondentes aos financiamentos que foram amortizados antecipadamente no primeiro semestre de 2012 no contexto da operação de obtenção do novo financiamento sindicado acima mencionado, foi revelada uma perda no valor de €721.000, a qual foi registrada com débito na rubrica "Variação do valor justo em instrumentos financeiros" da conta de resultados consolidada correspondente em 31 de dezembro de 2012 anexa. As liquidações dos referidos instrumentos derivativos de cobertura até a data de vencimento não geraram cobertura durante 2013 e significaram uma perda de €478.000.

À margem do que foi comentado no parágrafo anterior, tanto em relação às coberturas de taxas de câmbio quanto às taxas de juros, nos exercícios de 2013 e de 2012 não ocorreu nenhuma circunstância que exija a modificação da política de contabilidade de coberturas, inicialmente adotada, na hora de contabilizar os derivativos. Igualmente, em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 o Grupo ELECNOR não possui derivativos que não cumpram as condições para serem considerados cobertura contábil, nem possuiu ao longo dos períodos terminados nas referidas datas.

Preço-

O Grupo utilizava instrumentos financeiros derivativos para cobrir os riscos de variações no preço da energia elétrica.

O efeito das liquidações destes instrumentos derivativos no exercício de 2012 significou um valor de vendas maior, na quantia de €2.365.000.

Em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 o Grupo ELECNOR não possui contratos de instrumentos financeiros derivativos pelo preço da energia.

O valor de mercado dos diferentes instrumentos financeiros é calculado através dos seguintes procedimentos:

- O valor de mercado dos derivativos cotados num mercado organizado é a sua cotação no encerramento do exercício.
- No caso dos derivativos não negociáveis em mercados organizados, o Grupo ELECNOR utiliza para avaliá-los hipóteses baseadas nas condições de mercado na data do encerramento do exercício. Mais especificamente, o valor de mercado dos swaps de taxa de juros é calculado através da atualização pela taxa de juros de mercado da diferença de taxas do swap, enquanto o valor de mercado dos contratos de taxa de câmbio no futuro é determinado descontando os fluxos futuros estimados utilizando as taxas de câmbio futuras existentes no encerramento do exercício. Em ambos os casos, essas avaliações são contrastadas com as avaliações remetidas pelas instituições financeiras.

Este procedimento também é utilizado, se for o caso, para avaliar o mercado dos empréstimos e créditos existentes devido às operações de permuta financeira denominadas "cross currency swaps", mediante as quais o Grupo e o banco se intercambiam as correntes de um empréstimo expresso em euros, pelas correntes de outro empréstimo expresso em dólares (canadenses/americanos), liquidando-se a diferença que resultar no vencimento. No encerramento do exercício, o Grupo converte o empréstimo em dólares (mais os juros incorridos) à taxa de câmbio de encerramento e o compara com o empréstimo em euros (mais os juros incorridos), registrando o valor líquido (a diferença) nas rubricas "Outros ativos circulantes", "Ativos financeiros não circulantes" ou "Dívida financeira", dependendo do saldo devedor ou credor e de seu vencimento, sendo gerado como contrapartida uma receita ou uma despesa por diferenças de câmbio.

As principais características dos "cross currency swaps" em vigor em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 são as seguintes:

	Milhares de euros	
	31.12.13	31.12.12
Valor Nominal em Moeda Estrangeira (USD)	(139.500)	-
Valor Nominal em Moeda Estrangeira (CAD)	-	(5.415)
Contravalor em euros	101.555	4.168
Valor justo no encerramento do exercício	(76)	45

Os contratos em vigor em 31 de dezembro de 2013 tinham a data de início estabelecida nos dias 20, 23 e 27 de dezembro de 2013, sendo sua data de vencimento, em todos os casos, o dia 1º de janeiro de 2014. O contrato em vigor em 31 de dezembro de 2012 tinha a data de início estabelecida entre o dia 21 de dezembro de 2012, sendo sua data de vencimento o dia 3 de janeiro de 2013.

Esses instrumentos financeiros não foram designados como de cobertura, de forma que o Grupo registra, no encerramento de cada exercício, a variação em seus valores justos diretamente na conta de resultados correspondente.

16. Provisões para riscos e despesas

O movimento e a composição da rubrica “Provisões para riscos e despesas” do passivo não circulante da demonstração da situação financeira consolidada anexa durante os exercícios de 2013 e de 2012 são os seguintes:

	Milhares de euros		
	Provisões para litígios e responsabilidades	Provisões para garantias	Total Provisões para riscos e despesas
Saldo em 1º de janeiro de 2012	17.651	19.200	36.851
Dotações com débito nas perdas e ganhos (Nota 21)	3.102	6.084	9.186
Diferenças de conversão	(10)	(885)	(895)
Reversões com débito nas perdas e ganhos (Nota 21)	(589)	(10.857)	(11.446)
Saldo em 31 de dezembro de 2012	20.154	13.542	33.696
Dotações com débito nas perdas e ganhos (Nota 21)	3.803	1.189	4.992
Diferenças de conversão	(1.575)	-	(1.575)
Reversões com débito nas perdas e ganhos (Nota 21)	(1.581)	(12.584)	(14.165)
Saldo em 31 de dezembro de 2013	20.801	2.147	22.948

O Grupo realiza uma estimativa da avaliação dos passivos gerados por litígios e semelhantes. Embora o grupo estime que a saída de fluxos será feita nos próximos exercícios, não pode prever a data de finalização dos litígios e, por isso, não realiza estimativas das datas específicas das saídas de fluxos considerando que o valor do efeito de uma possível atualização não seria significativo.

O Grupo, dadas suas atividades, está exposto a numerosas reclamações e litígios que, na maior parte, comportam valores pouco significativos. Os Administradores estimaram que a provisão dotada cobre de forma razoável os prováveis desembolsos que ocorrerão no futuro decorrentes de fatos passados.

O Grupo ELECNOR, através das respectivas sociedades participadas (Nota 11.a), assinou em exercícios anteriores com um terceiro dois contratos para a construção e a exploração de duas linhas de transmissão elétrica. Para efetuar o pagamento das possíveis sanções para a concessionária, em caso de descumprimento por parte da mesma das suas obrigações derivadas do mencionado contrato, a sociedade participada entregou à entidade contratante duas fianças solidárias, irrevogáveis e de realização automática, cujo vencimento estava estabelecido no ano de 2012. Por sua vez, essa garantia se encontra garantida pela Elecnor, S.A. em sua porcentagem de participação. Como consequência de diversas circunstâncias ocorridas depois do momento da adjudicação do contrato, o projeto resultou inviável do ponto de vista da rentabilidade e, por isso, o Grupo decidiu não iniciar o mesmo até negociar com a entidade contratante umas novas condições que permitissem empreender o projeto numa situação de equilíbrio patrimonial, porém essas gestões não deram frutos até a presente data. Desse modo, e levando em conta que o Grupo estimou que o prejuízo patrimonial para o mesmo como consequência do desenvolvimento do projeto seria maior que o derivado das possíveis sanções por descumprimento do contrato, não efetuou a execução do referido projeto. O capítulo “Provisões para litígios e responsabilidades” do quadro anterior mostra o valor do acordo conseguido em dezembro de 2013 com o cliente. Por isso, foi negociado um plano de pagamentos pelo mesmo valor das garantias outorgadas conforme um calendário de pagamentos entre 2013 e 2015. Em 31 de dezembro de 2013 a sociedade já realizou o primeiro pagamento do acordo conseguido, no valor de €1.686.000, ficando pendente de pagamento €11.956.000 registrados em provisões para responsabilidades (€13.842.000 em 31 de dezembro de 2012).

O Grupo ELECNOR entregou em exercícios anteriores diversos parques de produção de energia solar

(parques fotovoltaicos) em relação aos quais existe a garantia por parte do Grupo para com seus clientes quanto à reparação e/ou restituição dos materiais e instalações durante um período de 10 anos, sem limitação, e durante um período de 25 anos, em caso de que devido à deterioração dos mesmos não se alcance a potência nos módulos estipulada no contrato. Os diversos fornecedores dos módulos fotovoltaicos concederam ao Grupo ELEC NOR uma garantia nesse mesmo sentido. O Grupo ELEC NOR tem constituída uma provisão no encerramento do exercício de 2012 para cobrir esses riscos por garantia no valor de €8.600.000, aproximadamente, a qual se encontrava registrada no capítulo "Provisões para garantias" do quadro anterior. Durante o exercício de 2013 foram revertidos €7.600.000, aproximadamente, ao existir novos indícios que fizeram com que a estimativa dos Administradores sobre o risco a cobrir fosse alterada.

17. Adiantamentos de clientes e faturamento antecipado

A composição desses itens incluídos na rubrica "Credores comerciais e outras contas a pagar" da demonstração da situação financeira consolidada anexa é a seguinte:

	Milhares de euros	
	2013	2012
Faturamento antecipado (Nota 3.c)	360.570	463.998
Adiantamento de clientes	236.219	313.243
	596.789	777.241

O faturamento antecipado é composto pelas faturas emitidas por conta, de acordo com as condições temporárias estipuladas nos contratos de obra atualmente em andamento.

Os adiantamentos de clientes se referem, basicamente, aos valores pagos por antecipado pelos clientes antes de ser iniciada a execução dos respectivos contratos. Esses adiantamentos vão sendo descontados do faturamento efetuado durante a prossecução desses contratos.

18. Impostos diferidos ativos e passivos no longo prazo

O movimento e a composição das rubricas "Impostos diferidos ativos" e "Impostos diferidos passivos" da demonstração da situação financeira consolidada anexa durante os exercícios de 2013 e de 2012 são os seguintes:

	01.01.12	Crédito (débito) na conta de resultados	Crédito (débito) na reserva de avaliação de ativos e passivos	Alterações no perímetro de consolidação	Transferências	31.12.12	Crédito (débito) na conta de resultados	Crédito (débito) na reserva de avaliação de ativos e passivos	31.12.13
Impostos diferidos ativos:									
Avaliação de instrumentos financeiros derivativos (Nota 15)	8.603	-	147	-	2.851	11.601	-	(3.741)	7.860
Eliminações de margens internas (*)	11.191	2.992	-	-	-	14.183	(7.066)	-	7.117
Créditos fiscais	8.698	4.627	-	-	-	13.325	2.193	-	15.518
Deduções e bonificações pendentes de aplicar	-	-	-	-	4.034	4.034	147	-	4.181
Perdas sucursais exterior	-	-	-	-	-	-	9.050	-	9.050
Provisões não dedutíveis (Nota 16)	-	-	-	-	15.858	15.858	(7.849)	-	8.009
Outros impostos diferidos ativos	54.482	(10.873)	-	-	(22.743)	20.866	1.666	-	22.532
	82.974	(3.254)	147	-	-	79.867	(1.859)	(3.741)	74.267
Impostos diferidos passivos:									
Avaliação de instrumentos financeiros derivativos (Nota 15)	-	-	352	-	-	352	-	(194)	158
Operação de alienação da Enerfin Enervento, S.A.	9.645	-	-	-	-	9.645	-	-	9.645
Provisões de carteira	413	271	-	-	-	684	13.732	-	14.416
Dedução prêmio de emissão	-	-	-	-	2.849	2.849	-	-	2.849
Outros impostos diferidos passivos	26.601	(1.186)	(150)	9.063	(2.849)	31.479	3.081	-	34.560
	36.659	(915)	202	9.063	-	45.009	16.813	(194)	61.628

(*) Principalmente decorrentes da construção de parques eólicos e usinas termossolares. Esse valor vai sendo reinvestido em resultados ao longo da vida útil das correspondentes instalações.

Os ativos e passivos por impostos diferidos cujo prazo de realização ou de reversão for inferior a 12 meses são pouco significativos.

A rubrica "Provisões não dedutíveis" do quadro anterior inclui, principalmente, o impacto fiscal de diferentes provisões que não foram consideradas dedutíveis no momento do seu registro contábil (Nota 16).

Na rubrica "Outros impostos diferidos ativos" são mostradas as diferenças temporárias dedutíveis surgidas como consequência das diferenças entre o valor contábil e fiscal de determinados ativos.

Na rubrica "Créditos fiscais" são incluídos os créditos fiscais por bases tributáveis negativas e deduções pendentes de compensação por parte de diversas sociedades controladas que foram ativados porque os Administradores da Sociedade controladora consideraram que serão recuperáveis com as receitas que se prevê obter pelas mesmas nos próximos exercícios.

O capítulo "Operação de alienação da Enerfin Enervento, S.A." se refere ao impacto fiscal da mais-valia obtida apenas a nível consolidado pelo Grupo em virtude do aumento de capital com prêmio de emissão da mesma subscrito por um terceiro em 2005.

A rubrica "Provisões de carteira" inclui o impacto fiscal da eliminação de provisões de carteira no processo de consolidação, quando existirem, por sua vez, créditos fiscais ativados na sociedade controlada.

Por outro lado, a rubrica "Outros impostos diferidos passivos" contém, principalmente, o impacto fiscal de diferentes receitas e despesas cujo impacto fiscal não coincide com o momento de seu registro contábil, bem como as diferenças temporárias tributáveis surgidas como consequência das diferenças entre o valor contábil e fiscal de determinados ativos (Nota 11).

Por ocasião de cada encerramento contábil, são revistos os impostos diferidos registrados (tanto ativos quanto passivos) com o intuito de comprovar que continuam em vigor, efetuando-se as pertinentes correções aos mesmos de acordo com os resultados das análises realizadas.

A apresentação da composição dos ativos e passivos por imposto diferido em 2013 passou a contemplar um maior detalhamento para identificar de um modo mais claro determinados conceitos que, por si só, são significativos.

19. Administração Pública

A seguir são apresentadas as composições das rubricas “Ativo circulante – Administração Pública, devedora” e “Outras dívidas – Administração Pública, credora” do ativo e do passivo, respectivamente, da demonstração da situação financeira consolidada em 31 de dezembro de 2013 e de 2012:

	Milhares de euros	
	2013	2012
Administração Pública, devedora-		
Fazenda Nacional, devedora por IVA	36.986	48.999
Fazenda Nacional, devedora por IRPF	516	97
Fazenda Nacional, retenções e pagamentos por conta	11.152	15.148
Fazenda Nacional, devedora por Imposto sobre Sociedades	9.241	4.925
Fazenda Nacional, devedora por diversos itens (*)	14.441	1.435
Organismos da Seguridade Social, devedores	692	254
Subvenções	606	74
Total	73.634	70.932
Administração Pública, credora-		
Fazenda Nacional, credora por IVA	24.280	40.472
Fazenda Nacional, credora por retenções efetuadas	9.691	7.493
Fazenda Nacional, credora por Imposto sobre Sociedades	13.911	12.190
Fazenda Nacional, credora por outros itens (*)	48.214	7.994
Organismos da Seguridade Social, credores	8.587	9.682
Total	104.683	77.831

(*) Principalmente provenientes das UTEs e das filiais exteriores.

Adicionalmente, o saldo registrado em 31 de dezembro de 2013 na rubrica “Administração Pública, credora” mostra o valor a pagar a título de Impostos de Sociedades com a Fazenda Nacional da Venezuela.

Por ocasião da inspeção fiscal explicada a seguir, aumentou significativamente o saldo credor registrado na rubrica “Fazenda Nacional, credora por diversos itens”. O montante resultante está pendente de pagamento em 31 de dezembro de 2013.

A Sociedade controladora tributa ao abrigo da norma espanhola constante do Real Decreto Legislativo 4/2004, de 5 de março, pelo qual é aprovado o Texto Consolidado da Lei 43/1995, de 27 de dezembro de 1995, do Imposto sobre Sociedades, e da norma de desenvolvimento.

A Sociedade controladora tem abertos para inspeção desde o exercício de 2011, incluído, o Imposto sobre Sociedades, e desde o exercício de 2012, incluído, os restantes impostos aos quais está sujeita. As principais sociedades do Grupo mantêm abertos para inspeção, em geral e para os principais itens tributários que lhes são aplicáveis, os exercícios que a norma local em vigor estabelece para cada caso, que variam entre três e cinco exercícios.

O quadro que é apresentado a seguir estabelece a determinação da despesa gerada pelo Imposto sobre Sociedades nos exercícios de 2013 e de 2012, que é a seguinte:

	Milhares de euros	
	2013	2012
Resultado consolidado antes de impostos	109.066	138.646
Despesas não dedutíveis	3.553	1.346
Receitas não computáveis	(21.569)	(7.000)
Resultado líquido de sociedades integradas pelo método de equivalência patrimonial (Nota 10)	15.793	34.906
Créditos fiscais não ativados aplicados	(1.714)	(11.823)
Bases tributáveis negativas não ativadas	11.275	4.971
Resultado contábil ajustado	116.404	161.046
Imposto bruto calculado pela taxa tributária em vigor em cada país (*)	38.280	47.811
Deduções da quota por incentivos fiscais e outras	(1.813)	(686)
Regularização da despesa por Imposto sobre Sociedades do exercício anterior	4.332	373
Outros ajustes	11.409	-
Despesa gerada por Impostos sobre os ganhos	52.208	47.498

(*) As diferentes sociedades estrangeiras controladas consolidadas pelo método de consolidação global calculam a despesa por Imposto sobre Sociedades, bem como as quotas resultantes dos diferentes impostos que lhe são aplicáveis, em conformidade com suas correspondentes legislações, e de acordo com as taxas tributáveis em vigor em cada país.

O capítulo "Receitas não computáveis" do quadro anterior correspondente ao exercício de 2013 se refere, principalmente, à saída de passivos contra resultados, que no momento da sua geração não tiveram impacto fiscal (Nota 2.g).

Com data de 26 de abril de 2012 a administração fiscal espanhola comunicou à Elecnor o início das atuações que ia realizar, cuja finalidade era a inspeção dos seguintes impostos: Imposto sobre Sociedades dos períodos 2007 a 2010, Imposto sobre o Valor Acrescentado dos exercícios de 2008 a 2011, retenções e receitas por conta devido a rendimentos do trabalho, capital mobiliário e não residentes dos exercícios de 2008 a 2011.

Com data de 8 de novembro de 2013 finalizou a inspeção, o que significou uns valores de €3.622.000, €1.644.000 e €470.000 nas rubricas "Impostos sobre lucros", "Despesas financeiras" e "Outras despesas operacionais" da demonstração dos resultados do exercício de 201 [sic], respectivamente.

A rubrica "Outros ajustes" contém, principalmente, o imposto a pagar a título de Impostos de Sociedades com a Fazenda Nacional da Venezuela e correspondente a ajustes fiscais por inflação.

A seguir são detalhados os principais componentes da despesa incorrida por Impostos sobre os ganhos nos exercícios de 2013 e de 2012:

	Milhares de euros	
	2013	2012
Imposto corrente		
Do exercício	18.558	48.333
Ajustes de exercícios anteriores	4.332	373
Outros ajustes	11.409	-
Valor dos lucros de caráter fiscal, não reconhecidos em períodos anteriores, que foram utilizados para reduzir a despesa por impostos do período	(514)	(3.547)
Imposto diferido		
Valor da despesa (receita) por impostos diferidos relacionado com o nascimento e a reversão de diferenças temporárias	20.763	6.966
Valor dos lucros de caráter fiscal, não reconhecidos em períodos anteriores, que foram utilizados para reduzir a despesa por impostos diferidos	(2.340)	(4.627)
Despesa incorrida por Impostos sobre os ganhos	52.208	47.498

Do mesmo modo, a seguir é detalhada a quantia e a data de validade das diferenças temporárias dedutíveis, perdas ou créditos fiscais para os quais não foram reconhecidos ativos por impostos diferidos no balanço em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 (em milhares de euros):

Bases tributáveis negativas a compensar	31.12.13
Ano de validade:	
2019	537
2026	67
2027	395
2028	1.023
2029	3.829
2030	2.660
2031 e seguintes	26.256
Total	34.767

Bases tributáveis negativas a compensar	31.12.12
Ano de validade:	
2019	662
2026	82
2027	545
2028	1.362
2029	8.336
2030 e seguintes	9.740
Total	20.757

Créditos fiscais por deduções e outros itens a aplicar	31.12.13
Ano de validade:	
2017	35
2019	306
2022	373
2025	95
2026	253
2027	990
2028	954
2029	530
2030	173
2031	130
Total	3.839

Créditos fiscais por deduções e outros itens a aplicar	31.12.12
Ano de validade:	
2014	298
2015	80
2017	505
2019	309
2021	2
2022	373
2025	95
2026	253
2027	990
2028	954
2029	530
2030	545
Total	4.934

As bases tributáveis negativas a compensar e os créditos fiscais por deduções e outros itens a aplicar acima descritos foram gerados por diferentes sociedades pertencentes ao Grupo ELEC NOR e a sua recuperabilidade futura está condicionada à obtenção de bases tributáveis positivas suficientes por parte das próprias sociedades que os geraram.

Como consequência das diferentes interpretações que possam ser feitas à norma fiscal em vigor, poderiam existir determinados passivos de carácter contingente que não são susceptíveis de quantificação objetiva. No entanto, segundo a opinião dos Administradores da Sociedade controladora, a possibilidade de que em futuras inspeções sejam materializados esses passivos contingentes nas sociedades do Grupo é remota, e, em qualquer caso, a dívida tributária que pudesse derivar deles não afetaria significativamente as demonstrações financeiras do Grupo ELEC NOR.

20. Garantias comprometidas com terceiros

Em 31 de dezembro de 2013 e de 2012, o risco por avais recebidos e fianças de licitação, boa execução ou garantia de obras, correspondentes, principalmente, à Sociedade controladora, e o seu detalhamento, é o seguinte:

	Milhares de euros	
	2013	2012
De execução de obras	569.309	680.608
De adiantamentos de contratos:		
Em vigor	257.418	354.224
Pendentes de cancelar	3.363	4.537
Em garantia de obras	134.011	102.912
De licitação de obras	78.242	52.293
Outros	8.316	39.567
Total	1.050.659	1.234.141

Durante o exercício de 2013, a Sociedade controladora conta com avais no valor total de €204.000.000 (€354.000.000 em 2012) como garantia da correta execução da construção de uma usina de ciclo combinado na Venezuela (Nota 12), bem como em garantia de concessão de facilidades creditícias a favor de sua filial na Venezuela.

Os Administradores da Sociedade controladora estimam que os passivos que possam ser originados pelos avais prestados, se houver, não significariam perdas significativas nas demonstrações financeiras consolidadas anexas.

21. Receitas e despesas

Valor líquido do volume de negócios-

O detalhamento deste saldo das demonstrações dos resultados consolidadas dos exercícios de 2013 e de 2012 é o seguinte:

	Milhares de euros	
	2013	2012
Contratos de construção e prestação de serviços	1.807.402	1.855.823
Venda de bens	56.772	74.889
Total	1.864.174	1.930.712

Aprovisionamentos-

O detalhamento deste saldo das demonstrações dos resultados consolidadas dos exercícios de 2013 e de 2012 é o seguinte:

	Milhares de euros	
	2013	2012
Compras de matérias-primas e outros aprovisionamentos	1.075.792	1.111.296
Variação de estoques comerciais, matérias-primas e outros estoques	(36.588)	34.679
Total	1.039.204	1.145.975

Despesas com pessoal-

O detalhamento deste saldo das demonstrações dos resultados consolidadas dos exercícios de 2013 e de 2012 é o seguinte:

	Milhares de euros	
	2013	2012
Salários e ordenados	360.315	341.162
Seguridade Social a cargo da empresa	76.571	71.407
Outras despesas sociais	14.677	17.147
Total	451.563	429.716

O número médio de pessoas empregadas no decurso dos exercícios de 2013 e de 2012, distribuído por categorias, foi o seguinte:

	Número médio de funcionários	
	2013	2012
Alta Diretoria (Nota 25)	6	6
Diretoria	107	91
Área Técnica	2.495	2.559
Área de Administração	1.421	1.199
Chefias intermédias	1.270	624
Oficiais	5.285	4.769
Especialistas	724	1.117
Serventes	1.308	1.448
Subalternos	520	714
Total	13.136	12.527

Do quadro de funcionários médio do Grupo durante 2013 e 2012, 5.155 e 4.411 pessoas, respectivamente, possuíam contratos de carácter eventual.

Do mesmo modo, a distribuição por sexos em 31 de dezembro de 2013 e de 2012, detalhada por categorias, é a seguinte:

Categorias	31.12.2013		31.12.2012	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Alta Diretoria (Nota 25)	6	-	6	-
Diretoria	92	11	90	2
Área Técnica	1.965	424	2.096	465
Área de Administração	600	781	416	825
Chefias intermédias	1.100	35	610	18
Oficiais	4.984	49	4.860	65
Especialistas	740	28	1.183	58
Serventes	1.208	84	1.481	112
Subalternos	436	94	656	9
Total	11.131	1.506	11.398	1.554

O número médio de pessoas empregadas pela Sociedade controladora, com deficiência maior ou igual a 33%, detalhado por categorias, é o seguinte:

Categorias	2013	2012
Área Técnica	12	8
Área de Administração	9	17
Oficiais	20	16
Serventes	2	1
Total	43	42

A Elecnor, S.A. fechou o exercício de 2013 com um quadro de funcionários de 5.880 pessoas na Espanha, das quais 43 são portadoras de deficiência, o que significa um 0,7% do quadro de funcionários na Espanha. As compras realizadas no Centro Especial de Empleo e certificadas durante o exercício de 2013 ascenderam a €1.600.000, o que equivaleria a uma contratação adicional de 1,42% do quadro de funcionários com deficiência. Com tudo isso, seria um total de 2,12%, superando assim a quota de cumprimento obrigatório (2%).

Amortizações e provisões-

O detalhamento deste saldo das demonstrações dos resultados consolidadas dos exercícios de 2013 e de 2012 é o seguinte:

	Milhares de euros	
	2013	2012
Dotações para amortizações de ativos tangíveis (Nota 9)	59.075	52.435
Dotações para amortizações de ativos intangíveis (Nota 8)	5.965	6.442
Variação de provisões para riscos e despesas (Nota 16)	(9.173)	(2.260)
Variação de deteriorações de contas a receber (Nota 12)	20.271	(2.674)
Variação de outras provisões	2.752	14.797
Total	78.890	68.740

Receitas financeiras -

O detalhamento deste saldo das demonstrações dos resultados consolidadas dos exercícios de 2013 e de 2012 é o seguinte:

	Milhares de euros	
	2013	2012
Receitas de outros valores negociáveis e créditos com terceiros	4.487	30.223
Outras receitas financeiras e receitas semelhantes (Notas 11 e 12)	57.447	38.509
Total	61.934	68.732

Despesas financeiras -

O detalhamento deste saldo das contas de resultados consolidadas dos exercícios de 2013 e de 2012 é o seguinte:

	Milhares de euros	
	2013	2012
Despesas financeiras com instituições de crédito (*)	77.477	71.467
Outras despesas financeiras	5.196	9.974
Total	82.673	81.441

(*) Decorrentes principalmente dos "Project Finance" dos parques eólicos e fotovoltaicos, das sociedades concessionárias, dos empréstimos sindicados da Elecnor, S.A. e dos Swaps de taxa de juros (IRS) (no valor, estes últimos de €16.740.000 em 31 de dezembro de 2013) (Notas 14 e 15).

Deterioração e resultado por alienação de instrumentos financeiros -

O detalhamento deste saldo das contas de resultados consolidadas dos exercícios de 2013 e de 2012 é o seguinte:

	Milhares de euros	
	2013	2012
Em sociedades do Grupo (Nota 11.a)	(401)	-
Em outras sociedades participadas (Notas 2.g, 11.a e 16)	(959)	19
Em outras sociedades no Grupo	(652)	-
	(2.012)	19

22. Interesses em Negócios Conjuntos - Uniões Temporárias de Empresas

Tal como é indicado na Nota 2.a, no exercício de 2013 e de 2012 o balanço e a demonstração dos resultados das Uniões Temporárias de Empresas, nas quais participam a Elecnor, S.A. ou suas sociedades controladas, são incorporados pelo método de consolidação proporcional nas demonstrações financeiras consolidadas anexas, de acordo com o disposto na NIC 31.

A relação das Uniões Temporárias de Empresas (UTE), a percentagem de participação do Grupo, em 31 de dezembro de 2013 e de 2012, bem como o valor da obra executada em 2013 e em 2012 e a carteira de encomendas no encerramento, são incluídos no Anexo III destas demonstrações financeiras consolidadas.

A contribuição das Uniões Temporárias de Empresas para as diferentes rubricas da demonstração da situação financeira e da conta de resultados (consolidadas) em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 anexas foi a seguinte:

ATIVO	Milhares de euros		PASSIVO	Milhares de euros	
	2013	2012		2013	2012
Imobilizado intangível	7	9	Resultado exercício	5.012	13.400
Imobilizado tangível	1.117	1.441	Credores no longo prazo	2.701	438
Imobilizado financeiro	78	11	Credores no curto prazo	68.013	71.065
Estoques	6.813	6.347			
Devedores	50.945	57.322			
Investimentos financeiros temporários	(1.428)	(591)			
Tesouraria	15.908	19.350			
Ajustes por periodização	2.286	1.014			
Total	75.726	84.903	Total	75.726	84.903

	Milhares de euros	
Conta de Resultados	2013	2012
Valor líquido volume de negócios	108.740	139.320
Aprovisionamentos	(71.000)	(107.610)
Receitas acessórias	1.297	355
Despesas com pessoal	(7.647)	(6.282)
Serviços exteriores	(23.084)	(6.718)
Tributos	(749)	(228)
Perdas por deterioração e variação de provisões por operações comerciais	651	(872)
Dotação para a amortização	(444)	(666)
Excesso de provisões	-	1.011
Deterioração e resultado por alienação de imobilizado	305	(8)
Receitas financeiras	36	6.693
Despesas financeiras	(2.455)	(11.764)
Diferenças de câmbio	(311)	661
Impostos estrangeiros	(327)	(492)
Total	5.012	13.400

23. Carteira de encomendas

A carteira de encomendas pendente de executar em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 pela Sociedade controladora, excluídas as Uniões Temporárias de Empresas (Nota 22) e detalhada por linhas de negócio, é a seguinte:

	Milhares de euros	
Por Áreas Geográficas	2013	2012
Nacional	406.123	461.831
Exterior	1.795.609	1.474.877
Total	2.201.732	1.936.708
Por Atividades		
Eletricidade	921.069	721.837
Instalações	123.285	56.696
Gás	105.532	124.692
Geração de Energia	673.008	807.290
Ferrovias	117.678	23.163
Construção e Água	122.164	95.450
Telecomunicações e sistemas	117.690	100.127
Manutenção	21.306	7.453
Total	2.201.732	1.936.708

Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2013 a carteira de encomendas pendente de executar pelas sociedades controladas ascende a €213.243.000 (€248.633.000 em 2012), basicamente relacionada com as realizadas para empresas do setor elétrico.

24. Remunerações do Conselho de Administração

a) Remunerações e outros proventos do Conselho de Administração-

Durante o exercício de 2013, os membros do Conselho de Administração da Sociedade controladora receberam remunerações no valor de €7.330.000 por todos os itens (€7.859.000 no exercício de 2012). Essas remunerações incluem as decorrentes da sua qualidade de pessoal diretivo.

A Sociedade controladora satisfaz um valor de €24.000, aproximadamente, a título de seguros de vida contratados a favor dos membros antigos ou atuais do Conselho de Administração (€12.000 no exercício de 2012).

Do mesmo modo, em 31 de dezembro de 2013 e de 2012, a Sociedade controladora não tinha contraídas obrigações em matéria de pensões, nem garantias com os membros antigos ou atuais do referido Órgão de Administração, bem como nenhum crédito concedido.

Em 31 de dezembro de 2013, o Conselho de Administração da Sociedade controladora é composto por 12 membros (12 membros em 31 de dezembro de 2012), todos homens.

b) Detalhamento de participações em sociedades com atividades semelhantes e realização por conta própria ou alheia de atividades semelhantes por parte dos Administradores-

Em conformidade com o estabelecido nos artigos 229, 230 e 231 da Lei das Sociedades de Capital, introduzido pela Lei 1/2010, de 2 de julho, com o intuito de reforçar a transparência das sociedades anônimas com cotação, a seguir são mostradas as sociedades alheias ao Grupo com o mesmo, análogo ou complementar gênero de atividade que constitui o objeto social da Elecnor S.A., de cujo capital participam os membros do Conselho de Administração, quer diretamente, quer através de sociedades ou de pessoas relacionadas, bem como as funções que, se for o caso, exercem nelas:

Titular	Sociedade Participada	Atividade	Participação	Funções
José María Prado García	Ingeniería, Estudios y Proyectos Nip, S.A.	Engenharia	2,189%	-
Cristóbal González de Aguilar Enrile	Ingeniería, Estudios y Proyectos Nip, S.A.	Engenharia	12,13%	-

Do mesmo modo, os Conselheiros da Sociedade controladora, e em representação da mesma, exercem como conselheiros e/ou administradores em grande parte das sociedades do Grupo.

Desde o dia 2 de julho de 2010, data de entrada em vigor da Lei 1/2010, os membros do Conselho de Administração anteriores e atuais não realizaram, nem realizam, atividades por contra própria ou de outrem fora do Grupo de Sociedades ao qual a Elecnor, S.A. pertence, do mesmo, análogo ou complementar gênero de atividade que constitui o objeto social da Sociedade e adicionais às referidas no quadro anterior.

Não existem outras situações de conflito de interesse que, de acordo com o estabelecido no artigo 229 do Texto Consolidado da Lei das Sociedades de Capital espanhola devam ser objeto de informação no relatório.

25. Remunerações da Alta Diretoria

Os custos com o pessoal (remunerações em dinheiro, em espécie, Seguridade Social, etc.) dos Diretores-Gerais da Sociedade controladora e pessoas que desempenham funções semelhantes – excluídos aqueles que, simultaneamente, têm a condição de membros do Conselho de Administração (cujas remunerações foram detalhadas antes) – durante os exercícios de 2013 e de 2012, ascendem a aproximadamente €2.391.000 e €1.997.000, respectivamente.

Nos exercícios de 2013 e de 2012 não foram verificadas outras operações com diretores alheias ao andamento normal do negócio.

Todos os Diretores-Gerais da Sociedade controladora são homens em 31 de dezembro de 2013 e de 2012.

26. Saldos e transações com partes relacionadas

Todos os saldos significativos mantidos no encerramento do exercício entre as entidades consolidadas e o efeito das transações realizadas entre si, ao longo do exercício, foram eliminados no processo de consolidação (Nota 2.f).

As condições das transações com as partes relacionadas são equivalentes às que ocorrem em transações feitas em condições de mercado. As transações efetuadas pelo Grupo com as sociedades participadas não consolidadas por consolidação global ou proporcional, e com as sociedades não incluídas no perímetro de consolidação durante o exercício de 2013 e de 2012, são as seguintes:

Exercício de 2013

	Milhares de euros			
	Aprovisionamentos	Serviços externos	Vendas e outras receitas operacionais	Receitas financeiras
Pelo método de equivalência patrimonial:				
Cosemel Ingeniería, A.I.E.	-	37	43	-
Dioxipe Solar, S.L.	-	-	18.199	34
Aries Solar Termoeléctrica, S.L.	69	-	143.496	478
Eólica Montes de Cierzo, S.L.	-	-	228	-
Eólica La Bandera, S.L.	-	-	89	-
Eólico Caparrosa, S.L.	-	-	102	-
Eólica Cabanillas S.L.	-	-	7	-
Morelos EPC S.A.P.I. CV	-	-	3.752	-
Sociedad Aguas Residuales Pirineos, S.A.	-	-	3	-
Outras sociedades:				
Centro Logístico Huerta del Peñón, S.L.	-	-	-	12
Enertel, S.A de C.V.	2.973	-	41	244
Total	3.042	37	165.960	768

Exercício de 2012

	Milhares de euros			
	Aprovisionamentos	Serviços externos	Vendas e outras receitas operacionais	Receitas financeiras
Pelo método de equivalência patrimonial:				
Cosemel Ingeniería, A.I.E.	6	-	43	-
Dioxipe Solar, S.L.	1.054	-	33.315	-
Aries Solar Termoeléctrica, S.L.	1.157	28	205.610	-
Eólica Montes de Cierzo, S.L.	-	-	35	-
Eólica La Bandera, S.L.	-	-	3	-
Eólica Caparrosa, S.L.	-	-	14	-
Eólica Cabanillas S.L.	-	-	5	-
Sociedad Aguas Residuales Pirineos, S.A.	-	-	5	-
Outras sociedades:				
Pidirelys S.A. de C.V.	-	2	-	-
Fundación Elecnor	-	601	-	-
Zinertia Renovables ERK.	-	-	2	-
Elecdal, URL	-	73	-	-
Centro Logístico Huerta del Peñón, S.L.	-	-	-	10
Enertel, S.A de C.V.	724	807	444	-
Elecen, S.A. de C.V.	48	-	-	-
Total	2.989	1.511	239.476	10

Em 31 de dezembro de 2013 e de 2012, a composição dos saldos a receber e a pagar a estas sociedades participadas não consolidadas por consolidação global ou proporcional, e com as sociedades não incluídas no perímetro de consolidação, decorrentes das operações anteriores, é a seguinte:

Milhares de euros

	2013				2012			
	Contas a receber		Contas a pagar		Contas a receber		Contas a pagar	
	Outros investimentos financeiros (Nota 11)	Devedores comerciais, empresas relacionadas e investimentos em empresas relacionadas no curto prazo	No longo prazo	Credores comerciais, empresas e coligadas e relacionadas	Outros investimentos financeiros (Nota 11)	Devedores comerciais, empresas relacionadas e investimentos em empresas relacionadas no curto prazo	No longo prazo	Credores comerciais, empresas coligadas e relacionadas
Pelo método de equivalência patrimonial:								
Jauru Transmissora de Energia, S.A.	-	-	-	-	-	314	-	449
Eólica La Bandera, S.L.	-	122	-	-	-	-	-	-
Eólica Cabanillas, S.L.	-	-	-	-	-	-	-	-
Eólica Caparros, S.L.	-	114	-	-	-	3	-	-
Eólica Montes del Cierzo, S.L.	-	241	-	-	-	21	-	-
Cosemel Ingeniería, A.I.E.	-	13	-	4	-	13	-	39
Sociedad Aguas Residuales Pirineos, S.A.	-	3	-	-	-	8	-	-
Dioxipe Termosolar, S.L.	38.221	4.190	-	-	25.365	20	-	-
Aries Solar Termoeléctrica, S.L.	63.885	36.810	-	-	74.283	204	-	265
Gasoducto Morelos S.A.P.I. de CV	14.697	8.337	-	-	15.311	600	-	-
Jauru Transmissora de Energia, S.A.	-	14	-	-	-	-	-	-
Brilhante Transmissora de Energia, S.A.	-	502	-	154	-	490	-	185
Outras sociedades:								
Fundación Elecnor	-	-	-	-	-	9	-	-
Elecred Servicios, S.A.	-	-	-	-	-	-	-	-
Centro Logístico Huerta del Peñón, S.L.	-	290	-	-	-	307	-	-
Elecdal, U.R.L.	-	-	-	-	-	-	-	131
Elecen, S.A. de C.V.	-	6	-	182	-	6	-	136
Elecnor Perú, S.A.	-	36	-	-	-	22	-	-
Cia Paranaense Tratamiento de Residuos, S.A.	-	-	-	-	-	-	-	-
Elecnor Ucrania, S.L.	-	-	-	-	-	-	-	-
Energia Olmedo Ourense Fasel, S.A.	-	-	-	-	-	-	-	-
Elecnor Energie UND BAU, GMBH	-	-	-	-	-	47	-	-
Isonor Transmisión S.A.C.	-	55	-	-	-	57	-	-
Acciona Infraest-Elecnor Hospital David, S.A.	-	-	-	-	-	42	-	-
Empresa General de Instalações Eléctricas, S.A.	-	-	-	-	-	-	-	-
Enervento, S.A.	-	-	-	-	250	-	-	-
Enervento Ventos do Faro Farelo, S.L.	-	11	-	-	-	11	-	-
Enertel, S.A. de C.V.	-	598	-	734	-	322	-	760
Enerfin Forças	-	113	-	-	-	-	-	-
Sucursal Portugal ACE Omnistal	-	91	-	28	-	-	-	-
Deimos Perú	-	-	-	-	-	-	-	-
Elecnor Brasil, Ltda.	-	-	-	-	-	-	-	-
Atersa Energy Seeker, S.L.	-	-	-	-	-	-	-	-
Electrade Investments, Ltda.	-	-	-	-	-	-	-	12
Helios Lazzio, S.R.L.	-	-	-	-	-	2	-	-
Helios Patichi, S.R.L.	-	-	-	-	-	2	-	-
Helios Abruzzo, S.R.L.	-	-	-	-	-	2	-	-
Atersa Photovoltaïque Mauritanie, S.A.	-	-	-	20	-	-	-	-
Ace Omninstal – Elecnor	-	2	-	36	-	94	-	21
Cantiles XXI, S.L. (Nota 5)	-	-	-	2.278	-	-	-	2.534
Zinertia Renovables ERK, S.L.U.	-	41	-	-	-	12	-	-
Sociedad Eólica Los Lances, S.A.	-	-	-	-	-	-	-	-
Celeo Ecología, S.L.U.	-	-	-	-	-	2	-	-
Celeo Energy US Holding, INC	-	18	-	-	-	19	-	-
Celeo Termosolar, S.L.	-	-	-	-	-	3.133	-	-
Consorcio Eólico Marino Cabo de Trafalgar, S.A.	-	3	-	-	-	-	-	-
Parques Eólicos Gaviota, S.A.	-	238	-	-	-	-	-	-
Electrade Investment, Ltda.	-	-	-	187	-	-	-	-
	117.053	51.848	-	3.623	115.209	5.777	-	4.532

A Elecnor, S.A. termina em 2013 a construção das usinas termossolares para a Dioxipe Solar, S.L. e a Aries Solar Termoeléctrica, S.L. Em 31 de dezembro de 2013 o valor pendente de pagar para a Elecnor, S.A. por parte da sociedade Aries Solar Termoeléctrica, S.L., em virtude dos contratos de construção e pelos últimos faturamentos realizados, ascende a €36.075.000, aproximadamente (€213.000 em 31 de dezembro de 2012), e consta registrado na rubrica “Devedores comerciais, empresas relacionadas” da demonstração da situação financeira consolidada na referida data anexa.

Em 31 de dezembro de 2013 a sociedade Bestinver Gestión, S.A., S.G.I.I.C. tem uma participação significativa na Elecnor, S.A., Sociedade controladora do GRUPO ELECENOR. Durante o exercício não foi realizada nenhuma transação com a referida sociedade, nem há saldos pendentes de cobrança ou pagamento em 31 de dezembro.

Do mesmo modo, a sociedade NCG Banco, S.A., atualmente participada majoritariamente pelo Fundo de Reestruturação Ordenada Bancária (FROB), mantém durante os exercícios de 2013 e de 2012 uma participação significativa na Elecnor, S.A., Sociedade controladora do GRUPO ELECENOR.

A seguir é detalhado o valor das transações realizadas com esta sociedade pelo GRUPO ELECENOR nos exercícios de 2013 e de 2012, bem como os saldos mantidos com a mesma em 31 de dezembro de 2013 e de 2012:

	2013				
	Milhares de euros				
	Saldos				
	Transações	Devedores		Credores	
	Contas correntes	Instrumentos financeiros derivativos	Empréstimos	Receias financeiras	Despesas financeiras
NCG Banco, S.A.	102	-	20.000	-	1.173

	2012				
	Milhares de euros				
	Saldos				
	Transações	Devedores		Credores	
	Contas correntes	Instrumentos financeiros derivativos	Empréstimos	Receias financeiras	Despesas financeiras
NCG Banco, S.A.	95	362	20.000	-	794

Com data de 29 de junho de 2006, o Grupo contratou um financiamento bancário em várias moedas estrangeiras com diversas entidades, cuja finalidade, principalmente, era a de financiar o desenvolvimento de projetos que consistem na construção de redes elétricas no Brasil. Esse financiamento era subdividido em duas partes; a parte A correspondia a um empréstimo sindicado em várias moedas estrangeiras no longo prazo no valor de €25.000.000, o qual estava totalmente disponível em 31 de dezembro de 2011, e a parte B, com uma linha de crédito em várias moedas estrangeiras no longo prazo com um limite máximo de disponibilidade de €25.000.000. Este financiamento incorria numa taxa de juros da Euribor do prazo equivalente ao prazo do período de juros escolhido pela acreditada (1, 3 ou 6 meses), acrescida de um diferencial, o qual se encontrava indexado ao nível do quociente Dívida Financeira Líquida (corporativa)/(EBITDA – EBITDA de Projetos + Dividendos de projetos). A entidade NCG Banco, S.A. participou deste financiamento, tanto na parte A como na B, no valor de €7.500.000 em cada parte. Este empréstimo foi integralmente amortizado no exercício de 2012.

Por outro lado, o GRUPO ELECENOR contratou um empréstimo de juros variável em 23 de novembro de 2011 no valor de €20.000.000 e com vencimento em dezembro de 2018, com amortizações parciais. Incorre numa taxa de juros indexada à Euribor a 1 ano, mais um diferencial.

O GRUPO ELECENOR tinha contratado um seguro de cobertura de taxa de juros (swap de variável a fixo) com a entidade NCG Banco, S.A. por um valor nominal de €12.500.000 e vencimento em 28 de junho de 2013 com o fim de cobrir a possível variação ascendente das taxas de juros do empréstimo sindicado recebido em 2006, acima descrito. Tal como é detalhado na Nota 15, dado que o instrumento financeiro

corresponde ao financiamento que foi amortizado antecipadamente em 2012, no contexto da operação de obtenção do novo financiamento sindicado, foi revelada uma perda pela mesma quantia do valor justo em 31 de dezembro de 2012, no valor de €362.000, a qual foi registrada com débito na rubrica "Variação de valor justo em instrumentos financeiros" da conta de resultados consolidada correspondente a 31 de dezembro de 2012 anexa.

Por último, o GRUPO ELECNOR mantém aberta com a referida entidade uma linha de avais com um limite de €70.000.000. Em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 o Grupo tinha concedidos avais à sua filial venezuelana no valor de €9.000.000, aproximadamente, com débito na linha anterior.

As garantias concedidas pelo GRUPO ELECNOR à NCG Banco, S.A. em relação a todas essas operações são de natureza pessoal.

27. Honorários por serviços prestados pelos auditores de contas

Durante o exercício de 2013, os honorários relativos aos serviços de auditoria de contas e a outros serviços prestados pelo auditor da Sociedade controladora, a KPMG Auditores, S.L., ou por uma empresa vinculada ao auditor por controle, propriedade comum ou gestão (a Deloitte, S.L. no exercício de 2012), foram os seguintes (em milhares de euros):

Exercício de 2013

Descrição	Milhares de euros	
	Serviços prestados pelo auditor principal	Serviços prestados por outras firmas de auditoria
Serviços de Auditoria	481	378
Outros serviços de Verificação	90	-
Total serviços de Auditoria e Relacionados	571	378
Serviços de Assessoria Fiscal	-	64
Outros serviços	136	30
Total Serviços Profissionais	707	472

Exercício de 2012

Descrição	Milhares de euros	
	Serviços prestados pelo auditor principal	Serviços prestados por outras firmas de auditoria
Serviços de Auditoria	663	247
Outros serviços de Verificação	124	-
Total serviços de Auditoria e Relacionados	787	247
Serviços de Assessoria Fiscal	102	-
Outros Serviços	8	44
Total Serviços Profissionais	897	291

28. Lucros por ação

Os lucros básicos por ação correspondentes aos exercícios de 2013 e de 2012 são os seguintes:

	2013	2012
Lucro líquido atribuível (Milhares de euros)	53.289	87.593
Número de ações totais em circulação	87.000.000	87.000.000
Menos – Ações próprias (Nota 13)	(2.488.452)	(2.535.368)
Número médio ponderado de ações em circulação	84.511.548	84.464.632
Lucros básicos por ação (euros)	0,63	1,04

Em 31 de dezembro de 2013 e de 2012, a Elecnor, S.A., Sociedade controladora do Grupo ELECENOR, não emitiu instrumentos financeiros nem outros contratos que dão direito ao seu possuidor a receber ações ordinárias da Sociedade. Como consequência, os lucros diluídos por ação coincidem com os lucros básicos por ação.

29. Informação ambiental

Dada a importância que o respeito ao Meio Ambiente tem na manutenção e melhoria de vida da atual e das futuras gerações, a Diretoria da Sociedade vem desenvolvendo boas práticas ambientais, partindo da base do cumprimento da legislação ambiental. Com a entrada em vigor da Norma UNE-EN ISO 14001 no ano de 1996, a Sociedade incorpora a Gestão Ambiental ao modo de gestão da empresa, com o compromisso de melhorar de forma contínua o impacto ambiental de nossos produtos/serviços e processos produtivos.

As principais atuações em instalações e atividades do Grupo são as que se descrevem a seguir:

Gestão ambiental

O Grupo consolidou a implantação de Sistemas de Gestão Ambiental, mantendo a certidão da AENOR conforme a norma UNE-EN ISO 14001: 2004 para cada uma das seguintes Subdireções Gerais e Diretorias:

- Subdireção Geral de Energia (GA-2000/0294)
- Subdireção Geral de Grandes Redes (GA-2000/0295)
- Diretoria Norte (GA-2002/0183)
- Diretoria Leste (GA-2002/0225)
- Diretoria Centro (GA-2003/0220)
- Diretoria Nordeste (GA-2004/0031)
- Diretoria Sul (GA-2004/0273)
- Elecnor Meio Ambiente (GA-2004/0030)

Do mesmo modo, no exercício de 2013 foi implantado e certificado o Sistema de Gestão Energética UNE-EN ISO 50001(GE-033/2013).

Atuações ambientais

Dentro do exercício de 2013, foram desenvolvidas diversas atuações visando diminuir os níveis de contaminação sonora, redução e melhorias na gestão de resíduos, redução do consumo de papel e aumento do uso de papel reciclado nos escritórios e armazéns, bem como o fomento e o desenvolvimento de atividades destinadas a uma eficiente Gestão da Energia, o que tem como resultado o respeito e o cuidado integral do ambiente em todas e cada uma das atividades desenvolvidas pela empresa.

Contingências ambientais

No que diz respeito às possíveis contingências que em matéria ambiental possam ocorrer, os Administradores da Sociedade controladora consideram que elas estão suficientemente cobertas com as apólices de seguro de responsabilidade civil assinadas e com as provisões que, para tal efeito, foram constituídas.

30. Informação sobre os adiamentos de pagamento efetuados a fornecedores. Dispositivo adicional terceiro. "Dever de informação" da Lei 15/2010, de 5 de julho.

A Lei 15/2010, de 5 de julho, de alteração da Lei 3/2004, de 29 de dezembro, pela qual são estabelecidas medidas de luta contra a inadimplência nas operações comerciais, estabeleceu, entre outras questões, umas restrições aos prazos máximos de pagamento das companhias.

Nesse contexto, o Grupo Elecnor constituiu um grupo de trabalho integrado pelos departamentos de sistemas de informação, controle de gestão, contabilidade geral, assessoria jurídica e tesouraria que visa conciliar o disposto na mencionada Lei com os procedimentos e sistemas do Grupo. Como resultado dos

trabalhos realizados, foi elaborada uma nota interna, que foi distribuída às Diretorias de Negócio e às Filiais do Grupo no mês de julho de 2010, na qual, e entre outras questões, era estabelecido o seguinte:

- Para contratos anteriores a 7 de julho de 2010 seriam mantidas as condições pactuadas com o fornecedor.
- Para contratos posteriores a 7 de julho de 2010, as condições pactuadas no contrato em nenhum caso poderão ultrapassar os prazos de pagamento máximos estabelecidos pela Lei, e que para o período que vai até 31 de dezembro de 2013 situam-se em 60 dias, tanto com caráter geral quanto para obra civil.
- Estabelecimento de duas datas de pagamento por mês (em vez de uma).
- Exigência aos clientes, além disso, do cumprimento dos prazos estabelecidos pela Lei.

A seguir é detalhada a informação exigida pelo Dispositivo adicional terceiro da Lei 15/2010, de 5 de julho:

Milhares de euros		
2013		
	Valor	%
Pagamentos realizados dentro do prazo máximo legal	776.618	80%
Resto	189.066	20%
Total pagamentos do exercício	965.684	100%
Prazo médio ponderado excedido (dias) de pagamentos	29	
Adiamentos que na data de encerramento ultrapassam o prazo máximo legal	28.169	5,30%

Milhares de euros		
2012		
	Valor	%
Pagamentos realizados dentro do prazo máximo legal	1.151.791	89%
Resto	143.855	11%
Total pagamentos do exercício	1.295.646	100%
Prazo médio ponderado excedido (dias) de pagamentos	25	
Adiamentos que na data de encerramento ultrapassam o prazo máximo legal	9.721	1,84%

Os dados mostrados no quadro anterior sobre pagamentos a fornecedores se referem aos das sociedades espanholas do conjunto consolidável que, por sua natureza, são credores comerciais por dívidas com fornecedores de bens e serviços, de modo que incluem os dados relativos às rubricas "Credores comerciais e outras contas a pagar - Dívidas por compras ou por prestação de serviços" do passivo circulante da demonstração da situação financeira consolidada.

O prazo médio ponderado excedido (PMPE) de pagamentos foi calculado como o quociente formado no numerador pelo somatório dos produtos de cada um dos pagamentos a fornecedores realizados no exercício com um adiamento superior ao respectivo prazo legal de pagamento e o número de dias de adiamento excedido do respectivo prazo, e no denominador no valor total dos pagamentos realizados no exercício com um adiamento superior ao prazo legal de pagamento.

O prazo máximo legal de pagamento aplicável às sociedades espanholas do conjunto consolidável, conforme a Lei 3/2004, de 29 de dezembro, pela qual são estabelecidas as medidas de luta contra a inadimplência nos exercícios de 2013 e de 2012 nas operações comerciais, é de 60 e 75 dias com caráter geral, e de 60 e 90 dias para obra civil, respectivamente.

No entender dos Administradores da Sociedade controladora, o risco de que os descumprimentos desta norma sejam materializados num passivo significativo para o Grupo não é relevante.

31. Fatos posteriores

Tal como foi descrito nas Notas 6.b, 7 e 10, com data de 3 de fevereiro de 2014 o Ministério da Indústria enviou à CNMC para o seu relatório a proposta de ordem, pela qual são aprovados “os parâmetros de remuneração das instalações-tipo” aplicáveis a determinadas instalações de produção de energia elétrica a partir de fontes de energias renováveis, cogeração e resíduos. O texto foi enviado, por sua vez, aos integrantes do conselho consultivo da eletricidade deste organismo (empresas afetadas, associações de consumidores e comunidades autônomas).

Esses parâmetros esclareceram as incertezas decorrentes da Lei 9/2013, de 12 de julho, no que diz respeito à aplicação prática da “rentabilidade razoável para a instalação-tipo”, embora essa portaria se encontre em período de alegações, não se esperam mudanças significativas. Os Administradores da Sociedade não preveem que surjam passivos adicionais como consequência da aprovação definitiva da referida portaria.

Anexo I: Dados de empresas 2013

(Milhares de euros)

EXERCÍCIO DE 2013	Sede	Auditor	Atividade	% de Participação Direta ou Indireta	Capital Subscrito	Reservas	Resultado Líquido do Exercício de 2013	Dividendo por Conta do Exercício de 2013
Sociedades participadas consolidadas								
Por consolidação global-								
Elecnor Transmissão de Energia, S.A. (*)	Brasil	KPMG	Construção e montagem	100%	313.982	(20.145)	4.131	-
Elecnor Inc.	Delaware (EUA)	PR&B	Instalações	100%	12.928	(3.402)	(371)	-
Enerfin Quebec Services INC (*)	Canadá	(***)	Promoção e direção de atividades eólicas	100%	1.259	(97)	(24)	-
Belco Elecnor Electric INC	EUA	(***)	Instalações elétricas	100%	8.837	(2.162)	(3.803)	-
Internacional de Desarrollo Energético, S.A. (IDDE)	Madri	(***)	Comercial	100%	1.202	77	-	-
Omninstal Electricidade, S.A.	Portugal	KPMG	Construção e montagem	100%	1.053	1.595	296	-
Elecnor de Argentina, S.A.	Argentina	KPMG	Construção e montagem	99,49%	8.766	(6.477)	(70)	-
Electrolíneas del Ecuador, S.A.	Equador	Atig Auditores	Construção e montagem	100%	1.272	875	80	-
Zogu, S.A. (*)	Equador	Atig Auditores	Construção e montagem	100%	316	1.739	96	-
Elecven Construcciones, S.A.	Venezuela	Deloitte	Construção e montagem	96,20%	3.299	3.905	3.751	-
Rasacaven, S.A.	Venezuela	Deloitte	Construção e montagem	93,72%	2.731	(704)	961	-
Corporación Electrade, S.A.	Venezuela	Muñoz y Asociados	Construção e montagem	100%	799	576	1.226	(1.108)
Adhorna Prefabricación, S.A.	Bilbau	Deloitte	Fabricação de artigos derivados do cimento e de poliéster reforçado em fibra de vidro	100%	1.081	8.417	(5.250)	-
Elecnor Chile, S.A.	Chile	Armando Vergara Gutiérrez	Construção e montagem	100%	6.406	3.773	3.084	-
Hidroambiente, S.A.U.	Getxo (Vizcaya)	KPMG	Atividades de meio ambiente	100%	615	7.274	638	-
Elecnor Montagens Elétricas, Ltda.	Brasil	(***)	Construção e montagem	100%	372	2.600	(1.719)	-
Enerfin Enervento, S.A.	Madri	Deloitte	Gestão e administração de empresas	70%	11.163	31.813	11.028	-
Elecnor de México, S.A. de C.V.	México	E&Y	Construção e montagem	100%	910	1.527	129	-
Montelecno, S.A.	Uruguai	E&Y	Construção e montagem	100%	486	3.015	961	-
Aerogeneradores del Sur, S.A. (*)	Sevilha	Deloitte	Construção, exploração e aproveitamento dos recursos eólicos	76%	2.912	1.168	1.903	-
Alto Jahuel Transmisora de Energía S.A.	Chile	Deloitte	Exploração de concessões de serviços transmissores de energia elétrica	100%	29.958	(2.949)	(2.238)	-
Ehisa Construcciones y Obras, S.A.	Saragoça	Luis Ruiz-Apilanez	Construção e montagem	100%	600	4.050	(338)	-
Deimos Space, S.L.U.	Madri	KPMG	Análise, engenharia e desenvolvimento de missões espaciais e software	100%	500	9.215	297	-
Ventos do Sul Energia, S.A. (*)	Brasil	Deloitte	Exploração de instalações de aproveitamento energético	91%	47.123	(3.073)	4.863	-
Eólica Páramo de Poza, S.A. (*)	Madri	Deloitte	Exploração de instalações de aproveitamento energético	55%	601	11.916	1.474	-
Aplicaciones Técnicas de la Energía, S.L. (ATERSA)	Valência	Deloitte	Energia solar	100%	24.535	10.512	(11.389)	-
Muño do Vicedo, S.L. (*)	Corunha	(***)	Exploração de instalações de aproveitamento energético	94%	3	(1)	-	-
Enerfera, S.R.L. (*)	Itália	(***)	Construção, exploração e aproveitamento de recursos eólicos	100%	10	55	(7)	-
Enerfin Sociedad de Energía, S.L.	Madri	Deloitte	Gestão e administração de empresas	100%	48.052	215.585	4.255	-
Montagens Elétricas da Serra, Ltda.	Brasil	(***)	Construção e montagem	100%	7	684	(483)	-
Vilhena Montagens Elétricas, Ltda.	Brasil	(***)	Construção e montagem	100%	8	1.192	2.219	-
Parque Eólico Cofrentes, S.L.U. (*)	Valência	(***)	Exploração de instalações de aproveitamento energético	100%	10	(1)	(1)	-
Enerfin Energy Company of Canada, INC (*)	Canadá	(***)	Exploração de instalações de aproveitamento energético	100%	90.694	(9.424)	(63)	-

Anexo I: Dados de empresas

(Milhares de euros)

EXERCÍCIO DE 2013	Sede	Auditor	Atividade	% de Participação Direta ou Indireta	Capital Subscrito	Reservas	Resultado Líquido do Exercício de 2013	Dividendo por Conta do Exercício de 2013
Enervento Galicia, S.L.	Corunha	(***)	Construção, instalação, venda e gestão de parques e usinas eólicas na Galiza	59,50%	10	(7)	-	-
Deimos Imaging, S.L.U. (*)	Valladolid	KPMG	Desenvolvimento de software, engenharia, assistência técnica	100%	400	1.112	7	-
Celeo Redes, S.L.U. (*)	Madri	(***)	Gestão e administração de empresas	100%	36.688	357.338	(183)	-
Siberia Solar, S.L.U. (*)	Madri	KPMG	Promoção, construção e exploração de parques fotovoltaicos	100%	500	3.058	330	-
Celeo Concesiones e Inversiones, S.L.U.	Madri	KPMG	Gestão e administração de empresas	100%	87.045	455.778	285	-
Área 3 Equipamiento y Diseño del Interiorismo, S.L.U.	Madri	(***)	Obras de design de interiores	100%	12	373	28	-
Enerfin Rodonita Galicia, S.L. (*)	Corunha	(***)	Exploração de instalações de aproveitamento energético	80%	4	(1)	(1)	-
Audeca, S.L.U.	Madri	KPMG	Restauração e reflorestamento do meio natural e exploração de estradas	100%	132	3.301	1.894	(1.432)
Jomar Seguridad, S.L.U.	Guadalajara	(***)	Venda, instalação e manutenção de sistemas de segurança contra incêndios e segurança	100%	60	1.211	169	-
Celeo Termosolar, S.L.	Madri	KPMG	Construção e subsequente exploração de usinas termosolares	100%	105	(47.238)	4.333	-
Ventos da Lagoa, S.A.	Brasil	Deloitte	Exploração de instalações de aproveitamento energético	90%	36.981	(6.610)	763	-
Ventos do Litoral Energia, S.A.	Brasil	Deloitte	Exploração de instalações de aproveitamento energético	90%	41.404	(9.863)	2.864	-
Parques Eólicos Palmares, S.A.	Brasil	Deloitte	Exploração de concessões de serviços transmissores de energia elétrica	90%	48.645	(8.324)	1.931	-
Elecdor, S.A.	Equador	Atig Auditores	Construção e montagem	100%	691	47	(50)	-
Vila Do Conde Transmissora de Energia, S.A. (*)	Brasil	KPMG	Exploração de concessões de serviços públicos de transmissões de energia elétrica	100%	46.731	(12.947)	7.656	-
Zaragua 2005, S.L.U. (*)	Saragoça	(***)	Exploração de instalações de aproveitamento energético	100%	60	(58)	(1)	-
Sociedad Aragonesa de Aguas Residuales, S.A.U.	Saragoça	KPMG	Construção e exploração de usinas do plano especial de depuração	100%	6.600	(2.684)	(671)	-
Encruzo Novo Transmissora de Energia, Ltda. (*)	Brasil	KPMG	Exploração de concessões de serviços públicos de energia elétrica	100%	14.578	(2.708)	(30)	-
Elecnor Seguridad, S.L.	Madri	(***)	Instalação e manutenção de sistemas de segurança contra incêndios	100%	120	606	(41)	-
Elecnor Financiera, S.L. (*)	Bilbau	Deloitte	Administração e assessoria de empresas	100%	12.000	17.973	3.615	(800)
Sociedad Aragonesa de Estaciones Depuradoras, S.A.	Saragoça	KPMG	Construção e exploração de usinas do plano especial de depuração	60%	6.000	(236)	221	-
Deimos Castilla La Mancha, S.L.	Ciudad Real	KPMG	Desenvolvimento de software, engenharia e assistência técnica no ramo da teledeteção	100%	750	4.208	(768)	-
IQA Operations Group, LT	Escócia	KPMG	Instalações elétricas	55%	2.271	(327)	(134)	-
Zinertia Antequera, S.L.U. (*)	Madri	(***)	Promoção, construção e exploração de parques fotovoltaicos	100%	3	(3)	33	-
Zinertia Renovables ELC, S.L.U. (*)	Madri	(***)	Promoção, construção e exploração de parques fotovoltaicos	100%	123	2.100	45	-
Zinertia Renovables HAE, S.L.U. (*)	Madri	(***)	Promoção, construção e exploração de parques fotovoltaicos	100%	84	1.377	83	-
Galicia Vento, S.L. (*)	Lugo	Deloitte	Exploração de instalações de aproveitamento energético	69,44%	8.250	1.994	4.844	-
Integração Maranhense (*) Transmissora de Energia, S.A.	Brasil	KPMG	Exploração de concessões de serviços públicos de transmissões de energia elétrica	51%	60.381	(7.202)	(389)	-

Anexo I: Dados de empresas

(Milhares de euros)

EXERCÍCIO DE 2013	Sede	Auditor	Atividade	% de Participação Direta ou Indireta	Capital Subscrito	Reservas	Resultado Líquido do Exercício de 2013	Dividendo por Conta do Exercício de 2013
Caiuá Transmissora de Energia, S.A. (*)	Brasil	KPMG	Exploração de concessões de serviços públicos de transmissões de energia elétrica	51%	28.860	(3.753)	(389)	-
Investissements Éoliennes de l'Érable SEC (*)	Canadá	(***)	Administração e assessoria	100%	91.298	(10.309)	(3)	-
Investissements Éoliennes de l'Érable INC (*)	Canadá	(***)	Administração e assessoria	100%	8	(607)	(2)	-
Elecfrance, S.A.S.	França	Excelia Conseil	Estudo e realização de atividades elétricas e energético	100%	1.000	547	(578)	-
Parques Eólicos Villanueva, S.L.U. (*)	Valência	Deloitte	Exploração de instalações de aproveitamento energético	100%	5.000	20.501	32	-
Helios Almussafes, S.L.U. (*)	Valência	(***)	Exploração de instalações de energias renováveis	100%	10	85	10	-
Helios Almussafes II, S.L.U. (*)	Valência	(***)	Exploração de instalações de energias renováveis	100%	10	85	12	-
Helios Inversión y Promoción Solar, S.L.U. (*)	Madri	(***)	Promoção, construção e exploração de parques fotovoltaicos e aproveitamento energético	100%	3.306	5.764	(45)	-
Éoliennes de l'Érable, Inc. (*)	Canadá	Deloitte	Exploração de instalações de aproveitamento energético	100%	90.517	(10.533)	1.844	-
Infraestructuras Villanueva, S.L. (*)	Valência	Deloitte	Exploração de instalações de aproveitamento energético	59,47%	3	-	-	-
Deimos Engenharia, S.A.	Portugal	ESAC Espírito Santo Associados	Prestação de serviços nas áreas de telecomunicações, energia, aeronáutica e espacial	80%	250	744	43	-
Pedras Transmissora de Energia, S.A. (*)	Brasil	KPMG	Exploração de concessões de serviços públicos de transmissões de energia elétrica	100%	33.849	(7.379)	(66)	-
Zinertia Renovables AASCV, S.L.U. (*)	Madri	(***)	Promoção, construção e exploração de parques fotovoltaicos	100%	3	266	169	-
LT Triângulo, S.A. (*)	Brasil	KPMG	Exploração de concessões de serviços públicos de transmissões de energia elétrica	100%	94.601	(25.628)	5.996	-
Ditra Cantabria, S.A.U.	Santander	(***)	Instalação de redes elétricas	100%	60	620	138	-
Zinertia Renovables AASCV2, S.L.U. (*)	Madri	(***)	Promoção, construção e exploração de parques fotovoltaicos	100%	3	187	127	-
Linha de Transmissão Corumbá, Ltda. (*)	Brasil	KPMG	Exploração de concessões de serviços públicos de transmissões de energia elétrica	100%	60.936	(11.815)	326	-
Galicia Vento II, S.L. (*)	Lugo	(***)	Exploração de instalações de aproveitamento energético	69,44%	4	(1)	(1)	-
Enerfin Energy Company, LLC. (*)	EUA	(***)	Promoção e direção de atividades eólicas	100%	3.275	(2.340)	(74)	-
Parque Eólico Malpica, S.A. (*)	Corunha	Deloitte	Exploração de instalações de aproveitamento energético	68,64%	950	905	492	-
Ventos dos Índios Energia S.A.	Brasil	(***)	Exploração de concessões de serviços transmissores de energia elétrica	100%	4.326	(566)	(3)	-
Celeo Redes Chile Ltda. (*)	Chile	(***)	Exploração de instalações de aproveitamento energético	100%	32.402	(885)	(1.303)	-
Coqueiros Transmissora de Energia, S.A. (*)	Brasil	KPMG	Exploração de concessões de serviços públicos de transmissões de energia elétrica	100%	25.222	(4.907)	76	-
Enerfin Enervento Exterior, S.L.U.	Madri	(***)	Gestão e administração de empresas	100%	35.752	23.193	6.866	(6.800)
Brilhante II Transmissora de Energia, S.A. (*) (****)	Brasil	KPMG	Exploração de concessões de serviços públicos de transmissões de energia elétrica	100%	101	(69)	(16)	-
Enerfin Energy Company of Australia PTY, Ltd (*) (****)	Austrália	(***)	Promoção e direção de atividades eólicas	100%	1.012	(114)	(30)	-

Anexo I: Dados de empresas

(Milhares de euros)

EXERCÍCIO DE 2013	Sede	Auditor	Atividade	% de Participação Direta ou Indireta	Capital Subscrito	Reservas	Resultado Líquido do Exercício de 2013	Dividendo por Conta do Exercício de 2013
Enerfin Developments British Columbia, Inc (*) (*****)	Canadá	(***)	Promoção e direção de atividades eólicas	100%	74	(6)	-	-
S.C. Deimos Space, S.R.L. (*) (*****)	Romênia	(***)	Análise, engenharia e desenvolvimento de missões espaciais e software	100%	20	-	(3)	-
Deimos Space UK, Limited (*) (*****)	Inglaterra	KPMG	Análise, engenharia e desenvolvimento de missões espaciais e software	100%	181	-	(21)	-
Bulgana Wind Farm PTY Ltd (*) (*****)	Austrália	(***)	Exploração de instalações de aproveitamento energético	100%	705	(42)	(12)	-
Elecnor Brasil, Ltda.	Brasil	KPMG	Construção e montagem	100%	6.551	4.881	8.492	-
CLN, S.A. (*)	Venezuela	(***)	Sem atividade	100%	385	1.127	10	-
Elecnor Energie Und BAU, GmbH (*****)	Alemanha	(***)	A mais ampla atividade comercial com base em engenharia, projeto, construção, montagem, reparação, movimento e conservação de toda classe de obras, instalação de qualquer tipo, particularmente eficiência energética e renováveis	100%	75	(36)	(135)	-
Elecnor Hawkeye, LLC (*****)	EUA	(***)	Instalações elétricas	100%	1.931	(3)	(1.089)	-
Elecdal, URL (*****)	Argélia	(***)	Construções e montagem	100%	11	(5)	5	-
Charrua Transmisora de Energía, S.A. (*****)	Chile	(***)	Montagem, instalação, exploração de nova Linha, 2 x 500 Charrua – Ancoa	100%	-	-	5	-

Anexo I: Dados de empresas

(Milhares de euros)

EXERCÍCIO DE 2013	Sede	Auditor	Atividade	% de Participação Direta ou Indireta	Capital Subscrito	Reservas	Resultado Líquido do Exercício de 2013	Dividendo por Conta do Exercício de 2013	Valor do Ativo	Valor do Volume de Negócio
Pelo método de equivalência patrimonial (Nota 10)										
Brilhante Transmissora de Energia (*)	Brasil	KPMG	Exploração de concessões de serviços públicos de transmissões de energia elétrica	50%	99.212	(28.028)	2.593	-	112.793	12.924
Eólica Cabanillas, S.L. (*)	Tudela	Auditores Asociados del Norte, S.L.	Construção e subsequente exploração de usinas de energia	35%	1.120	224	1.600	(1.900)	3.956	4.187
Eólica Montes del Cierzo, S.L. (*)	Tudela	Auditores Asociados del Norte, S.L.	Exploração de instalações de aproveitamento energético	35%	1.313	263	3.076	(3.000)	6.832	7.939
Eólica La Bandera, S.L. (*)	Tudela	Auditores Asociados del Norte, S.L.	Exploração de instalações de aproveitamento energético	35%	806	161	968	(1.100)	4.466	4.145
Eólica Caparros, S.L. (*)	Tudela	Auditores Asociados del Norte, S.L.	Exploração de instalações de aproveitamento energético	35%	2.410	1.165	454	-	5.344	4.215
Parque Eólico La Gaviota, S.A. (*)	Canárias	E&Y	Exploração de instalações de aproveitamento energético	34,53%	1.352	803	(142)	-	3.841	744
Consorcio Eólico Marino Cabo de Trafalgar, S.L. (*)	Corunha	Stemper Auditores	Exploração de instalações de aproveitamento energético	35%	200	(49)	(4)	-	653	-
Ventos de Faro Farelo, S.L. (*)	Galiza	(***)	Exploração de instalações de aproveitamento energético	37,5%	4	(11)	-	-	4	-
Sociedad Aguas Residuales Pirineos, S.A.	Saragoça	(***)	Construção e exploração de usinas do plano especial de depuração	50%	9.158	1.604	208	-	11.298	1.443
Dioxipe Solar, S.L. (*)	Madri	KPMG	Desenvolvimento, construção e exploração de usinas de energia solar	55%	109	21.552	(41.539)	-	301.454	22.677
Jauru Transmissora de Energia, S.A.	Brasil	KPMG	Exploração de concessões de serviços públicos, de transmissões de energia elétrica	33%	102.042	(25.628)	79.523	-	165.084	14.617
Aries Solar Termoeléctrica, S.L. (ASTE) (*)	Madri	KPMG	Desenvolvimento, construção e exploração de usinas de energia solar	55,7%	10.020	37.854	(66.347)	-	646.167	55.265
Gasoducto de Morelos, SAPI (Sdad. Anónima Promotora de Inversión) de C.V.	México	Deloitte	Construção, engenharia e fornecimento do gasoduto Morelos	50%	28.518	(2.227)	(1.304)	-	154.470	-

(*) Sociedades participadas indiretamente pela Elecnor, S.A., através de:

Electrolíneas del Ecuador, S.A. no caso da Zogu, S.A.; Enerfin Enervento, S.A., no caso das sociedades Aerogeneradores del Sur, S.A., Eólica Cabanillas, S.L., Eólica Páramo de Poza, S.A., Eólica Montes del Cierzo, S.L., Eólica La Bandera, S.L., Eólica Caparros, S.L., Galicia Vento, S.L., Consorcio Eólico Marino Cabo de Trafalgar, S.L., Galicia Vento II, S.L. e Ventos de Faro Farelo, S.L.; Elecnor Transmissão de Energia, Ltda., no caso das sociedades Vía do Conde Transmissora de Energia, S.A., LT Triângulo, S.A., Encruzo Novo Transmissora de Energia, LTDA., Brilhante II Transmissora de Energia, S.A., Linha de Transmissão Corumbá, LTDA., Caiú Transmissora de Energia, S.A., Integração Maranhense Transmissora de Energia, S.A., Coqueiros Transmissora de Energia, S.A., Pedras Transmissora de Energia, S.A., Jauru Transmissora de Energia, S.A., LT Triângulo, S.A., e Brilhante Transmissora de Energia, S.A.; Elecnor Financiera, S.L., no caso das sociedades Parque Eólico La Gaviota, S.A. e Parque Eólico de Malpica, S.A.; Enerfin Sociedad de Energia, S.L., no caso das sociedades Enerfin do Brasil Sociedade de Energia LTDA., Muíño do Vicedo, S.L., Enerfera S.R.L., Parque Eólico Cofrentes, S.L., Enerfin Energy Company of Canada, Inc., Enervento Galicia, S.L., Enerfin Energy Company, LLC., Parques Eólicos Villanueva, S.L., Enerfin Rodonita Galicia, S.L., Zaragua 2005, S.L.U., Elecnor Financiera, S.L., Enerfin Québec Services, INC., Enerfin Energy Company of Australia PTY, LTD. e Enerfin Developments British Columbia, INC.; Deimos Space, S.L.U. no caso de S.C. Deimos Space, S.R.L., Deimos Space UK, Limited e Deimos Imaging, S.L.; Enerfin Enervento Exterior, S.L.U., no caso de Ventos do Sul; Enerfin Energy Company of Australia PTY, LTD. no caso da Bulgana Wind Farm PTY LTD.; Enerfin Energy Company of Canada, Inc. no caso das sociedades Investissements Éoliennes de l'Érable, INC e Investissements Éoliennes de l'Érable SEC.; Investissements Éoliennes de l'Érable SEC., no caso da Éoliennes de l'Érable, INC.; Helios Inversión y Promoción Solar, S.L.U., no caso das sociedades Helios Almussafes, S.L.U., Helios Almussafes II, S.L.U., Zinertia Renovables AASCV, S.L.U., Zinertia Renovables AASCV2, S.L.U., Zinertia Renovables ELC, S.L.U., Zinertia Antequera, S.L.U., Zinertia Renovables HAE, S.L.U., e Siberia Solar, S.L.; Celeo Concesiones e Inversiones, S.L. no caso das sociedades Celeo Redes, S.L.U. e Helios Inversión y Promoción Solar, S.L.U.; Celeo Redes, S.A., no caso das sociedades Celeo Redes Chile, LTDA. e Elecnor Transmissão de Energia, S.A.; Celeo Termosolar, S.L. no caso das sociedades Dioxipe Solar, S.L. e Aries Solar Termoeléctrica, S.L. (ASTE); Hidroambiente S.L. no caso da Sociedad Aragonesa de Estaciones Depuradoras, S.A.; e Zogu, S.A., no caso da CLN, S.A.

(***) Sociedades não obrigadas legalmente a submeter as suas demonstrações financeiras a auditoria.

(****) Sociedades incorporadas ao perímetro de consolidação no Exercício de 2013.

Anexo I: Dados de empresas 2012

(Milhares de euros)

EXERCÍCIO DE 2012	Sede	Auditor	Atividade	% de Participação Direta ou Indireta	Capital Subscrito	Reservas	Resultado Líquido do Exercício de 2012	Dividendo por Conta do Exercício de 2012
Sociedades participadas consolidadas								
Por consolidação global-								
Elecnor Transmissão de Energia, S.A.	Brasil	Deloitte	Construção e montagem	100%	287.662	18.924	20.660	-
Elecnor Inc.	Delaware (EUA)	(**)	Sem atividade	100%	4.599	(38)	(3.132)	-
Enerfin Quebec Services INC	Canadá	(***)	Promoção e direção de atividades eólicas	100%	448	(199)	210	-
Belco Elecnor Electric INC	EUA	(***)	Instalações	100%	3.260	(422)	(1.351)	-
Internacional de Desarrollo Energético, S.A. (IDDE) (**)	Madri	(***)	Comercial	100%	1.202	77	-	-
Omninstal Electricidade, S.A.	Portugal	Deloitte	Construção e montagem	100%	1.053	1.265	569	-
Elecnor de Argentina, S.A.	Argentina	Deloitte	Construção e montagem	98,77%	8.002	(5.717)	(158)	-
Electrolíneas del Ecuador, S.A.	Equador	Atig Auditores	Construção e montagem	100%	1.272	705	108	-
Zogu, S.A. (*)	Equador	Atig Auditores	Construção e montagem	100%	315	1.750	69	-
Elecven Construcciones, S.A.	Venezuela	Deloitte	Construção e montagem	96,20%	3.299	14.327	1.512	-
Rasacaven, S.A.	Venezuela	Deloitte	Construção e montagem	93,72%	2.731	(130)	752	-
Corporación Electrade, C.A.	Venezuela	Muñoz y Asociados	Construção e montagem	100%	799	701	34	-
Adhorna Prefabricación, S.A.	Bilbau	Deloitte	Fabricação de artigos derivados do cimento e de poliéster reforçado em fibra de vidro	86,52%	1.082	9.088	(663)	-
Elecnor Chile, S.A. (**)	Chile	(***)	Construção e montagem	100%	6.406	411	5.426	-
Hidroambiente, S.A.U.	Getxo (Vizcaya)	KPMG	Atividades de meio ambiente	100%	615	6.803	489	-
Elecnor do Brasil, Ltda.	Brasil	PWC	Construção e montagem	100%	4.136	2.111	5.505	-
Elecnor Montagens Eléctricas, Ltda. (**)	Brasil	(***)	Construção e montagem	100%	372	5.686	78	-
Enerfin Enervento, S.A.	Madri	Deloitte	Gestão e administração de empresas	70%	11.163	31.813	13.822	-
Elecnor de México, S.A. de C.V.	México	E&Y	Construção e montagem	100%	910	1.440	214	-
Montelecnor, S.A.	Uruguai	E&Y	Construção e montagem	100%	486	2.887	656	-
Aerogeneradores del Sur, S.A. (*)	Sevilha	Deloitte	Construção, exploração e aproveitamento dos recursos eólicos	76%	2.912	1.168	766	-
Alto Jahuel Transmisora de Energía S.A. (**)(****)	Chile	(***)	Exploração de concessões de serviços transmissores de energia elétrica	100%	29.958	(38)	(1.861)	-
Ehisa Construcciones y Obras, S.A.	Saragoça	Luis Ruiz-Apilanez	Construção e montagem	100%	600	3.233	817	-
Deimos Space, S.L.U.	Madri	KPMG	Análise, engenharia e desenvolvimento de missões espaciais e software	100%	500	8.559	657	-
Ventos do Sul Energia, S.A. (*)	Brasil	Deloitte	Exploração de instalações de aproveitamento energético	91%	47.123	13.396	2.407	-
Eólicas Páramo de Poza, S.A. (*)	Madri	Deloitte	Exploração de instalações de aproveitamento energético	55%	601	9.686	2.231	-
Aplicaciones Técnicas de la Energía, S.L. (ATERSA)	Valência	Deloitte	Energia solar	100%	24.535	9.381	3.683	(2.552)
Muiño do Vicedo, S.L. (*) (**)	Santiago de Compostela	(***)	Exploração de instalações de aproveitamento energético	94%	3	(1)	-	-
Enerfin Enervento Exterior, S.L.U.	Madri	Deloitte	Gestão e administração de empresas	100%	35.752	23.252	(59)	-
Enerfera, S.R.L. (*) (**)	Itália	(***)	Construção, exploração e aproveitamento de recursos eólicos	100%	10	62	(7)	-
Enerfin Sociedad de Energía, S.L.	Madri	Deloitte	Gestão e administração de empresas	100%	47.227	208.044	2.866	-
Montagens Eléctricas da Serra, Ltda. (**)	Brasil	(***)	Construção e montagem	100%	7	(54)	810	-
Vilhena Montagens Eléctricas Ltda. (**)	Brasil	(***)	Construção e montagem	100%	8	3.107	(1.361)	-
Parque Eólico Cofrentes, S.L.U. (*)	Valência	(***)	Exploração de instalações de aproveitamento energético	100%	10	(1)	-	-
Enerfin Energy Company of Canada, INC	Canadá	(***)	Exploração de instalações de aproveitamento energético	100%	90.694	24	(16)	-

Anexo I: Dados de empresas

(Milhares de euros)

EXERCÍCIO DE 2012	Sede	Auditor	Atividade	% de Participação Direta ou Indireta	Capital Subscrito	Reservas	Resultado Líquido do Exercício de 2012	Dividendo por Conta do Exercício de 2012
Enervento Galicia, S.L. (**)	Corunha	(***)	Construção, instalação, venda e gestão de parques e usinas eólicas na Galiza	59,50%	10	(7)	-	-
Deimos Imaging, S.L.U. (*)	Valladolid	KPMG	Desenvolvimento de software, engenharia, assistência técnica	100%	400	794	241	-
Celeo Redes, S.L.U. (**)	Madrid	(***)	Gestão e administração de empresas	100%	35.393	297.517	86	-
Siberia Solar, S.L.U.	Madri	KPMG	Promoção, construção e exploração de parques fotovoltaicos	100%	500	2.626	432	-
Termosolar Manzanares, S.L. (**)	Madri	(***)	Construção e subsequente exploração de usinas termosolares	70%	4	(564)	(167)	-
Termosolar Alcázar S. Juan, S.L. (**)	Madri	(***)	Construção e exploração de usinas termosolares	70%	4	(167)	(9)	-
Celeo Concesiones e Inversiones, S.L.U. (**)	Madri	(***)	Gestão e administração de empresas	100%	83.474	473.044	1.710	-
Área 3 Equipamiento y Diseño del Interiorismo, S.L.U. (**)	Madri	(***)	Obras de design de interiores	100%	12	174	195	-
Enerfin Rodonita Galicia, S.L. (**)	Corunha	(***)	Exploração de instalações de aproveitamento energético	80%	4	(1)	-	-
Audeca, S.L.U.	Madri	KPMG	Restauração e reflorestamento do meio natural e exploração de estradas	100%	132	1.451	2.002	-
Jomar Seguridad, S.L.U.	Guadalajara	(***)	Venda, instalação e manutenção de sistemas de segurança contra incêndios e segurança	100%	60	1.120	110	-
Celeo Termosolar, S.L. (**)	Madri	(***)	Construção e subsequente exploração	30%	105	51.293	1.239	-
Ventos da Lagoa, S.A. (**)	Brasil	Deloitte	Exploração de instalações de aproveitamento energético	100%	34.402	(3.976)	3.717	-
Ventos do Litoral Energía, S.A. (**)	Brasil	Deloitte	Exploração de instalações de aproveitamento energético	100%	39.685	(3.291)	461	-
Parques Eólicos Palmares, S.A.	Brasil	Deloitte	Exploração de instalações de aproveitamento energético	100%	48.645	(2.239)	2.550	-
Elecdor, S.A.	Equador	Atig Auditores	Construção e montagem	100%	530	97	68	-
Vila Do Conde Transmissora de Energia, S.A. (****)	Brasil	Deloitte	Exploração de concessões de serviços públicos de transmissões de energia elétrica	100%	46.731	(8.162)	10.160	(889)
Zaragua 2005, S.L.U. (**)	Saragoça	(***)	Exploração de instalações de aproveitamento energético	100%	60	(58)	-	-
Sociedad Aragonesa de Aguas Residuales, S.A.U.	Saragoça	KPMG	Construção e exploração de estações de tratamento de águas residuais	100%	6.600	(2.706)	(74)	-
Encruzo Novo Transmissora de Energia, Ltda. (****)	Brasil	Deloitte	Exploração de concessões de serviços públicos de energia elétrica	100%	12.854	(802)	255	-
Elecnor Seguridad, S.L. (**)	Madri	(***)	Instalação e manutenção de sistemas de segurança contra incêndios	100%	120	374	232	-
Elecnor Financiera, S.L.	Bilbau	Deloitte	Administração e assessoria de empresas	100%	12.000	17.615	3.600	(2.500)
Sociedad Aragonesa de Estaciones Depuradoras, S.A. (**)	Saragoça	KPMG	Realização de projetos do plano especial de depuração	60%	6.000	(547)	311	-
ST Redes de Levante, S.A.U.	Valência	KPMG	Instalação e montagem de redes telefônicas e serviço pós-venda	100%	1.500	2.615	165	-
Deimos Castilla La Mancha, S.L. (*)	Ciudad Real	KPMG	Desenvolvimento de software, engenharia, assistência técnica na área de teledeteção	100%	750	4.337	(130)	-
IOA Operations Group, LT	Inglaterra	KPMG	Instalações elétricas	55%	2.271	(105)	(571)	-
Zinertia Antequera, S.L.U.	Madri	(***)	Promoção, construção e exploração de parques fotovoltaicos	100%	3	(1)	(2)	-
Zinertia Renovables ELC, S.L.U.	Madri	(***)	Promoção, construção e exploração de parques fotovoltaicos	100%	123	2.149	82	-
Zinertia Renovables HAE, S.L.U.	Madri	(***)	Promoção, construção e exploração de parques fotovoltaicos	100%	84	1.392	80	-

Anexo I: Dados de empresas

(Milhares de euros)

EXERCÍCIO DE 2012	Sede	Auditor	Atividade	% de Participação Direta ou Indireta	Capital Subscrito	Reservas	Resultado Líquido do Exercício de 2012	Dividendo por Conta do Exercício de 2012
Galícia Vento, S.L.	Lugo	Deloitte	Exploração de instalações de aproveitamento energético	69,44%	8.250	1.994	7.444	-
Integração Maranhense Transmissora de Energia, S.A.	Brasil	Deloitte	Exploração de concessões de serviços públicos de transmissões de energia elétrica	51%	7.704	(378)	(104)	-
Caiuá Transmissora de Energia, S.A.	Brasil	Deloitte	Exploração de concessões de serviços públicos de transmissões de energia elétrica	51%	6.242	(221)	(136)	-
Investissements Éoliennes de l'Érable SEC	Canadá	(***)	Administração e assessoria de empresas	100%	91.298	(923)	18	-
Investissements Éoliennes de l'Érable INC	Canadá	(***)	Administração e assessoria de empresas	100%	1	-	-	-
Élecfrance, S.A.R.L.	França	Exelia Conseil	Estudo e realização de atividades elétricas Energético	100%	3	(84)	(547)	-
Parques Eólicos Villanueva, S.L.U. (*)	Valência	Deloitte	Exploração de instalações de aproveitamento energético	100%	5.000	21.681	770	-
Helios Almussafes, S.L.U. (*)(**)	Valência	(***)	Exploração de instalações de energias renováveis	100%	10	74	11	-
Helios Almussafes II, S.L.U. (*)(**)	Valência	(***)	Exploração de instalações de energias renováveis	100%	10	74	11	-
Helios Inversión y Promoción Solar, S.L.U. (**)	Madri	(***)	Promoção, construção e exploração de parques fotovoltaicos e aproveitamento energético	100%	3.259	3.621	1.260	-
Éoliennes de l'Érable, Inc. (*)(**)	Canadá	(***)	Exploração de instalações de aproveitamento energético	100%	90.517	(906)	(202)	-
Infraestructuras Villanueva, S.L.	Valência	(***)	Exploração de instalações de aproveitamento energético	59,47%	3	-	-	-
Deimos Engenharia, S.A. (*)	Portugal	ESAC Espírito Santo Associados	Prestação de serviços em áreas de telecomunicações, energia, aeronáutica e espacial	80%	250	981	(236)	-
Pedras Transmissora de Energia, S.A.	Brasil	Deloitte	Exploração de concessões de serviços públicos de transmissões de energia elétrica	100%	33.849	(2.337)	245	-
Zinertia Renovables AASCV, S.L.U.(****)	Madri	(***)	Promoção, construção e exploração de parques fotovoltaicos	100%	3	99	167	-
LT Triângulo, S.A. (*)	Brasil	Deloitte	Exploração de concessões de serviços públicos de transmissões de energia elétrica	100%	94.601	(14.765)	6.443	(2.153)
Ditra Cantabria, S.A.U. (**)(****)	Santander	(***)	Instalação de redes elétricas	100%	60	446	175	-
Zinertia Renovables AASCV2, S.L.U. (****)	Madri	(***)	Promoção, construção e exploração de parques fotovoltaicos	100%	3	77	111	-
Linha de Transmissão Corumbá, Ltda. (****)	Brasil	Deloitte	Exploração de concessões de serviços públicos de transmissões de energia elétrica	100%	42.265	(2.720)	(107)	-
Galícia Vento II, S.L.	Lugo	(***)	Exploração de instalações de aproveitamento energético	69,44%	4	(1)	-	-
Enerfin do Brasil, Ltda. (**)	Brasil	(***)	Exploração de instalações de aproveitamento energético	100%	78.836	(8.245)	897	-
Enerfin Energy Company, LLC. (**)	EUA	(***)	Exploração de instalações de aproveitamento energético	100%	3.275	(2.464)	160	-
Corporación, L.N.C.A. (**)	Venezuela	(***)	Construção e montagem	100%	385	1.163	(2)	-
Parque Eólico Malpica, S.A.	Corunha	Stemper Auditores	Exploração de instalações de aproveitamento energético	68,64%	950	1.264	313	-
Ventos dos Índios Energia, S.A.	Brasil	(***)	Exploração de instalações de aproveitamento energético	100%	638	(9)	2	-
Celeo Redes Chile, Ltda.	Chile	(***)	Exploração de instalações de aproveitamento energético	100%	42.025	625	(123)	-
Coqueiros Transmissora de Energia, S.A.	Brasil	Deloitte	Exploração de concessões de serviços públicos de transmissões de energia elétrica	100%	24.824	(1.006)	(119)	-

Anexo I: Dados de empresas

(Milhares de euros)

EXERCÍCIO DE 2012	Sede	Auditor	Atividade	% de Participação Direta ou Indireta	Capital Subscrito	Reservas	Dividendo Líquido do Exercício de 2012	por Conta do Exercício de 2012	Valor do Volume de Negócio	
Pelo método de equivalência patrimonial (Nota 10)										
Brilhante Transmissora de Energia, S.A.	Brasil	Deloitte	Exploração de concessões de serviços públicos de transmissões de energia elétrica	50%	98.437	(11.310)	(418)	-	374.063	27.925
Cosemel Ingeniería, A.I.E. (**)	Madri	(***)	Promoção, comercialização e desenvolvimento de atividades de instalações e eletrificações ferroviárias de alta velocidade	33,33%	9	1.093	(13)	-	1.141	-
Eólica Cabanillas, S.L. (*)	Tudela	Audidores Asociados del Norte, S.L.	Construção e subsequente exploração de usinas de energia	35%	1.120	481	2.136	(2.000)	11.954	5.701
Eólica Montes del Cierzo, S.L. (*)	Tudela	Audidores Asociados del Norte, S.L.	Exploração de instalações de aproveitamento energético	35%	1.313	263	3.617	-	5.325	13.429
Eólica La Bandera, S.L. (*)	Tudela	Audidores Asociados del Norte, S.L.	Exploração de instalações de aproveitamento energético	35%	806	385	174	-	6.866	6.769
Eólica Caparros, S.L. (*)	Tudela	Audidores Asociados del Norte, S.L.	Exploração de instalações de e aproveitamento energético	35%	2.410	1.165	858	-	9.691	5.633
Parque Eólico Gaviota, S.A. (*)	Canárias	E&Y	Exploração de instalações de aproveitamento energético	34,53%	1.352	803	290	-	3.988	1.047
Consortio Eólico Marino Cabo de Trafalgar, S.L. (*) (**)	Cádiz	(***)	Promoção, instalação, desenvolvimento e gestão de parques e usinas eólicas no domínio público	35%	200	(37)	(11)	-	666	-
Ventos do Faro Farelo, S.L.	Lugo	(***)	Exploração de instalações de aproveitamento energético marítimo-terrestre	37,5%	4	(1)	(10)	-	4	-
Jauru Transmissora de Energia, S.A. (*)	Brasil	Deloitte	Exploração de concessões de serviços públicos de transmissões da energia elétrica	33,33%	103.281	(4.942)	97	-	541.692	20.796
Sociedad Aguas Residuales Pirineos, S.A. (**)	Saragoça	(***)	Construção e exploração de estações de tratamento de águas residuais	50%	9.155	2.828	19	-	12.547	515
Dioxipe Solar, S.L.	Madri	KPMG	Desenvolvimento, construção e exploração de usinas de energia solar termoeleétrica	55%	109	21.799	(341)	-	341.215	1.931
Pelo método de equivalência patrimonial (Nota 10) (Cont.)										
Aries Solar Termoeleétrica, S.L. (ASTE)	Madri	KPMG	Desenvolvimento, construção e exploração de usinas de energia solar termoeleétrica	55%	10.020	45.107	(5.863)	-	720.232	61.519
Gasoducto de Morelos, S.A., Promotora de Inversión de C.V.	Brasil	(***)	Exploração e manutenção de instalações de tratamento e eliminação de resíduos	50%	20.834	(605)	(380)	-	52.138	-

(*) Sociedades participadas indiretamente pela Elecnor, S.A., através da Electrolíneas del Ecuador, S.A. no caso da Zogu, S.A.; da Electrolíneas del Ecuador, S.A., no caso da Corporación L.N.C.A.; da Enerfin Enervento, S.A., no caso das sociedades Aerogeneradores del Sur, S.A., Eólica Cabanillas, S.L., Eólicas Páramo de Poza, S.A., Eólica Montes del Cierzo, S.L., Eólica La Bandera, S.L., Eólica Caparros, S.L., Galicia Vento, S.L., Ventos do Sul Energia, S.A., Enervento Biodiesel, S.A., Parque Eólico Gaviota, S.A., Parque Eólico Malpica, S.A., Consorcio Eólico Marino Cabo de Trafalgar, S.L. e Enervento Galicia, S.L.U.; da Elecnor Transmisión de Energía, Ltda., no caso das sociedades Vila do Conde Transmissora de Energia, S.A., IT Triângulo, S.A., Jauru Transmissora de Energia, S.A.; da Elecnor Financiera, S.L., no caso das sociedades Aerogeneradores del Sur, S.A., Galicia Vento, S.L., Eólicas Páramo de Poza, S.A., Parques Eólicos La Gaviota, S.A. e Parque Eólico de Malpica, S.A.; da Enerfin Sociedad de Energía S.A., no caso das sociedades Eólica Chantada, S.L., Infraestructuras Villanueva, S.L., Enerfin do Brasil Sociedade de Energia Limitada, Muiño do Vicedo, S.L., Enerfera S.R.L., Enervento Sociedad de Energía, S.L., Parque Eólico Cofrentes, S.L., Enerfin Energy Company of Canada, Inc., Enerfin Energy Company, LLC e Parques Eólicos Villanueva, S.L.; da Deimos Space, S.L.U., no caso das sociedades Deimos Engenharia, S.A., Deimos Castilla La Mancha, S.L.U. e Deimos Imaging, S.L.; da Enerfin Energy Company of Canada, Inc. no caso da Éoliennes de l'Érable, Inc.; da Enerfin Energy Company, LLC, no caso das sociedades Coyote Wind, LLC e Helios Inversión y Promoción Solar, S.L.U., no caso da Helios Almusafes, S.L.U., Helios Almusafes II, S.L.U., Zinertia Renovables AASCV, S.L.U. e Zinertia Renovables AASCV2, S.L.U.

(**) Sociedades nas quais a Deloitte realiza revisão das suas demonstrações financeiras (não auditadas) para efeitos de demonstrações financeiras consolidadas da Elecnor, S.A.

(***) Sociedades não obrigadas legalmente a submeter as suas demonstrações financeiras a auditoria.

(****) Sociedades incorporadas ao perímetro de consolidação no Exercício de 2012.

ANEXO II: Detalhamento de Participações no capital do exercício de 2013

							Milhares de Euros		
Sede	Atividade	% de Participação Direta ou Indireta	Custo Líquido Contábil	Capital Subscrito	Reservas	Resultado Líquido do Exercício de 2013	Ativo	Valor Líquido do Volume de Negócios	
ATIVOS FINANCEIROS NÃO CIRCULANTES									
Participadas pela Elecnor, S.A.-									
Electrificaciones del Norte, S.A.	Madri	A mais ampla atividade comercial	100%	60	60	30	(1)	90	-
Elecred Servicios, S.A.	Madri	Prestação de todo tipo de serviços, e promoção, administração e gestão de empresas	100%	60	60	14	(1)	73	-
Isonor Transmisión S.A.C.	Peru	Em processo de dissolução	50%	-	-	-	-	-	-
Enertel, S.A. de C.V.	México	Construção e montagem	99,99%	106	37	106	31	1.139	5.653
Eólica de la Patagonia, S.A.	Argentina	Exploração e manutenção de parques eólicos	50%	-	-	-	-	-	-
Centro Logístico Huerta del Peñón, S.L.	Marbella	Exploração e manutenção de instalações de tratamento e eliminações de resíduos	50%	(36)	3	57	(132)	1.953	1.485
Elecnor Perú, S.A.	Peru	Construção e montagem	100%	20	48	(13)	(16)	55	-
CPTR-Companhia Paranaense de Tratamento de Resíduos, S.A.	Brasil	Exploração e manutenção de instalações de tratamento e eliminações de resíduos	26%	3.987	1.540	(93)	25	1.473	112
Elecnor, S.A. de C.V.	Honduras	Construção e montagem	100%	4	6	588	71	696	143
Elecnor Ucrania, S.L.	Ucrânia	Construção e montagem	100%	60	22	-	(34)	23	-
Energía Olmedo Ourense Fase I, S.A.	Madri	Ações para o projeto, elaboração, construção, financiamento, conservação e manutenção de instalações da superestrutura da Alta Velocidade Madri-Galiza, trecho Olmedo-Zamora-Pedralba	18%	11	52	-	-	1.586	1.575
Ecom O&M Telecom Ltda.	Brasil	Sem atividade	100%	-	-	-	-	-	-
Pidirelys, S.A. de C.V.	México	Construção e montagem	98%	3	36	3	(13)	34	-
TDS, S.A.	Argentina	Em processo de dissolução	100%	-	-	-	-	-	-
Elecnor Australia PTY, Ltd. (*)	Austrália	Sem atividade	100%	7	-	-	-	-	-
Elecnor Paraguay, S.A. (*)	Paraguai	Sem atividade	100%	99	-	-	-	-	-
Inti Energía, S.A.P.I. de C.V. (*)	México	Sem atividade	50%	3	6	-	-	6	-
Participadas pela Corporación Electrade, S.A.-									
Electrade Investment, Ltda.	Barbados	Venda de materiais	100%	11	11	(940)	1.164	234	1.371
Participadas pela Enerfin Sociedad de Energía, S.L.									
Ecobi Uno, S.L.	Lugo	Biomassa em desenvolvimento	14,27%	-	56	(24)	-	33	-
Infraestructura Ayora, S.L.	Valência	Exploração de instalações de aproveitamento energético	15,28%	13	3	81	(513)	9.663	429
Participadas pela Elecnor Financiera, S.L.-									
Eólica Baix Ebre, S.L.	Tarragona	Construção e exploração de instalações de aproveitamento energético	25,33%	446	-	-	-	-	-
Sociedad Eólica de Andalucía, S.A.	Sevilha	Construção e exploração de instalações de aproveitamento energético	5,30%	2.507	4.508	48.725	4.506	176.121	22.710
Participadas pela Helios Inversión y Promoción Solar, S.L.U.									
Zinertia Renovables ERK, S.L.U.	Madrid	Promoção, construção e exploração de parques fotovoltaicos	100%	3	3	(16)	(28)	-	-
Participadas pela Aplicaciones Técnicas de la Energía, S.L.									
Atersa Energy Seeker, S.L.	EUA	Sem atividade	10,01%	-	3	-	-	3	-
Atersa America	EUA	Sem atividade	100%	1	22	(134)	-	89	-
Atersa Photovoltaïque Mauritanie, S.A.	Mauritânia	Parques fotovoltaicos	33,30%	-	32	-	(168)	894	1.743

ANEXO II: Detalhamento de Participações no capital do exercício de 2013

							Milhares de Euros		
Sede	Atividade	% de Participação Direta ou Indireta	Custo Líquido Contábil	Capital Subscrito	Reservas	Resultado Líquido do Exercício de 2013	Ativo	Valor Líquido do Volume de Negócios	
Participadas pela Hydroambiente, S.A.U.									
Hidrouni Water Solution Private Ltd.	Índia	Tratamento de águas	45%	41	41	1	-	52	25
Participada pela Celeo Concesiones e Inversiones, S.L.									
Celeo Ecología, S.L.U.	Madri	Promoção, design, exploração, gestão, administração de empresas, produção de energia e/ou tratamento de águas e resíduos.	100%	3	3	(1)	-	1	-
Participadas pela Enerfin do Brasil – Sdad. de Energia Ltda.									
Ventos de Cabo Verde I, S.A.	Brasil	Exploração de instalações de aproveitamento energético	100%	-	-	-	-	-	-
Ventos de Cabo Verde II, S.A.	Brasil	Exploração de instalações de aproveitamento energético	100%	-	-	-	-	-	-
Ventos de Cabo Verde III, S.A. (*)	Brasil	Exploração de instalações de aproveitamento energético	100%	-	-	-	-	-	-
Ventos de Granja Vargas Energia, S.A. (*)	Brasil	Exploração de instalações de aproveitamento energético	100%	-	-	-	-	-	-
Ventos de Granja Vargas Energia II, S.A. (*)	Brasil	Exploração de instalações de aproveitamento energético	100%	-	-	-	-	-	-
Participadas pela IQA Operations Group Ltd									
Rainy Day Events Limited	Escócia	Sem atividade	55%	-	-	-	-	-	-

(*) Sociedades constituídas neste exercício de 2013.

ANEXO II: Detalhamento de Participações no capital do exercício de 2012

							Milhares de Euros		
Sede	Atividade	% de Participação Direta ou Indireta	Custo Líquido Contábil	Capital Subscrito	Reservas	Resultado Líquido do Exercício de 2012	Ativo	Valor Líquido do Volume de Negócios	
ATIVOS FINANCEIROS NÃO CIRCULANTES									
Participadas pela Elecnor, S.A.-									
Electrificaciones del Norte, S.A.	Madri	Sem atividade	100%	60	60	28	1	90	-
Elecred Servicios, S.A.	Madri	Leitura e registro dos contadores	100%	60	60	14	-	74	-
Elecdal, U.R.L.	Argélia	Linhas de transmissão e gasoduto	100%	12	10	6	53	281	105
Isonor Transmisión S.A.C.	Peru	Construção e montagem	50%	-	16.091	(25)	(1)	16.212	-
Enertel, S.A. de C.V.	México	Construção e montagem	99,99%	-	40	48	61	981	6.186
Eólica de la Patagonia, S.A.	Argentina	Exploração e manutenção de parques eólicos	50%	-	128	(9)	-	137	-
Centro Logístico Huerta del Peñón, S.L.	Marbella	Exploração e manutenção de instalações de tratamento e eliminação de resíduos	50%	(32)	3	420	(363)	1.357	591
Elecnor Perú, S.A.	Peru	Construção e montagem	100%	41	55	-	(14)	63	-
Elecnor Energy Und Bau Gmbh	Alemanha	Ampla atividade comercial com base em engenharia, projeto, construção, montagem, reparação, manutenção e conservação de toda classe de obras, instalações, particularmente eficiência energética e renováveis	100%	25	25	-	(33)	34	-
Glocal Power 1, SRL Unipersonale	Itália	Promoção, construção e exploração de parques fotovoltaicos	100%	34	10	2	(21)	-	-
CPTR-Companhia Paranaense de Tratamento de Resíduos, S.A.	Brasil	Exploração e manutenção de instalações de tratamento e eliminação de resíduos	26%	452	1.851	(49)	(68)	1.740	-
Desarrollo Hidroeléctrico Surorienté S.A.S.	Colômbia	Construção, fornecimento, montagem das usinas hidroelétricas: Paloma 1, Paloma 2 e Sirgua	70%	3	430	-	(2)	2	-
Elecen, S.A. de C. V.	Honduras	Construção e montagem	100%	4	170	14.612	1.233	17.407	1.524
Elecnor Ucrania, S.L.	Ucrânia	Construção e montagem	100%	13	94	-	3	34	-
Acciona Infraestructuras-Hospital David, S.A.	Panamá	Estudos técnicos, design urbanístico e arquitetônico, elaboração, aprovação de planos e construção de centro hospitalar especializado no distrito de David	25%	-	8	-	-	8	-
Energía Olmedo Ourense Fase I, S.A.	Madri	Ações necessárias para o projeto, elaboração, construção, financiamento, conservação e manutenção das instalações da superestrutura da Alta Velocidade Madri-Galiza, trecho Olmedo-Zamora-Pedralba	18%	3	15	-	-	16	-
Participadas pela Corporación Electrade, S.A.-									
Electrade Investment, Ltda.	Barbados	Venda de materiais	100%	12	14	170	-	163	-
Participadas pela Enerfin Sociedad de Energía, S.L.									
Ecobi Uno, S.L.	Chantada (Lugo)	Biomassa em desenvolvimento	14,27%	8	56	(24)	-	33	-
Infraestructura Ayora, S.L.	Valência	Exploração de instalações de aproveitamento energético	15,28%	13	3	15	67	7.926	579
Participadas pela Elecnor Financiera, S.L.-									
Parc Eolic Baix Ebre, S.L.	Tarragona	Construção e subsequente exploração de parques eólicos	25,33%	446	902	732	72	3.372	333
Sociedad Eólica de Andalucía, S.A.	Sevilha	Construção e subsequente exploração de parques eólicos	5,30%	2.507	4.508	11.188	5.386	112.220	24.683

ANEXO II: Detalhamento de Participações no capital do exercício de 2012

							Milhares de Euros		
	Sede	Atividade	% de Participação Direta ou Indireta	Custo Líquido Contábil	Capital Subscrito	Reservas	Resultado Líquido do Exercício de 2012	Ativo	Valor Líquido do Volume de Negócios
Participadas pela Helios Inversión y Promoción Solar, S.L.U.									
Zinertia Renovables ERK, S.L.U.	Madri	Promoção, construção e exploração parques fotovoltaicos	100%	3	3	(11)	(1)	5	-
Participadas pela Zogu, S.A.									
Pidirelys, S.A. de C.V.	México	Construção e montagem	98%	3	3	-	-	3	-
Participadas pela Isonor Transmisión, S.A.C.									
Caraveli Cotaruse Transmisora de Energía, S.A.C.	Peru	Exploração de concessões de serviços públicos de transmissões de energia elétrica	49,95%	-	16.091	(214)	(2)	16.021	-
Participadas pela Aplicaciones Técnicas de la Energía, S.L.									
Atersa Energy Seeker, S.L.	EUA	Sem atividade	100%	1	2	-	-	-	-
Atersa America	EUA	Comercialização e distribuição de sistemas de Energia Eólica	100%	-	40	(154)	-	-	-
Atersa Photovoltaïque Mauritanie, S.A.	Mauritânia	Parques fotovoltaicos	33,33%	12	124	-	(28)	888	-
Participadas pela Celeo Energy US Holding Inc									
Bioverde Energy, LLC	EUA	Exploração de instalações de aproveitamento energético	100%	-	154	(144)	(10)	-	-
Participadas pela Hidroambiente, S.A.U.									
Hidrouni Water Solution Private Ltd.	Índia	Tratamento de águas	45%	41	41	-	1	52	25
Participada pela Celeo Concesiones e Inversiones, S.L.									
Celeo Ecología, S.L.U. (*)	Madri	Posse de participações	100%	3	3	(1)	(1)	2	-
Celeo Energy US Holdings Inc. (*)	EUA	Posse de participações	100%	-	-	-	-	-	-

(*) Sociedades constituídas neste exercício de 2012.

Anexo III: Relação de UTEs Integradas

UTE	Porcentagem de Participação	Milhares de euros			
		2013		2012	
		Obra liquidada	Carteira não liquidada	Obra liquidada	Carteira não liquidada
UTE CENAT COPCISA ELEC NOR	50,00%	-	-	908	Carteira não-
UTE INSTALACIONES ELECTRICAS SINCROTRON ALBA	50,00%	24	-	82	24
MUVIUM UTE	30,00%	20	7	2.147	27
UTE IBARBENGOA	50,00%	-	-	347	-
UTE ROTA HIGH SCHOOL	50,00%	-	-	-	100
UTE ELEC NOR OSEPSA	50,00%	693	170	948	478
UTE CAN COLOMER	50,00%	60	12.864	956	12.924
UTE VILLASEQUILLA - VILLACAÑAS	21,00%	-	300	881	790
UTE MINGORRIA	25,00%	61	53	-	114
UTE CE CAMPUS JUSTICIA	50,00%	-	-	1.059	-
UTE AVELE	22,00%	2.712	1.057	8.685	3.769
UTE AVELE 2	22,00%	851	934	7.179	1.785
UTE SICE / ELEC NOR-ENLLUMENAT BCN	50,00%	-	-	65	-
UTE CAMPO DE VUELO	30,00%	3.664	-	5.939	130
UTE ELEC NOR - EUROFINSA	50,00%	2.912	-	10.013	3.056
UTE ELEC NOR - DEIMOS	100,00%	80	7	134	-
UTE MANTENIMIENTO BAJA TENSION	60,00%	388	-	2.237	204
UTE OIZ	33,34%	1.229	-	879	1.015
UTE IGUZZINI	50,00%	74	-	-	46
SISTEMA ELECTRICO AEROPUERTO LANZAROTE SAMPOL-ELEC NOR UTE	50,00%	-	324	666	314
UTE TORRE ABANDOIBARRA	50,00%	497	19	1.006	516
UTE RED ENERGIA AT	70,00%	559	-	1.788	-
UTE EUROCAT SUR AV	41,20%	4.077	-	4.278	1.370
UTE AVESUR	12,00%	1.794	-	2.112	1.177
UTE ELYTE, SANTURTZI- KADAGUA	50,00%	-	-	1.209	-
UTE INSTALLACIONES TECNO CAMPUS	50,00%	666	273	515	475
UTE ARRIONDAS	50,00%	-	-	100	50
UTE EXPLOTACION ZONA 07-A	60,00%	960	-	882	-
CONSORCIO ELEC NOR-DYNATEC	100,00%	317	-	558	-
UTE ZONA P2	50,00%	103	18.566	5.266	18.669
UTE ELEC NOR EHISA	100,00%	791	-	195	791
UTE SUBESTACION JUNCARIL	50,00%	3.318	615	1.795	3.933
UTE AEROPOLIS	50,00%	-	-	4.525	1.944
UTE CORREDOR	33,34%	-	240	-	47.270
UTE FOC ELEC NOR	50,00%	-	-	7	-
UTE CASA DE LAS ARTES	50,00%	-	-	1.240	-
UTE PARC DEL CLOT	100,00%	-	-	-	36
UTE NERVION	100,00%	-	-	313	-
UTE SSAA EIX DIAGONAL	50,00%	-	-	174	294
UTE ELEC NOR - COMASA IES SANT JOAN	25,00%	-	-	-	107
UTE MARINA BAIXA	40,00%	120	1.141	483	694
UTE AUDIO BARAJAS	50,00%	199	-	759	200
UTE ARIZGOITI	55,00%	-	-	279	-
UTE FOTOVOLTAICA FIRA	50,00%	363	-	118	363
UTE LOS CARAMBOLOS	100,00%	-	33	-	33
UTE CENTRO MAYORES BAENA	100,00%	203	44	1.207	328
UTE TARAZONA	100,00%	4	60	67	52
UTE ELECTRIFICACION CALAF MANRESA	50,00%	-	-	324	-
UTE CASTELLO ELEC NOR	50,00%	-	-	85	3.138
UTE REFORMA PAVELLO 4 CLINIC	25,00%	370	2.710	3.684	3.080

Milhares de euros

UTE	Porcentagem de Participação	2013		2012	
		Obra liquidada	Carteira não liquidada	Obra liquidada	Carteira não liquidada
UTE CAN PUIGGENER	100,00%	47	37	150	84
UTE ESCOLA BRESSOL ABRERA	100,00%	207	-	54	207
UTE TERMINAL DE CARGA	50,00%	2.001	25	4.906	1.588
UTE MANT. SIST. SEG. COLEGIOS PUBLICOS	100,00%	-	-	67	-
UTE ESTACION LA MOLINA	100,00%	290	93	1.326	382
UTE LOIU	50,00%	-	-	2.037	-
UTE MTO. SEG. Y EMERG. MADRID	100,00%	166	-	204	139
UTE EDIFICIO 7000	100,00%	3.943	-	5.373	3.672
UTE PARC ENGINYERIES	100,00%	207	121	904	328
UTE CTB ELEC NOR - DEIMOS	100,00%	-	-	66	-
UTE FERIA REQUENA	100,00%	1.078	244	278	1.322
UTE LED MOLLET	70,00%	-	-	241	-
UTE RED.ES	100,00%	-	-	1.659	-
UTE AMPLIACION MUSEO MORERIA	100,00%	132	1	485	85
UTE BIBLIOTECA CASTELLDEFELS	100,00%	-	-	516	-
UTE EQUIPAMIENTO AMPLIACION T2 VALENCIA	100,00%	390	-	559	520
UTE EQUIPAMIENTO TERMINAL GRAN CANARIA	100,00%	301	897	25	1.198
UTE PCTH	100,00%	93	-	1.095	93
UTE MEGAFONIA ACC	100,00%	-	-	34	-
UTE VIA LA CARTUJA	20,00%	-	-	4.878	-
UTE SANCHO ABARCA	100,00%	55	-	543	55
UTE AGRUNOR	50,00%	-	-	4.339	-
UTE GALINDO	100,00%	732	2.357	1.075	3.089
UTE ELEC TUNEL SPA	50,00%	72	47	869	119
UTE LABORATORIO AITEX-ITE	100,00%	-	42	85	42
UTE DESVIOS LAV Sevilla	28,85%	-	810	360	810
UTE MOBILIARIO TERMINAL GRAN CANARIA	100,00%	25	268	-	293
UTE FIGUERES WIFI	50,00%	87	27	127	114
UTE PLANTA RSU ACAHUALINCA	70,00%	534	-	5.110	464
UTE EDAR SERRANILLOS	50,00%	657	461	399	1.118
UTE CENTRO OCUPACIONAL FERROL	50,00%	261	214	1.249	475
UTE MUTXAMEL	100,00%	321	27	257	252
UTE ELEC NOR ONILSA	85,00%	3.413	1.145	1.358	2.717
UTE AYTO SEGURA DE LA SIERRA	100,00%	1.724	-	11	1.724
UTE URBANIZACION PEDRO III	100,00%	1.063	399	-	1.462
UTE ABASTECIMIENTO PEDRAZA	100,00%	262	1.384	19	1.646
UTE UBE LA ISLA	100,00%	103	58	72	161
UTE MANTENIMIENTO SAN VICENTE DEL RASPEIG	100,00%	315	-	695	164
UTE AEROPUERTO VIGO BANCADAS	100,00%	188	-	137	188
UTE RECINTOS FERIALES	100,00%	135	19	62	114
UTE TETRA CABB 1481	75,00%	94	-	200	70
UTE EXPLOTACION ZONA P2	50,00%	691	79	230	770
UTE PAVELLO 1 PLANTA 4 CLINIC	25,00%	355	208	262	563
UTE AS SOMOZAS	50,00%	376	258	44	634
UTE SAN CRISPIN	100,00%	274	136	234	410
UTE SAN JERONIMO	100,00%	98	50	49	148
UTE REFORMA SALA HOSPITALIZACION 5.4 CLINIC	25,00%	2	67	-	69
UTE MANTENIMIENTO PUERTO GIJON	100,00%	113	247	40	360
UTE JARDINES MOGAN	100,00%	961	691	324	1.652

Milhares de euros					
UTE	Porcentagem de Participação	2013		2012	
		Obra liquidada	Carteira não liquidada	Obra liquidada	Carteira não liquidada
UTE URTEGI	60,00%	447	33	-	480
UTE ELEC NOR-ONDOAN SERVICIOS	50,00%	851	-	-	750
UTE IMDEA MOBILIARIO LOTE 2	100,00%	10	-	117	10
UTE HORMIGONES MTNEZ-ELEC NOR, CASCO ANTIGUO ALICANTE	30,00%	107	55	-	162
URBANIZADORA RIODEL	50,00%	-	192	-	192
UTE OVERTAL - ELEC NOR	24,00%	-	360	-	360
UTE S'OLIVERA COMASA-ELEC NOR	33,33%	-	-	-	156
UTE ENERGÍA LÍNEA 9	20,00%	7.023	22.538	17.802	17.685
UTE URBANIZACION Y 12 VIVIENDAS LUZ	50,00%	358	-	-	358
UTE REMOLAR	23,51%	971	-	10.050	971
UTE CALETA OLIVIA	100,00%	1.904	6.903	2.786	10.397
UTE CAL PARACUELLOS	50,00%	-	96	54	96
UTE TRANSENER	50,00%	-	-	383	14
UTE AGENTE URBANIZADOR SECTOR 13 DE LA PLAYA DE TAVERNES	50,00%	-	-	-	3.979
UTE SERRANO - ELEC NOR CANSALADES	40,00%	-	114	-	114
UTE ELEC NOR GONZALEZ SOTO	50,00%	415	-	112	396
TERMINAL ALICANTE, UTE	20,00%	1.926	-	-	1.633
UTE EAR DEL SOL	100,00%	17	-	6	13
UTE LANESTOSA	44,71%	76	-	1.454	52
UTE KARRANTZA	41,50%	2.677	290	1.595	3.228
UTE SAICA	50,00%	202	-	174	176
UTE AMC5 EHISA	50,00%	4.361	3.031	308	7.392
UTE TRANSDINA	50,00%	3.560	555	35	4.115
ACE EFACEC OMNISTAL	50,00%	-	-	165	-
UTE LEKUNBERRI	50,00%	738	6	424	696
UTE LAS TORCAS	50,00%	-	65	-	65
CONSORC.RASACAVEN ELECVEN COOP. COCORIMET	70,00%	36	-	693	330
UTE MANTENIMIENTO LINEA 9	20,00%	-	-	1.438	-
UTE NUCLEO COMUN Y CONTROL	50,00%	-	-	1.284	-
UTE NUCLEO COSINOR PAMPLONA	50,00%	165	-	650	16
UTE MORÓN MADE COSINOR	50,00%	-	-	258	-
PUERTO GANDIA UTE	50,00%	51	112	68	174
RIAÑO UTE	50,00%	1.686	1.034	1.969	2.556
MALAGA ESTE U.T.E.	50,00%	157	16	58	173
LUGO SUR UTE	50,00%	-	5	459	5
MANTENIMIENTO ALICANTE UTE	65,00%	-	-	66	-
AUDEVI C.REAL II UTE	60,00%	-	-	643	-
JEREZ UTE	75,00%	530	592	1.292	1.122
MADRID OESTE UTE	50,00%	-	125	1.949	131
UTE SEG. ESTACIONES LOCALES	100,00%	143	5	362	141
UTE PITA	100,00%	15	12	344	23
ALGETE UTE	50,00%	865	6.368	851	7.377
PONTEVEDRA SUR UTE	50,00%	2.502	4.297	2.003	6.799
UTE RIBERAS II	50,00%	-	-	200	-
ÁREA SUR UTE	50,00%	-	-	37	-
ÁREA LA NAO UTE	50,00%	-	-	28	-
AUCOSTA CONSERVACION UTE	50,00%	1.502	85	1.111	8
MANTENIMIENTO INTEGRAL UTE	60,00%	-	-	33	-
REHAB.DESPEÑAPERROS UTE	80,00%	1.079	-	-	554
MALAGA ESTE II UTE	50,00%	203	112	240	85
HUELVA SURESTE UTE	50,00%	1.205	463	1.172	471

Milhares de euros					
UTE	Porcentagem de Participação	2013		2012	
		Obra liquidada	Carteira não liquidada	Obra liquidada	Carteira não liquidada
MADRID NOROESTE UTE	50,00%	2.708	895	2.611	4.639
MANZANARES UTE	50,00%	2.356	3.620	1.415	5.976
CONXO UTE	50,00%	-	-	(47)	-
UTE ELECINOR – DEIMOS SIPA	100,00%	1.276	299	-	-
UTE COMUNICACIONES SANT CUGAT	100,00%	72	28	-	-
UTE FORNILLOS	100,00%	619	652	-	-
UTE CALANDA	100,00%	824	426	-	-
UTE VALDESPARTERA	100,00%	1.800	-	-	-
UTE VENCILLON	100,00%	353	-	-	-
UTE PIF ALGECIRAS	100,00%	1.500	1.702	-	-
UTE PATRIMONIO SEGURIDAD	66,66%	139	364	-	-
UTE ESPACIOS VERDES SAN VICENTE DEL RASPEIG	100,00%	495	1.033	-	-
UTE CINTAS	100,00%	293	102	-	-
UTE PLAZAS COMERCIALES T4	100,00%	968	682	-	-
UTE BT HOSPITAL DE ZAMORA	50,00%	39	1.714	-	-
UTE TRANVIA OUARGLA	33,00%	-	195.703	-	-
UTE ENERGIA GALICIA	20,00%	1.423	100.264	-	-
UTE CELLA	100,00%	-	920	-	-
UTE AEROPUERTO DE PALMA	100,00%	-	1.613	-	-
UTE AGRUNOR NORTE I	50,00%	3.623	-	-	-
UTE IBERCAT	27,50%	869	-	-	-
UTE ULTZANUETA	50,00%	-	843	-	-
UTE ISDEFE	21,59%	309	-	-	-
CORDOBA NORTE UTE	50,00%	547	1.736	-	-
ACCIONA INFRAESTRUCTURAS – ELECINOR HOSPITAL DAVID, S.A.	25,00%	14.407	166.556	-	-
CONSORCIO CIE – ELECINOR TRANSMISSÃO	50,00%	47.209	20.426	98.151	11.794
MORELOS EPC SAPI DE CV	50,00%	59.535	108.616	-	154.382
PROYECTOS ELECTRICOS AQUAPRIETA, SAPI DE CV	50,00%	29.838	7.460	69.648	18.130

The cover features a white background on the left and a dark blue background on the right, separated by a curved white line. An orange curved shape is positioned at the bottom, overlapping both the white and blue areas. The text is centered in the white area.

Relatório
de gestão
2013

1. Introdução

O Grupo Elecnor teve de enfrentar, em 2013, um contexto econômico extremamente adverso naquele que continua sendo seu principal mercado nacional, a Espanha, marcado pelos efeitos da reforma elétrica do Governo sobre as companhias que, como a Elecnor, confiaram na estabilidade do quadro regulador para empreender um intenso esforço investidor como promotor de projetos de energias renováveis. Além disso, houve outros fatores que tiveram influência direta sobre as atividades e os negócios do Grupo: níveis historicamente baixos de licitações e adjudicações de obras públicas, uma nova queda da construção (-23%) e uma severa contração dos programas de investimento dos operadores de serviços, que são seus principais clientes na Espanha.

Neste contexto, a Elecnor deu continuidade ao seu processo de internacionalização, que a levou, novamente, a crescer 24% no mercado externo em termos de vendas. No entanto, o peso do mercado espanhol faz com que as vendas globais diminuam em 3,4%, até se situarem em €1.864.000.000. Uma evolução do volume de negócios compatível com um importante crescimento da carteira por executar (+10,5%), o que representou elevá-la até €2.415.000.000, também neste caso com um significativo avanço no exterior: +18,4%.

No que diz respeito ao resultado, o Grupo realizou os pertinentes testes de impairment sobre seus investimentos em energias renováveis afetadas pelas novas leis elétricas. Como consequência disso, o valor do conjunto dos ativos pertencentes às sociedades que gerem as usinas termossolares foi depreciado em €138.000.000 ao longo dos exercícios de 2012 e 2013. Essa depreciação teve um impacto significativo na conta de resultados consolidada do exercício, como já ocorreu em 2012. Além disso, é preciso acrescentar a perda de receitas no próprio exercício de 2013 como consequência das tarifas aplicáveis a todas as usinas de geração de energia que o Grupo explora na Espanha desde 14 de julho de 2013, em relação às que vinha aplicando antes. Este menor volume de negócio é avaliado em €13.500.000, aproximadamente, correspondente ao segundo semestre de 2013, que, em termos de ano, representaria um impacto de €27.000.000. Tudo isso, junto com outros fatores relevantes (como a desfavorável paridade do real brasileiro em relação ao euro), fez com que o lucro líquido consolidado do exercício se limitasse a €53.300.000.

A evolução geral do Grupo neste complicado contexto e a continuidade da sua política de remuneração ao acionista através de dividendos pagos integralmente em numerário mereceram a confiança dos mercados de valores ao longo de 2013. A cotação do valor avançou 18% no encerramento do exercício, acabando com uma capitalização na Bolsa de €973.000.000.

2. Modelo de negócio e contexto

2.1. Modelo de negócio

A Elecnor é uma corporação espanhola de caráter global, que está presente, de modo estável, em 33 países, com dois grandes negócios que se complementam e enriquecem mutuamente:

- **Infraestruturas:** execução de projetos de engenharia, construção e serviços, com atividade especial nos setores de eletricidade, geração de energia, telecomunicações e sistemas, instalações, gás, construção, manutenção, meio ambiente e água, ferrovias e espaço.
- **Patrimonial:** operação de serviços, através do investimento em energia eólica, sistemas de transporte de energia e outros ativos estratégicos.

2.2. Contexto econômico

2.2.1. Economia global

Durante o ano de 2013, o crescimento da economia global foi estimado em torno de 2,9%, sendo inferior aos índices alcançados nos exercícios de 2011 e 2012 (3,9% e 3,2%, respectivamente). Esta menor taxa de crescimento ocorreu tanto nos países emergentes como em economias mais desenvolvidas. Estas últimas cresceram a ritmos de 1,2%, ao passo que as primeiras fizeram-no a taxas médias de 4,5%, aproximadamente.

A zona euro, depois de um ano e meio com valores negativos, recuperou o crescimento positivo no segundo trimestre de 2013. Os índices de confiança e os dados de atividade melhoraram significativamente nos últimos meses do ano, o que sugere um panorama mais otimista sobre a economia europeia. Esta

afirmação se baseia no crescimento da produção industrial por um aumento dos pedidos, principalmente extraeuropeus, no aumento das vendas a varejo, na estabilização do mercado de trabalho e na moderação da inflação. Além disso, estima-se que as exportações líquidas poderiam ter contribuído positivamente para o crescimento do PIB no último trimestre.

A economia dos Estados Unidos e América, por sua vez, sofreu diversos altos e baixos ao longo do exercício de 2013, a maioria dos quais ligados às mudanças e expectativas em matéria de política monetária e fiscal. O crescimento do PIB de 2013, que provavelmente se situe em seu conjunto em torno de 1,8%, baseou-se numa segunda parte do exercício significativamente mais positiva do que a primeira, com melhorias em indicadores tais como o crescimento do emprego, o mercado da habitação e os índices de confiança.

Quanto aos países emergentes do continente asiático, a China mantém indicadores de atividade fortes, enquanto inicia a transição em direção a um modelo de crescimento com maior peso do consumo.

Entretanto, o setor externo também contribuiu para o reforço da atividade, com um importante auge exportador. Por sua vez, o crescimento do PIB indiano para o conjunto de 2013 é estimado em 4,7%, taxa esta distante dos crescimentos que vinham sendo obtidos até agora.

2.2.2. Principais mercados estratégicos da Elecnor

2.2.2.1. Espanha

Ao longo de 2013, a economia espanhola registrou uma fraca melhoria, que lhe permitiu sair da fase de contração na qual tinha recaído no começo de 2011. Tudo isso ocorreu num contexto de alívio das tensões nos mercados financeiros, de uma progressiva normalização dos fluxos de financiamento externo e de uma incipiente melhoria da confiança e do mercado de trabalho. Após um incremento de 0,1% do PIB no terceiro trimestre, calcula-se que a economia espanhola tenha crescido a uma taxa intertrimestral de 0,3% no quarto trimestre. Neste contexto, e apesar da citada melhoria, o PIB espanhol para o conjunto de 2013 teria descido em torno de 1,2%, taxa esta que reflete o efeito de arrastamento derivado do retrocesso da atividade no final de 2012.

As causas desses dados podem ser encontradas na contração dos componentes da procura nacional, embora esta variável tenha ido corrigindo o seu ritmo de contração ao longo do ano. O consumo privado, por exemplo, registrou variações positivas já no terceiro trimestre. Os componentes públicos da despesa diminuíram sua contribuição negativa para a atividade após a decisão do Conselho Europeu de junho de relaxar o objetivo do défice. Por sua vez, a procura externa líquida suavizou, pelo sexto ano consecutivo, o impacto da contração da despesa interna sobre a atividade, apoiada na expansão das exportações, especialmente nas ligadas ao turismo.

O emprego também caiu a um ritmo mais baixo do que o do ano de 2012, sendo estimada uma queda do número de ocupados de 3,3%, aproximadamente, revelando-se um efeito de arrastamento do comportamento da ocupação no último trecho de 2012.

Esta recuperação não teve incidência no setor de **infraestruturas**. Em 2013, a construção caiu em 23%. Quanto à obra pública e apesar de um aumento de 22,9% em relação a 2012 nas novas licitações lançadas pelo conjunto das administrações (segundo a organização patronal Seopan), as adjudicações efetivas sofreram (segundo o jornal *Expansión*) um novo retrocesso (especificamente de 38%), até ficarem situadas num dos valores mais baixos da série estatística: €2.751.000.000.

No mercado da **energia**, o Governo impulsionou em 2013 uma reforma do setor, com o objetivo de eliminar o défice estrutural de tarifa, que representou um ajuste dos custos do sistema de €45.000.000.000, o que representou uma subida do recibo de pagamento de luz e um drástico ajuste para baixo das receitas das energias renováveis (ver explicação mais pormenorizada no capítulo 3 deste Relatório de Gestão).

2.2.2.2. América Latina

A citada desaceleração do comércio mundial, as condições financeiras mais difíceis e os mercados de produtos básicos menos favoráveis em 2013 repercutiram negativamente nas economias dos países da América Latina, os quais - excetuando o Peru, que cresceu 5,4%, e a Colômbia, que cresceu 4% - obtiveram módicas taxas de crescimento no exercício passado.

No Brasil, depois da estagnação de 2012, o crescimento da economia se situou numa taxa de 2,5% e no México, a economia cresceu 1,3%.

No setor **energético**, destaca-se o desenvolvimento acelerado do **Brasil**, país no qual se espera que o consumo aumente em mais de 50% na próxima década. No final de 2013, a potência instalada era de 126.700 MW, a partir de 3.907 usinas, incluindo as de energia térmica, eólica, nuclear, míni hidráulica, grandes hidroelétricas e geradoras de energia solar. A energia que predomina é a hidroelétrica, que retém

quase 67% da capacidade instalada do país, seguida da termoeletrica, com 29%. As grandes apostas atuais são a eólica, que representa apenas 1,7%, e a solar fotovoltaica, ainda muito incipiente.

No **México** a energia eólica alcançou 1.289 MW de potência instalada e 2.460 MW em construção, um valor muito distante dos 40.000 MW de potencial da região. No caso da solar, o país se encontra entre os cinco mais atraentes do mundo, já que faz parte do cinturão solar com uma radiação superior a 5 kW/h por metro quadrado por dia e conta com a base fabril de módulos fotovoltaicos mais ampla da América Latina.

Em 2013, o **Chile** manteve sua decidida aposta nas energias renováveis, cuja capacidade instalada aumentou 23%. Cabe destacar também a aprovação da Lei 20/25, que prevê que para 2025, 20% da matriz energética proceda de fontes de energias renováveis.

No âmbito das **infraestruturas**, o Brasil e o México encabeçam o investimento na América Latina. No total, junto com o Chile e a Colômbia, somam um investimento previsto no setor no valor de €460.000.000.000.

Especificamente, o **Brasil** tem investimentos previstos no valor de \$62.500.000.000, dos quais 36.000.000.000 serão destinados a melhorar suas redes ferroviárias e de estradas. Um dos projetos mais emblemáticos é o trem de alta velocidade Rio-São Paulo, em cuja construção está interessada uma boa quantidade de empresas espanholas, como a Elecnor, agrupada dentro de um consórcio.

O **México** tem diversos concursos de infraestruturas previstos no valor de €300.000.000.000 até 2018. Um total de 35% do investimento será destinado a projetos de transporte e os 65% restantes serão destinados a atuações no âmbito da energia. Oportunidades em gasodutos, rodovias, no trem de alta velocidade que ligará a Cidade do México com Querétaro e no trem Transpeninsular Mérida-Punta Venado são apenas alguns exemplos.

Finalmente, o **Chile** fechou 2013 com projetos no valor de €2.200.000.000, incluindo o novo projeto da autoestrada urbana Vespucio Oriente, a nova licitação do Aeroporto Internacional de Santiago, uma nova ponte e vários hospitais. A água é um dos principais desafios do país. Para tal, a Estratégia Nacional de Recursos Aquíferos 2010-2025 dá prioridade à construção de 16 novas represas, que incrementarão a capacidade de armazenagem de água do país em 30%.

2.2.2.3. América do Norte

No âmbito **energético**, os Estados Unidos da América se tornaram o principal produtor de petróleo e de gás natural do mundo, ultrapassando a Rússia e a Arábia Saudita. Isso se explica pela quantidade de hidrocarbonetos que estão sendo explorados no Texas e na Dakota do Norte, além do gás natural que é extraído da rocha porosa em alguns estados da costa leste. Segundo as previsões do Departamento de Energia dos Estados Unidos da América, a produção de petróleo manter-se-á em 10 milhões de barris diários entre 2020 e 2040. No caso dos combustíveis líquidos, aumentará para 18 milhões de barris diários em duas décadas e meia.

Cabe sublinhar que este repique na exploração dos recursos fósseis não está sendo acompanhado por um aumento do investimento nas denominadas energias limpas, que há alguns anos se apresentavam como um dos pilares para a independência energética dos Estados Unidos da América. De fato, em 2013 as renováveis caíram 41%.

No que respeita às **infraestruturas**, nos Estados Unidos da América se verificou o maior nível de crescimento dos últimos anos, o que foi impulsionado por um crescimento dos projetos privados de construção. Mais especificamente, a despesa em construção aumentou em 1%, a uma taxa anual de \$934.400.000.000, o maior nível desde março de 2009, segundo dados fornecidos pelo Departamento de Comércio.

No caso do setor energético no **Canadá**, e segundo dados fornecidos pelo Global Wind Energy Council, o país ocupava, no começo de 2013, a nona posição como potência mundial por instalações de energia eólica, com uma capacidade instalada, quando do encerramento de 2013, próxima dos 7.800 MW. Prevê-se um ritmo de crescimento do mercado de 1.500 MW anuais nos próximos exercícios, embora em 2016 muitas províncias do Canadá já terão chegado ao máximo de capacidade que pode ser integrada na rede elétrica existente.

No setor canadense das **infraestruturas**, o investimento em edificação de uso não residencial atingiu \$12.900.000.000 no quarto trimestre de 2013, um aumento de 1,1% em relação ao trimestre anterior. É o segundo aumento trimestral consecutivo e, em grande medida, se deve à maior despesa na construção de prédios comerciais.

2.2.2.4. África

Em termos macroeconômicos, o crescimento no Norte da África em 2013 (2,5%) estima-se inferior ao do ano anterior, embora tenha um potencial muito importante para os próximos anos. Na África Subsaariana, por sua vez, verificou-se um repique do crescimento econômico em 2013, apoiado pela forte procura

interna. Segundo dados do Banco Mundial, o PIB dessa região do continente - excluindo a África do Sul que, por si só, cresceu mais de 6% - foi de cerca de 4,7%.

O desenvolvimento de projetos para melhorar a energia elétrica e as infraestruturas (rodovias, ferrovias, etc.) são dois importantes capítulos por resolver. Alguns países, como Cabo Verde, Namíbia, Uganda ou a África do Sul, já estão investindo uma parte significativa dos seus orçamentos em infraestruturas.

Destacam-se os casos de Angola e da Argélia, países que constituem dois dos principais mercados da Elecnor no continente africano e que registram importantes taxas de crescimento. Calcula-se que o PIB de Angola aumentou, em 2013, em torno dos 6,9%, com uma relação de oportunidades cada vez maior, tanto para o investimento direto quanto para o desenvolvimento de algum dos projetos públicos em matéria de energia elétrica (geração, transporte e distribuição), energias renováveis, água e saneamento; tratamento dos resíduos sólidos; hospitais e material sanitário; desenvolvimentos agroindustriais ou equipamento de transporte, entre outros.

Quanto à Argélia, embora sua porcentagem de crescimento em 2013 tenha sido menor do que a de Angola (2,7%), continua sendo um país aberto a muitas oportunidades no quadro do Plano quinquenal de investimento público 2010-2014 em vigor, que está mobilizando \$286.000.000.000 para o desenvolvimento de projetos de construção, infraestruturas educativas e de saúde, rede ferroviária e de transporte urbano (metrô e bondes), rede de estradas, tratamento e gestão de água e energias renováveis, entre outros.

3. Análise dos principais valores do exercício

3.1. Dados consolidados

Grupo Elecnor

Em 31 de dezembro de cada ano e em milhares de Euros

Dados sobre resultados	2013	2012	Varição
Lucros de exploração	141.541	194.926	-27%
EBITDA	220.431	263.666	-16%
Lucros antes de impostos	109.066	138.646	-21%
Lucro líquido	53.289	87.593	-39%
Patrimônio líquido			
Patrimônio líquido	532.485	558.202	-5%
Volume de negócio			
Vendas	1.864.174	1.930.712	-3%
nacional	818.004	1.086.735	-25%
internacional	1.046.170	843.977	24%

3.1.1. O impacto da reforma elétrica

Do mesmo modo que no ano anterior, as demonstrações financeiras do exercício de 2013 têm novamente a influência das mudanças introduzidas pelo governo no quadro normativo que regula o mercado de produção de energia elétrica a partir de fontes renováveis. Especificamente:

- Real Decreto-Lei 2/2013, de 1º de fevereiro, de medidas urgentes no sistema elétrico e no setor financeiro.
- Real Decreto-Lei 9/2013, de 13 de julho, mediante o qual são tomadas medidas urgentes para garantir a estabilidade financeira do sistema elétrico.
- Lei 24/2013, de 26 de dezembro que inclui o enquadramento jurídico e econômico da atividade da produção a partir de fontes de energias renováveis, cogeração e resíduos, bem como sua concretização em um Real Decreto a ser debatido e aprovado em 2014, cujos efeitos foram explicitados na proposta da Portaria remetida pelo Governo à Comissão Nacional de Mercados e Concorrência (CNMC) da Espanha. Estes regulamentos estabelecem a metodologia do regime de remuneração específico que será aplicável às instalações que não alcancem o nível mínimo necessário para cobrir os custos que lhes permitam concorrer em igualdade de condições com as restantes tecnologias no mercado, para obter uma rentabilidade razoável referente à instalação-tipo que em cada um dos casos for aplicável.

As novas mudanças no quadro normativo, acima explicadas, mostram novamente a constante insegurança jurídica à qual está exposto o mercado de produção de energia elétrica na Espanha, criando

uma insegurança que afasta qualquer tipo de investimento neste tipo de tecnologia nos próximos anos. Além disso, introduz na atividade das empresas algo que não existia antes: o risco regulatório.

Em virtude de tudo isso, o Grupo Elecnor realizou os testes de impairment pertinentes sobre seus investimentos em usinas espanholas de produção elétrica a partir de fontes de energias renováveis afetadas pelas citadas leis. Como consequência disso, o valor do conjunto dos ativos das sociedades que gerem as usinas termossolares foi depreciado em €138.000.000 ao longo dos exercícios de 2012 e 2013.

Essa depreciação decorre do impacto das últimas disposições normativas sobre as usinas termossolares exploradas pelo Grupo na Espanha, e tenta refletir a perda de rendimento que representa para as mesmas o referido quadro normativo, o qual limita a vida útil remuneratória das citadas usinas a 25 anos, fixa para o primeiro triênio a rentabilidade justa antes de imposto em 7,398% de cada instalação-tipo, calculada para um investimento teórico de €225.000.000, e suprime a indexação das receitas ao IPC. Estes são parâmetros e condicionamentos significativamente diferentes daqueles considerados pelo Grupo quando tomou a decisão de promover este tipo de instalações na Espanha e que priorizou o melhor aproveitamento das usinas baseado num alto nível de qualidade em sua construção, com o intuito de minimizar os riscos inerentes a estas tecnologias, tentando otimizar o nível de produção para o qual foram projetadas.

Em compensação, o Grupo não incluiu depreciação alguma pelas suas usinas espanholas de geração elétrica a partir de fontes de energia eólica e fotovoltaica, pelo fato de seu justo valor não ter caído por baixo do valor contábil registrado pelo Grupo.

Entretanto, a esta depreciação decorrente da perda de futuros rendimentos, é preciso acrescentar a perda de receitas no próprio exercício de 2013, como consequência das tarifas aplicáveis a todas as usinas de geração de energia exploradas pelo Grupo na Espanha desde 14 de julho, em relação àquelas que vinham sendo aplicadas antes. Isso significa um menor volume de negócio consolidado de, aproximadamente, €13.500.000, correspondente ao segundo semestre de 2013, que, em termos de ano, significaria um impacto de €27.000.000.

A esse respeito, cabe realçar que as referidas menores receitas derivadas das novas normas aplicáveis a estes ativos repercutem diretamente em seus resultados, resultados estes recorrentes que teriam permitidos paliar parcialmente um ciclo econômico visivelmente negativo.

3.1.2. Vendas

O valor referente às vendas consolidadas para o exercício de 2013 foi de €1.864.000.000, o que representa uma queda de 3,4% em relação ao registrado no conjunto do exercício de 2012. Esse dado se explica:

- Pelas menores receitas por remuneração dos projetos de geração de energia nos quais o Grupo participa.
- Pelos efeitos da redução dos investimentos, tanto públicos como privados, nos setores nos quais o Grupo desenvolve sua atividade na Espanha.

Estes fatores adversos foram parcialmente compensados pela maior contribuição para o volume de negócios das sociedades filiais que operam no mercado eólico no estrangeiro, bem como pela maior contribuição das filiais que operam no mercado externo, com estes fatos principais:

- Construção nos Estados Unidos da América, para a corporação PG&E, de um parque solar fotovoltaico.
- Aquisição, no dia 1º de novembro de 2013, de ativos e contratos da sociedade norte-americana Hawkeye, que desenvolve sua atividade na costa leste desse país.
- Construção no México do gasoduto Morelos, que prestará serviço à Comissão Federal da Eletricidade (CFE).

Quanto à distribuição do volume de negócios por áreas geográficas, o mercado externo representa **56%** do total, e o nacional **44%**. Estes dados demonstram a aposta do Grupo Elecnor nos mercados externos como motor de crescimento para os próximos exercícios, tudo isso sem descuidar a conservação do mercado nacional, à espera da recuperação do mesmo.

3.1.3. Carteira

Quando do encerramento de 2013, a carteira de contratos pendentes de execução era de €2.415.000.000, face aos €2.185.000.000 com os quais encerrou 2012. Isso representa um avanço de €230.000.000 (+11%). Por mercados, a carteira cresceu 18% no exterior, situando-se em €1.969.000.000, o que equivale a 82% do total. O nacional, no entanto, sofreu uma queda de 15%, até ficar situado em 446.000.000.

Grupo Elecnor

Em 31 de dezembro de cada ano e em milhares de Euros

Carteira	2013	2012	Varição
Nacional	446.390	522.253	-15%
Internacional	1.968.585	1.663.088	18%
	2.414.975	2.185.341	11%

3.1.4. Lucro líquido

No que respeita ao lucro líquido consolidado, este alcançou, no conjunto de 2013, um montante de €53.300.000, o que representa um retrocesso de 39,2% em relação ao conseguido em 2012.

Além dos importantes efeitos descritos no item 3.1.1., há outros fatores que incidem na evolução do resultado consolidado de 2013 em relação ao conseguido no exercício anterior, tais como:

- A contribuição negativa para o resultado dos projetos de investimento dos quais o Grupo participa e que se encontram no início do seu período de exploração, fundamentalmente os projetos termossolares, devido à pesada carga dos custos financeiros, típicos desta primeira fase de vida útil dos mesmos.
- As menores margens obtidas no negócio tradicional da Elecnor, devido a um menor volume de investimento por parte dos clientes com os quais o Grupo opera e à contração que se verificou nos preços pela forte concorrência que afeta o setor.
- A desfavorável evolução da paridade do real em relação ao euro, afetando tanto as receitas quanto os resultados provenientes das sociedades que operam no Brasil.
- A menor contribuição da sociedade Atersa, dedicada a sector fotovoltaico, como consequência da queda da atividade derivada das sucessivas mudanças regulatórias na Espanha em matéria de produção energética, assim como da concorrência desleal dos países asiáticos produtores de módulos fotovoltaicos.
- Concomitantemente, o Grupo continuou aprofundando as políticas de contenção e controle das despesas nas quais, de forma recorrente e especialmente no mercado atual, todas as sociedades do Grupo vêm trabalhando. Desse modo, conseguiu atenuar os efeitos dos fatores descritos acima. Neste contexto, o Grupo fez um grande esforço para adaptar os recursos utilizados na atividade ao atual cenário econômico. Este ajuste, que permitirá abordar o exercício de 2014 com capacidades melhor dimensionadas para o atual nível de atividade, teve como resultado uma perda econômica no resultado do Grupo de €12.000.000 líquidos de impostos, aproximadamente.

3.1.5. EBITDA

Em termos de EBITDA, o Grupo Elecnor alcançou, no exercício de 2013, €220.400.000 em termos consolidados, o que significou um retrocesso de 16,4% em relação aos €263.700.000 conseguidos em 2012. Os mesmos motivos que explicam a evolução do resultado consolidado são aplicáveis para justificar a evolução deste valor, com exceção da depreciação sobre ativos assumida pelos negócios termossolares do Grupo, por se incluir num capítulo não computado para o cálculo deste valor.

3.2. Dados individuais

Elecnor, S.A.

Em 31 de dezembro de cada ano e em milhares de Euros

Dados sobre resultados	2013	2012	Varição
Lucros de exploração	55.334	101.773	-46%
EBITDA	77.241	114.113	-32%
Lucro antes de impostos	52.462	49.135	7%
Lucro líquido	27.845	43.258	-36%
Patrimônio líquido			
Patrimônio líquido	518.894	506.580	2%
Volume de negócio			
Vendas	1.160.253	1.345.454	-14%
nacional	647.212	921.663	-30%
internacional	513.041	423.791	21%

Quanto à sociedade controladora do Grupo, a Elecnor, S.A., em 2013 registrou um aumento de 7% em seu **lucro antes de impostos**, até se situar em €52.500.000. Em termos líquidos, no entanto, o valor final (€27.800.000) é inferior ao de 2012, como consequência do importante aumento da despesa pelo imposto sobre sociedades, ocasionado, principalmente, pela limitação imposta às deduções derivadas das mudanças regulatórias estabelecidas pelo Governo em matéria fiscal, e pelo aumento da tributação suportada pelo estabelecimento permanente da Venezuela, e de fatores como:

- A contração dos investimentos, tanto públicos como privados, dos principais clientes com os quais a sociedade tem negócios na Espanha.
- O fato de a Elecnor, S.A. ter recebido em relação a 2012 menos dividendos provenientes das suas filiais. Em particular, no exercício de 2013, a Elecnor, S.A. recebeu a este título €22.000.000 face aos 25.000.000 que recebeu no ano anterior.

Em termos de EBITDA, a Elecnor, S.A. conseguiu alcançar neste exercício de 2013 €77.200.000, em comparação com os €114.100.000 de 2012, o que representou uma contração em termos relativos de 32,3%.

Quanto ao volume de negócios, a Elecnor, S.A. registrou, no conjunto de 2013, um volume de vendas de €1.160.000.000, em comparação com os 1.345.000.000 do exercício anterior, o que representa uma diminuição em termos relativos de 13,8%, tudo isso decorrente dos distintos fatores que foram explicados acima e que, do mesmo modo que ocorria tanto sobre o lucro depois de impostos quanto sobre o EBITDA, afetam o volume de negócios da empresa mãe do Grupo. Por outro lado, a companhia continua aplicando importantes restrições na qualificação dos potenciais clientes, visando minimizar a exposição ao risco de morosidade e insolvência, o qual, apesar de limitar de algum modo a capacidade de crescimento do volume de atividade da sociedade, permite garantir razoavelmente a possibilidade de recuperação dos seus ativos.

Finalmente, e devido à aposta que a Elecnor fez na utilização dos meios necessários para a melhoria contínua dos seus níveis de produtividade, em 2013 fez **investimentos** no valor de €8.500.000, que foram utilizados na renovação do equipamento com o qual a companhia conta. Isto representou um aumento de 2,2% em relação ao exercício anterior.

3.3. Vendas 2013 por atividades

Grupo Elecnor

Em 31 de dezembro de cada ano e em milhares de Euros

Áreas Geográficas	2013	2012	Varição
Nacional	818.004	1.086.735	-25%
Internacional	1.046.170	843.977	24%
	1.864.174	1.930.712	-3%
Atividades	2013	2012	Varição
Eletricidade	669.425	671.412	0%
Instalações	96.211	111.229	-14%
Gás	104.583	99.185	5%
Geração de Energia	582.211	629.142	-7%
Ferrovias	19.377	38.360	-49%
Construção, meio ambiente e água	140.564	174.416	-19%
Infraestruturas de Telecomunicações	110.628	108.779	2%
Sistemas de Telecomunicações	31.971	31.787	1%
Manutenção	109.204	66.402	64%
	1.864.174	1.930.712	-3%

Por mais um ano, a principal atividade quanto a volume de negócios foi a da **Eletricidade**, com €669.000.000 e uma notável estabilidade em comparação com 2012. Uma estabilidade similar àquela que mostram mais duas atividades ligadas a operadores de serviços: **Gás** e **Infraestruturas de Telecomunicações**.

Depois de Eletricidade, as atividades mais estáveis são **Usinas de Geração de Energia**, com €582.000.000, e **Construção, Meio Ambiente e Água**, com €140.000.000. É preciso salientar também o aumento de 64,5% em **Manutenção**.

4. Informação bursátil

Dados da ação	2013	2012
Preço na data de encerramento (€)	11,18	9,47
Variação anual	18,1%	-5,1%
Volume total títulos (milhões)	19,2	4,2
Volume médio diário títulos (milhares)	75,2	16,4
Total efetivo negociado (milhões €)	172,1	39,1
Número de ações (milhões)	87,0	87,0
Capitalização bursátil (milhões €)	972,7	823,9
PER	18,3	9,4
Rentabilidade para o acionista	2013	2012
Por variação da cotação	18,1%	-5,1%
Por pagamento de dividendos	3,3%	2,6%

Em 2013, os títulos da Elecnor registraram uma revalorização de 18%, até alcançarem 11,18 euros por ação, face aos 9,47 euros de um ano antes. O volume efetivo negociado chegou a €172.100.000, valor que equivale a 4,4 vezes o alcançado em 2012. A capitalização bursátil, por sua vez, situou-se em €972.700.000, enquanto o PER ficava em €18.600.000.

No que diz respeito à rentabilidade por dividendos, esta chegou a 3,3%, em comparação com os 2,6% de 2012. Deste modo, a rentabilidade total para o acionista – resultado da soma da variação da cotação e da rentabilidade por dividendo – foi, em 2013, de 21,3%.

Constata-se, desse modo, que embora o impacto do contexto regulatório energético durante os dois últimos exercícios impediu atingir os objetivos de vendas e de lucro depois de impostos estabelecidos no Plano Estratégico 2011-2013, a evolução geral do Grupo neste difícil contexto e a continuidade de sua política de remuneração aos acionistas através de dividendos pagos integralmente em numerário mereceram a confiança dos mercados de valores ao longo de 2013.

5. Política de gerenciamento do capital

Como parte fundamental de sua estratégia, a Elecnor mantém uma política de prudência financeira. A estrutura de capital é determinada pelo compromisso de solvência e pelo objetivo de maximizar a rentabilidade do acionista.

6. Política de gerenciamento de riscos financeiros

A Elecnor está exposta a determinados riscos financeiros, que gere através do agrupamento de sistemas de identificação, medição, limitação de concentração e supervisão. O gerenciamento e a limitação dos riscos financeiros são efetuados coordenadamente entre a Diretoria Corporativa e as diversas Unidades de Negócio e Filiais que compõem o Grupo. As operações ligadas à gestão dos riscos financeiros são aprovadas ao mais alto nível de decisão e conforme as normas, políticas e procedimentos estabelecidos.

O primeiro risco a ser atenuado é o Risco de Mercado, fundamentalmente pelo Risco de Taxa de Câmbio, que é consequência das operações que o Grupo efetua nos mercados internacionais no decorrer dos seus negócios. Uma parte das receitas e custos com aprovisionamentos está denominada em moeda diferente do euro. Por esse motivo, poderia existir o risco de as flutuações nas taxas de câmbio destas moedas em relação ao euro afetarem os lucros do Grupo. Com o objetivo de gerir e minimizar este risco, a Elecnor utiliza estratégias de cobertura, dado que o objetivo é gerar lucros apenas através do desenvolvimento das atividades ordinárias que ela desempenha, e não através da especulação sobre as flutuações na taxa de câmbio. Os instrumentos utilizados para conseguir essa cobertura são, basicamente, o endividamento indexado na moeda de cobrança do contrato, seguros de câmbio e operações de permuta

financeira, através das quais a Elecnor e a Instituição Financeira trocam as correntes de um empréstimo expresso em euros pelas correntes de outro empréstimo expresso em outra moeda, bem como a utilização de “cesta de moedas” para cobrir financiamentos mistos indexados em diferentes moedas.

As variações nas taxas de juros alteram o justo valor daqueles ativos e passivos nos quais incide uma taxa de juros fixa, bem como os fluxos futuros dos ativos e passivos indexados a uma taxa de juros variável. A Elecnor dispõe de financiamento externo para a realização das suas operações, fundamentalmente no que respeita à promoção, construção e exploração dos parques eólicos, projetos termossolares e concessões de infraestruturas elétricas, e que são realizadas sob a modalidade de “Project Finance”. Este tipo de contratação exige que sejam fechados contratualmente os Riscos de Juros através da contratação de instrumentos de cobertura de taxas. Tanto para os financiamentos de Project Finance, como para os financiamentos corporativos, o endividamento é contratado nominalmente a uma taxa variável, sendo utilizados, se for o caso, instrumentos de cobertura para minimizar o risco de juros do financiamento. Os instrumentos de cobertura, que se destinam, especificamente, a instrumentos de dívida e que têm, no máximo, os mesmos valores nominais e as mesmas datas de vencimento que os elementos cobertos, são, basicamente, swaps de taxas de juros (IRS), cuja finalidade é ter um custo de juros fixo para os financiamentos inicialmente contratados a taxas de juros variáveis. De qualquer modo, as coberturas de taxa de juros são contratadas com um critério de eficiência contábil.

Por outro lado, o Risco de Liquidez é atenuado aplicando a política de manter tesouraria e instrumentos altamente líquidos e não especulativos no curto prazo, como a aquisição temporária de Letras do Tesouro Nacional com pacto de recompra não opcional e depósitos em dólares a muito curto prazo, através de instituições financeiras importantes para poder cumprir seus compromissos futuros, bem como a contratação de facilidades creditícias por um limite e prazo suficientes para suportar as necessidades previstas.

O principal Risco de Crédito é atribuível às contas a cobrar por operações comerciais, na medida em que uma contraparte ou um cliente não responder às suas obrigações contratuais. Para mitigação deste risco, opera-se com clientes com um apropriado histórico de crédito; além disso, dada a atividade e os setores nos quais opera, a Elecnor conta com clientes de alta qualidade creditícia. No entanto, em vendas internacionais a clientes não recorrentes, são utilizados mecanismos como a carta de crédito irrevogável e a cobertura de apólices de seguros para garantir a cobrança. Adicionalmente, é efetuada uma análise da solidez financeira do cliente e são incluídas no contrato condições específicas, que visam garantir a cobrança do valor.

No caso dos parques eólicos, a energia gerada, de acordo com o quadro regulatório elétrico em vigor, é vendida no Mercado Ibérico de Eletricidade (MIBEL), cobrando as receitas do operador do mercado OMIE, com um sistema de garantia de pagamentos e da Comissão Nacional de Energia (CNE), entidade reguladora dos mercados energéticos da Espanha, dependente do Ministério da Indústria. Por sua vez, as empresas Ventos do Sul Energia, S.A., Parques Eólicos Palmares, Ltda., Ventos da Lagoa, S.A. e Ventos do Litoral Energia, S.A. (Brasil) assinaram contratos de venda da energia elétrica que gerarão por um período de 20 anos com a companhia de distribuição elétrica brasileira, do mesmo modo que as sociedades brasileiras concessionárias de infraestruturas elétricas mantêm acordos de distribuição de energia com clientes altamente qualificados, o que, junto com as restrições impostas pelo próprio sistema de transmissão, afastam a possibilidade de insolvências.

Em uma conjuntura econômica como a atual, este último é marcado como risco preponderante sobre os demais riscos financeiros. Perante esta situação, a Elecnor continua tomando todas as medidas que vem sendo adotadas para mitigar o mesmo e para realizar análises periódicas da sua exposição ao risco creditício, assumindo as provisões correspondentes.

Quanto ao Risco Regulatório e, particularmente, àquele que diz respeito às energias renováveis, a Elecnor faz um acompanhamento pormenorizado que visa registrar adequadamente seu impacto nas contas de resultados.

7. Meio Ambiente

Ciente do impacto ambiental que suas atividades possam acarretar, a Elecnor definiu e aplicou os mecanismos corretores mais eficazes para minimizar o alcance do mesmo.

Além disso, a Elecnor assumiu como parte intrínseca dos seus negócios determinadas atividades que contribuem para a proteção do meio natural e dos seus recursos. Constam, dentre elas, a geração de energias renováveis, o tratamento e reciclagem da água e a eficiência energética em cada uma das suas ações.

Em termos globais, a estratégia de Gestão Ambiental, como parte constitutiva do seu Sistema Integrado de Gestão, se rege pelos seguintes princípios de atuação:

- A busca permanente do equilíbrio entre a rentabilidade econômica e a proteção do Meio Ambiente, propiciando enfoques para que ambos os conceitos se reforcem mutuamente.
- Considerar o aspecto ambiental nas decisões quanto a investimento em novos projetos e atividades que o Grupo esteja estudando fazer.
- O envolvimento dos funcionários, através das devidas ações de formação e de sensibilização.
- Promover também o envolvimento dos demais grupos de interesse (acionistas, clientes, fornecedores e a sociedade em geral) na procura conjunta de soluções úteis para o desafio da preservação do meio ambiente e dos recursos energéticos.

8. Recursos Humanos

Quadro de funcionários

Grupo Ecnor

Em 31 de dezembro de cada ano	2013	2012	Varição
Nacional	6.804	7.108	-4%
Internacional	5.833	5.844	0%
	12.637	12.952	-2%

As pessoas são o principal ativo da empresa Ecnor, a qual baseia a sua estratégia geral em qualidades como o talento e o trabalho em equipe em condições da máxima segurança possível. Por isso, a prevenção de riscos no trabalho é um denominador comum em todas as atividades que são realizadas no Grupo. O compromisso com a prevenção faz parte da sua cultura. É um compromisso que vai além das normas legais e das exigências dos clientes, com objetivos exigentes e muito claros: zero acidentes e zero tolerância quanto à falta de cumprimento das medidas preventivas estabelecidas pela empresa.

Quando do encerramento do exercício de 2013, o quadro de funcionários do Grupo tinha diminuído em 315 pessoas (-2%), até ficar com 12.637 funcionários. Essa diminuição ocorreu, em sua totalidade, no mercado nacional. No internacional, no entanto, a incorporação do pessoal pertencente à norte-americana Hawkeye, companhia adquirida no fim do exercício, e a integração na organização brasileira de pessoal até então pertencente a subempreiteiras como consequência de uma mudança das normas nesse país aplicáveis à sub-rogação, explicam a estabilização da quantidade de trabalhadores em relação a 2012.

9. PD&I

A Ecnor foca suas atividades de PD&I naqueles aspectos que agregam valor e permitem que se diferencie da concorrência. As áreas tecnológicas de interesse dizem respeito à Energia, Meio Ambiente e Sustentabilidade, Infraestruturas e TIC's, entre outras.

As atividades de PD&I são estratégias para garantir a competitividade e a sustentabilidade da Ecnor, e são desenvolvidas conforme os seguintes princípios de atuação:

- A Ecnor fomenta a geração sistemática de ideias inovadoras dentro da companhia, apoiando-as até transformá-las em projetos de PD&I.
- O uso sistemático das ferramentas de PD&I tem como objetivo gerar novas oportunidades e novos projetos nesta área.
- Estes projetos são o motor do sistema de gestão de PD&I da Ecnor e visam aumentar as capacidades e a competitividade.

Ao longo do ano de 2013, trabalhou-se na consolidação e aperfeiçoamento contínuo do Sistema de Gestão de PD&I da Ecnor. Destacaram-se, neste ponto, as seguintes ações:

- Sistematização do processo completo de PD&I, segundo a Norma UNE 166.002, criando um conjunto de processos e procedimentos que abrange da geração de ideias de projetos até a medição de resultados dos projetos finalizados.

- Definição das linhas estratégicas de PD&I, cujo objetivo é conseguir amoldar os projetos futuros às necessidades de negócio da Elecnor.
- Potenciação das ferramentas internas de PD&I, enfatizando o necessário enfoque dos projetos de PD&I nos resultados.

Em relação a projetos específicos desenvolvidos durante o ano, cabe destacar os seguintes:

- Na atividade de meio ambiente, dois projetos de otimização da produção de biogás a partir da depuração de lamas, da eliminação de nutrientes em águas residuais e, finalmente, da poupança energética em centrais de tratamento de águas com sistemas fotovoltaicos (KAEF).
- Na atividade de ferrovias, dois projetos de análise da interação catenária-pantógrafo em linhas de alta velocidade, cumprindo a norma UNE-EN 50318 e de melhoria de polias de compensação.
- Na atividade de construção, um projeto sobre integração de sistemas fotovoltaicos em pré-fabricados de concreto, mais um de desenvolvimento de um concreto especial para isolamento acústico e o projeto Continuum para a criação de um sistema software para a construção modular industrializada em oficina.
- Na atividade de geração de energia, o projeto Meteo-MIDP de previsão de energia em parques eólicos, mais um de integração de sistemas fotovoltaicos em pré-fabricados de concreto e um sobre novas soluções fotovoltaicas no setor da construção, através da integração e ecoeficiência em prédios.
- Na atividade de sistemas, cabe salientar o projeto Atenea+ de criação de técnicas avançadas de navegação para aplicações profissionais, o projeto WoO (Web of Objects) para automatização de prédios, o projeto Perseo, para o desenvolvimento de uma plataforma de colaboração de realidade virtual e aumentada e o projeto Sipa_HW: para desenvolver equipamento compatível com o Sistema de Informação ao Passageiro da AENA.
- Para finalizar, na atividade de espaço se destacam os projetos Perigeo, que permite testar novas tecnologias aplicáveis a missões espaciais; Atmop, para o cálculo da resistência aerodinâmica a uma grande altitude; e Red Urban, para o desenvolvimento de um protótipo de receptor experimental GPS+Galileo.

10. Fatos significativos posteriores ao encerramento do exercício

Não houve acontecimentos entre o encerramento do exercício de 2013 e a apresentação destas contas que possam acarretar uma alteração significativa da imagem fiel das demonstrações financeiras, tanto da Elecnor, S.A. quanto das sociedades dependentes que formam o seu Grupo, além das acima explicadas e referentes à entrada em vigor do Real Decreto-Lei a ser aprovado no exercício de 2014, cujos efeitos explicitados na proposta de Portaria Ministerial remetida pelo Governo à Comissão Nacional de Mercados e Concorrência (CNMC) da Espanha foram analisados e, no caso, incluídos nas referidas demonstrações financeiras.

11. Perspectivas do exercício de 2014

11.1. Contexto econômico

O Banco Mundial, em seu relatório de perspectivas econômicas mundiais de janeiro de 2014, destaca que o crescimento mundial aumentará até 3,2% em 2014, para estabilizar-se, depois, em 3,4% e 3,5% em 2015 e 2016, respectivamente. O organismo baseia estas predições no fato de os países com altas receitas e a China, após vários anos fracos e até de recessão, estarem vencendo, aparentemente, a fase de crise financeira.

Entre as três economias principais de rendimentos altos (Estados Unidos da América, zona euro e Japão), a recuperação está mais adiantada nos Estados Unidos da América, onde o PIB cresceu durante os últimos 10 trimestres, ao passo que na zona euro os crescimentos aparecem a partir do segundo trimestre de 2013. No Japão, os estímulos fiscais e monetários provocaram uma reativação que precisará de reformas estruturais para se manter.

Embora em 2013 o avanço nos países em desenvolvimento tenha sido relativamente moderado, prevê-se um aumento da atividade nos exercícios de 2014, 2015 e 2016 nesses países, graças ao fortalecimento dos países desenvolvidos, assim como à recuperação das economias da Índia e da China. No entanto, estas

boas perspectivas serão sensíveis às reações do mercado perante o progressivo cancelamento das políticas expansivas nos Estados Unidos da América. O cenário mais provável é que a redução continue uma trajetória relativamente ordenada e que as taxas de juros globais aumentem lentamente até chegar a 3,6% em meados de 2016, e que estas condições financeiras tenham um impacto discreto sobre o investimento e o crescimento nos países em desenvolvimento.

A economia da zona euro, após um ano e meio com valores negativos, recuperou o crescimento no segundo trimestre de 2013, e crescerá, em 2014, por volta de 1%. Dado que isso representa um índice inferior ao potencial, podemos afirmar que o desemprego continuará sendo elevado. Além disso, continuará havendo disparidade entre os países do núcleo e da periferia. Países como a Alemanha, França, Áustria, Bélgica e Luxemburgo crescerão acima de 1%, ao passo que os ritmos de crescimento da Espanha, Itália, Grécia, Portugal e Países Baixos serão inferiores. Embora a atividade nos países periféricos pareça ter deixado de cair, a melhoria ainda será insuficiente nessas economias.

11.2. Grupo Elecnor

A fim de enfrentar o cenário acima comentado, a carteira de contratação com a qual a Elecnor contava em 31 de dezembro de 2013, situava-se (conforme se explica no item 3.13.) em €2.415.000.000. Este dado, perante um cenário geral adverso, permite prever para o exercício de 2014 um volume de negócio superior, em termos consolidados, ao conseguido em 2013, graças à diversificação de atividades e à crescente presença internacional do Grupo.

O exercício de 2014, partindo da premissa de que seja mantido um quadro regulatório estável para as energias renováveis na Espanha, apresenta-se como um ano de consolidação para o Grupo Elecnor após ter assumido, nos dois últimos exercícios, depreciações dos seus ativos em virtude das mudanças regulatórias que afetaram a rentabilidade dos seus ativos termossolares, eólicos e – em menor medida, dada a relativa baixa exposição do Grupo – fotovoltaicos. Essas mudanças regulatórias alteraram significativamente um mercado no qual o Grupo ocupava um lugar muito destacado em toda a cadeia de valor, como produtor de módulos fotovoltaicos, construtor de projetos e proprietário de investimento no setor de renováveis e afetarão nosso futuro imediato, embora possam não afetar no longo prazo.

O Grupo mantém sua aposta no crescimento nos mercados externos, baseado nos projetos que tem em carteira nos mesmos, mas que exigem um período de amadurecimento plurianual. Por outro lado, apesar da incipiente recuperação do mercado interno, não se espera que, em virtude da mesma, haja crescimentos significativos dos investimentos por parte dos principais clientes com os quais o Grupo opera. Perante este cenário, o Grupo fez um esforço muito importante no exercício de 2013 no sentido de adequar suas estruturas gerais e produtivas ao volume de atividade que se calcula para o exercício de 2014, o que incrementará a rentabilidade, a produtividade e a competitividade no referido contexto.

Quanto aos projetos localizados na Espanha nos quais o Grupo participa, é preciso acrescentar um fator aos efeitos que as referidas reformas regulatórias têm sobre as receitas provenientes dos projetos termossolares, eólicos e fotovoltaicos. Trata-se da fase inicial na qual se encontram alguns desses projetos, fundamentalmente os termossolares. Devido à configuração-tipo dos projetos de "Project Finance", nos quais se concentra, nos primeiros exercícios, a maior carga de despesas financeiras em termos de resultados, estes projetam menores contribuições para o lucro consolidado em relação às suas contribuições durante o exercício de 2013. A este respeito, cabe salientar que as citadas menores receitas derivadas das novas normas aplicáveis a estes ativos repercutem diretamente em seus resultados, resultados recorrentes que estavam inicialmente previstos para mitigar ciclos econômicos adversos como os que estamos atravessando.

Apesar de tudo, o Grupo Elecnor enfrenta o exercício de 2014 com o objetivo de obter valores, tanto de volume de negócio quanto de resultados, superiores aos efetivamente alcançados ao longo do exercício de 2013, o que deve ser valorizado no atual quadro de estagnação geral dos investimentos.

12. Capital social e aquisição de ações próprias

Em 31 de dezembro de 2013, o capital social da Elecnor, S.A., era composto por 87 milhões de ações ordinárias de 0,10 euros de valor nominal cada uma delas, totalmente subscritas e integralizadas.

As ações da Elecnor, S.A. têm cotação na modalidade SIBE (Sistema de Interconexão Bursátil) do mercado contínuo, que é onde se concentra a negociação das ações das empresas mais representativas da economia espanhola e com maior volume de contratação.

A Elecnor, S.A. mantinha 2.535.368 ações próprias em 31 de dezembro de 2012. Ao longo do exercício de 2013, adquiriu um total de 132.418 títulos, tendo alienado 179.334. Desse modo, em 31 de dezembro de 2013, mantinha um total de 2.488.452 ações próprias. Tudo isso significa ter passado de uma porcentagem de carteira própria de 2,91% no início do ano para 2,86% no final de 2013.

13. Operações com partes relacionadas

No que respeita à informação relativa às operações com partes relacionadas, reportamo-nos ao discriminado nas notas explicativas das demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2013, conforme estabelecido no artigo 15 do Real Decreto 1362/2007.

14. Guia para a elaboração do Relatório de Gestão de empresas de capital aberto

No dia 17 de maio passado, foi publicado o Guia para a elaboração do Relatório de Gestão de Empresas de Capital Aberto. Este Guia inclui uma proposta de desenvolvimentos normativos, um quadro de referência voluntário de princípios e boas práticas, assim como um guia com recomendações gerais sobre os conteúdos mínimos a serem incluídos no relatório de gestão. Os Administradores da Elecnor adaptarão os conteúdos deste relatório de gestão às referidas recomendações, com vistas à elaboração das demonstrações financeiras de 2014 da Espanha.

15. Relatório anual de Governança Corporativa

A falta de cumprimento das obrigações legais e a partir do modelo circularizado pela CNMV, o Conselho de Administração da Elecnor, S.A. elaborou um Relatório Anual de Governança Corporativa correspondente ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013. Esse documento está disponível no site da Comissão Nacional do Mercado de Valores.

informação
econômica
da Elecnor, S.A.
2013

ELEC NOR, S.A.

Demonstração da Situação Financeira em 31 de dezembro de 2013 e de 2012

Ativo	Milhares de euros	
	2013	2012 (*)
Ativo não circulante	1.142.756	1.139.054
Ativo intangível	2.848	3.339
Concessões administrativas	48	50
Fundo de comércio	1.031	1.031
Software	771	764
Outros ativos intangíveis	998	1.494
Imobilizado	38.273	38.836
Terrenos, edificações, instalações e maquinaria	27.772	29.290
Outro imobilizado	10.501	9.546
Participações em empresas relacionadas	1.076.218	1.056.400
Instrumentos de capital	1.054.223	1.031.866
Créditos a empresas relacionadas	21.995	24.534
Investimentos temporários a longo prazo	2.582	4.556
Instrumentos de capital	-	1.808
Créditos a terceiros	8	33
Derivados	528	811
Outros ativos financeiros	2.046	1.904
Impostos diferidos ativos	22.835	35.923
Ativo circulante:	868.753	1.075.513
Ativos não circulantes mantidos para a venda	1.779	1.779
Estoque	15.428	14.054
Matérias-primas e outros aprovisionamentos	954	1.278
Adiantamento a fornecedores	14.474	12.776
Devedores comerciais e outras contas a receber	732.139	747.134
Clientes para vendas e serviços	650.227	704.962
Clientes, empresas do grupo e associadas	64.916	15.779
Devedores diversos	1.399	6.533
Ativos por imposto corrente	2.844	276
Outros valores a receber de administrações públicas	12.753	19.584
Investimentos em empresas do grupo e associadas	27.535	39.029
Créditos a empresas	18.216	23.775
Outros ativos financeiros	9.319	15.254
Investimentos financeiros de curto prazo	6.650	73.150
Derivados	-	364
Outros ativos financeiros	6.650	72.786
Acréscimos de curto prazo	638	761
Caixa e equivalentes de caixa	84.584	199.606
Caixa	67.863	153.164
Outros equivalentes de caixa	16.721	46.442
Total Ativo	2.011.509	2.214.567

(*) Valores apresentados exclusivamente para efeitos comparativos

	Miles de euros	
Patrimônio Líquido e Passivo	2013	2012 (*)
Patrimônio Líquido	518.894	506.580
<i>Capital y Reservas</i>		
Capital Social	8.700	8.700
Capital subscrito	8.700	8.700
Reservas	513.069	491.366
Reserva Legal y estatutário	1.743	1.743
Outras reservas	511.326	489.623
Ações próprias	(22.421)	(22.836)
Lucro do exercício	27.845	43.258
Dividendo por conta do exercício	(4.193)	(4.663)
Ajustes de avaliação patrimonial		
Operações de cobertura	(4.106)	(9.245)
Passivo não circulante	343.000	425.412
Provisões de longo prazo	12.883	19.615
Outras provisões	12.883	19.615
Dívidas de longo prazo	323.281	397.979
Dívidas de instituições de crédito	310.987	365.690
Credores por arrendamento financeiro	6.825	7.207
Derivados	5.469	8.051
Outras dívidas financeiras		17.031
Dívidas de empresas do grupo e associadas	2.000	2.575
Impostos diferidos passivos	4.836	5.243
Passivo circulante	1.149.615	1.282.575
Provisões de curto prazo	32.582	33.870
Dívidas de curto prazo	100.931	86.408
Dívidas com instituições de crédito	94.694	72.758
Credores por arrendamento financeiro	357	339
Derivados	914	7.054
Outras dívidas financeiras	4.966	6.257
Dívidas de empresas do grupo e associadas	12.129	3.991
Credores comerciais e outras contas a pagar	1.003.973	1.158.306
Fornecedores	359.148	350.364
Fornecedores, empresas do grupo e associadas	14.823	32.401
Vários credores	26.683	36.675
Pessoal	8.117	12.064
Otras dívidas com administrações públicas	55.388	35.416
Adiantamentos de clientes e faturamento antecipado	539.814	691.386
Total Patrimônio Líquido e Passivo	2.011.509	2.214.567

Elecnor, S.A.
CONTAS DE RESULTADOS CORRESPONDENTES AOS
 EXERCÍCIOS EM 31 DEZEMBRO 2013 E DE 2012

	Milhares de euros	
	2013	2012 (*)
Operações continuadas		
Valor líquido do volume de negócio	1.160.253	1.345.454
Vendas	1.160.253	1.345.454
Trabalho realizado pela entidade e capitalizados	578	647
Aprovisionamentos	(623.742)	(760.243)
Compras de matérias-primas e outros aprovisionamentos	(287.591)	(346.723)
Trabalho realizado por outras entidades	(337.365)	(412.874)
Deterioro das mercadorias, matérias-primas e outros aprovisionamentos	1.214	(646)
Outras receitas operacionais	6.979	5.271
Receitas acessórias	6.494	4.635
Subvenções oficiais ao resultado	485	636
Despesas com pessoal	(293.349)	(296.241)
Salários e ordenados	(235.051)	(234.606)
Despesas sociais	(58.298)	(61.635)
Outras despesas operacionais	(187.573)	(184.120)
Serviços de terceiros	(148.608)	(165.777)
Tributos	(23.097)	(12.566)
Perdas por deterioro e variação de provisões por operações comerciais	(13.991)	(3.525)
Outras despesas operacionais	(1.877)	(2.252)
Depreciação do activo imobilizado	(7.916)	(8.815)
Deterioro e ganhos na transferencia de imobilizado	104	(180)
Resultados nas transferencias e outros	104	(180)
LUCRO OPERACIONAL	55.334	101.773
Receitas financeiras	29.108	28.750
De participações em instrumentos financeiros		
- Em empresas do grupo e associadas	21.943	25.024
De títulos e valores mobiliários e outros instrumentos financeiros		
- Em empresas do grupo e associadas	2.930	1.511
- Em terceiros	4.235	2.215
Despesas financeiras	(24.946)	(18.488)
Por dívidas com empresas do grupo e associadas	(224)	(342)
Por dívidas com terceiros	(24.722)	(18.146)
Varição de valor razoável de instrumentos financeiros	722	(722)
Diferenças de câmbio	(9.552)	(9.380)
Deterioro e prejuízos na transferencia de instrumentos financeiros	1.796	(52.798)
Deterioro e prejuízos	1.796	(52.798)
LUCRO FINANCEIRO	(2.872)	(52.638)
RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS	52.462	49.135
Impostos sobre lucros	(24.617)	(5.877)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	27.845	43.258
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	27.845	43.258

(*) Valores apresentados exclusivamente para efeitos comparativos



© 2014 Elecnor

Direção e Edição:
Subdireção de Comunicação

Concepção e diagramação:
JLC diseño gráfico

Fotografia:
Arquivo Gráfico Elecnor

Impressão:
Graymo

Elecnor, S.A.
Paseo de la Castellana, 95
Edif. Torre Europa
28046 Madrid
www.elecnor.com